

**INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
– PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ERIKA ARANHA FERNANDES BARBOSA

INCLUSÃO ESCOLAR: a mediação do Acompanhante Terapêutico/Mediador escolar na aprendizagem do aluno TEA

**JOÃO PESSOA – PB
2023**

ERIKA ARANHA FERNANDES BARBOSA

INCLUSÃO ESCOLAR: a mediação do Acompanhante Terapêutico/Mediador escolar na aprendizagem do aluno TEA



Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo campus do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador/a: Prof.(a.) Dr.(a) Andréa de Lucena Lira

JOÃO PESSOA – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

B238i Barbosa, Erika Aranha Fernandes.

Inclusão escolar : a mediação do acompanhante terapêutico /
mediador escolar na aprendizagem do aluno TEA / Erika Aranha
Fernandes Barbosa. – 2023.

153 f. : il.

Inclui o Produto educacional cujo título é: “Cartilha informativa.”
Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica)
- Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2023.

Orientação : Profa. D.ra. Andréa de Lucena Lira.

1. Transtorno do espectro autista. 2. Educação inclusiva. 3.
Acompanhante terapêutico. 4. Ensino-aprendizagem. 5. EPT.
I. Título.

CDU 376:61(043)

Elaboração: Lucrecia Camilo de Lima, Bibliotecária – CRB 15/132



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA EM REDE NACIONAL

Erika Aranha Fernandes Barbosa

**INCLUSÃO ESCOLAR: A MEDIAÇÃO DO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO/MEDIADOR ESCOLAR NA APRENDIZAGEM DO
ALUNO TEA**

**Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de
Mestre em Educação Profissional e Tecnológica em Rede
Nacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Campus
João Pessoa.**

Aprovado em 20 de outubro de 2023.

Membros da Banca Examinadora:

Dra. Andréa de Lucena Lira IFPB -

PROFEPT

Dra. Deyse Morgana das Neves Correia

IFPB - PROFEPT

Dra. Marília Gabriella Duarte Fialho

UNIPÊ

Dra. Andréa Poletto Souza

IFRS

João Pessoa/2023

Documento assinado eletronicamente por:

- Andrea de Lucena Lira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/10/2023 11:20:58.
- Deyse Morgana das Neves Correia, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 26/10/2023 15:48:10.
- Andréa Poletto Sonza, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, em 12/11/2023 08:32:08.
- Marília Gabriella Duarte Fialho, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL, em 19/01/2024 17:02:35.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 09/10/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar>

documento/ e forneça os dados abaixo:

Código 484105
Verificado 6c925c30
r: ad
Código de Autenticação:



Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, JOAO PESSOA / PB, CEP 58015-435
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-1200

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pelo dom da vida e por me proporcionar a viver momentos inimagináveis.

Á minha mãe pela paciência e compreensão em momentos tão delicados.

Ao meu esposo por tanta parceria e dedicação e ajuda para tornar os nossos planos em realidade.

A minha cuidadosa professora orientadora Prof.^a Dra. Andrea de Lucena Lira, sem o seu apoio, ajuda, nada disso teria acontecido.

A banca que se propôs a ler, e contribuir com esse trabalho, sem se furtar de opinar e trazer estímulos para ciência por meio dessa pesquisa.

Aos professores do semestre que contribuíram diretamente para elaboração desse projeto.

A Daniel Xavier Cardoso, por toda ajuda na elaboração do sistema. Em especial, por entender minha criação, e conseguir materializar o sistema do Produto Educacional, de forma colaborativa.

Aos meus colegas de sala, sem exceção, que me ouviram e foram refúgio nesse momento, especialmente no cenário de Pandemia da Covid-19.

Aos meus colegas de trabalho, especialmente a minha gestora Prof.^a Mariana de Brito que foi compreensível nesse momento, e apoia a educação como sinônimo de crescimento e transformação.

Ao meu pai (*In memória*), um dos incentivadores ao qual prometi que faria parte desse momento.

Comunicar não é de modo algum transmitir uma mensagem ou receber uma mensagem. Isso é a condição física da comunicação. É certo que para comunicar, é preciso enviar mensagens, mas enviar mensagens não é comunicar. Comunicar é partilhar sentido.

(PIERRE LÉVY, 1993)

RESUMO

A inclusão escolar atualmente é fomentada pela legislação em vigor, e constitui fator determinante das políticas públicas educacionais em todos os níveis. Quando falamos nas pessoas do Transtorno do Espectro Autista (TEA), não estamos falando só de inclusão, mas da compreensão do autismo como uma deficiência que marca os debates em torno das formas possíveis dessa população, serem contempladas no rol de ações e serviços para um atendimento integral. Objetivamos desenvolver como Produto Educacional, um protótipo de prontuário eletrônico e uma cartilha informativa e digital de mediação aos Acompanhantes Terapêuticos/Mediadores escolares para aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista, do Ensino Técnico Integrado ao Médio do Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa, fundamentada na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, no âmbito da educação inclusiva, nos espaços formais de aprendizagem. O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de natureza aplicada, inicialmente por levantamento de campo, quanto a sua tipologia foi uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Participaram da pesquisa os Acompanhantes Terapêuticos / Mediadores escolares e gestores dos setores responsáveis por implementar os produtos educacionais do IFPB campus João Pessoa, selecionados por meio da técnica não probabilística por conveniência. Como inclusão os profissionais precisavam trabalhar, ou já terem acompanhado alunos com TEA. Os instrumentos utilizados na pesquisa foram, um questionário sócio demográfico e um questionário semiestruturado com questões abertas e fechadas referentes aos trabalhos exercidos pelos profissionais mencionados acima, frente à demanda do aluno autista. Já com aprovação do Comitê de Ética, a pesquisa foi respondida por uma plataforma virtual de modo individual. A análise dos dados foi executada através do programa SPSS com uso da estatística descritiva e a Análise de Conteúdo Bardin (2011) e escala Likert (1932). O resultado dessa pesquisa gerou uma maior compreensão do processo de apoio, registro e fluxo no atendimento aos alunos com TEA, favorecendo o ensino-aprendizagem e a inclusão entre os públicos-alvo dessa pesquisa. Consideramos que no viés da sondagem até a avaliação dos produtos educacionais, obtemos relevância significativa da proposta para a EPT.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Acompanhantes Terapêuticos; Ensino-aprendizagem; Educação Inclusiva; EPT.

ABSTRACT

School inclusion is currently encouraged by current legislation, and is a determining factor in public educational policies at all levels. When we talk about people with Autism Spectrum Disorder (ASD), we are not just talking about inclusion, but about understanding autism as a disability that marks the debates around the possible ways for this population to be included in the list of actions and services for a comprehensive care. We aim to develop as an Educational Product, a prototype of an electronic medical record and an informative and digital mediation booklet for Therapeutic Companions/School Mediators for the learning of students with Autism Spectrum Disorder, from Integrated Technical Education to Secondary Education at the Federal Institute of Paraíba, João Pessoa campus, based on Professional and Technological Education - EPT, within the scope of inclusive education, in formal learning spaces. The study was carried out through applied research, initially through a field survey, in terms of its typology it was an exploratory and descriptive research, with a qualitative and quantitative approach. Therapeutic Companions / School Mediators and managers from the sectors responsible for implementing the educational products of the IFPB campus João Pessoa, selected through the non-probabilistic technique for convenience, participated in the research. For inclusion, professionals needed to work with, or have already supported, students with ASD. The instruments used in the research were a socio-demographic questionnaire and a semi-structured questionnaire with open and closed questions referring to the work carried out by the professionals mentioned above, in response to the demand of the autistic student. With approval from the Ethics Committee, the survey was completed individually via a virtual platform. Data analysis was performed using the SPSS program using descriptive statistics and Bardin Content Analysis (2011) and Likert scale (1932). The result of this research generated a greater understanding of the process of support, registration and flow in assisting students with ASD, favoring teaching-learning and inclusion among the target audiences of this research. We consider that from the survey to the evaluation of educational products, we obtain significant relevance of the proposal for EPT.

Keywords: Autism Spectrum Disorder; Therapeutic Companions; Teaching-learning; Inclusive education; EPT.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Mapa mental do Produto Educacional – Inquietações e Contribuições.....	59
FIGURA 2 Fluxo segundo realidade do IFPB, campus João Pessoa.....	68
FIGURA 3 Fluxo sugerido para atender a realidade do IFPB, campus João Pessoa	69
FIGURA 4 Layout do Protótipo do Prontuário, construído pelo App Bubble....	77
FIGURA 5 Layout da Cartilha, construído pelo.....	76
FIGURA 6 Amostra do prontuário das ações no âmbito da saúde.....	88

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Mudanças entre o CID-10 e o CID-11.....	31
QUADRO 2 Atuação dos ATs no Ambiente Escolar.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 Sobre acreditar ser “mais importante” para profissão/função de AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador, atualmente.....	56
GRÁFICO 2 Sobre utilizar estratégias para que haja inclusão do aluno com TEA em sala de aula.....	57
GRÁFICO 3 Ações Necessárias na escola.....	83
GRÁFICO 4 Ações previstas pelos ATs.....	86
GRÁFICO 5 Ações voltadas para o campo da saúde.....	87
GRÁFICO 6 A organização a ser observado em sala de aula regular.....	89
GRÁFICO 7 Notas lançadas pelas gestoras da avaliação do PE.....	89
GRÁFICO 8 Sobre o nome do Mascote LOOP.....	90
GRÁFICO 9 Sobre os ATs registrarem as informação e permanência e aprendizagem	92
GRÁFICO 10 Avaliação da cartilha pelas gestoras.....	93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Perfil sociodemográfico dos participantes.....	43
TABELA 2 Há quanto tempo exerce a função de Acompanhante Terapêutico - AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador.....	44
TABELA 3 Além de alunos com TEA, quais outras necessidades já trabalharam ou trabalham como AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador.....	45
TABELA 4 Sobre possuir alguma graduação.....	45
TABELA 5 Sobre possuir alguma pós-graduação.....	46
TABELA 6 Sobre a formação em AT.....	46
TABELA 7 Sobre a Modalidade.....	47
TABELA 8 Sobre os alunos que atendem ou já atendeu no mesmo período de tempo.....	48
TABELA 9 Sobre as reuniões ou encontro entre as AT's ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador no IF ou entre os IF's.....	49
TABELA 10 Sobre o treinamento e/ou capacitação do setor em que trabalha.	50
TABELA 11 Sobre os documentos de acompanhamento compartilhado entre as ATs ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador.....	50
TABELA 12 Sobre o registro do processo do (antes, durante e depois) do aluno, acompanhado.....	51
TABELA 13 Sobre realizar reuniões como a família.....	53
TABELA 14 Sobre realizar reuniões com os professores dos alunos.....	54
TABELA 15 Sobre receber apoio do professor.....	55
TABELA 16 Plano Educacional Individualizado – PEI, com recortes que caracterizam a estrutura e atores responsáveis pelo o desenvolvimento do PEI	64
TABELA 17 Critérios observados em sala de aula.....	85
TABELA 18 Ações previstas para atender os estudantes, no quesito, família.	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA - Análise do Comportamento Aplicada

AEE - Atendimento Educacional Especializado

AT – Acompanhante Terapêutico

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

COAPNE - Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas

CRUESP - Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

DIGAE - Diretoria de Gestão de Atividades Estudantis

DAEST - Departamento De Assistência Estudantil

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

GTESS - Grupo de Trabalho e Estudo dos Setores de Saúde

IES - Instituições de Ensino Superior

IFPB – Instituto Federal da Paraíba

LBI - a Lei Brasileira de Inclusão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

NEE - Necessidades Educacionais Específicas

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

PE – Produto Educacional

PEI- Plano de Ensino Individualizado

ProfEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TEA – Transtorno do Espectro Autista

UNESP - Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ENSINO PROFISSIONAL INTEGRADO.....	21
2.2 INCLUSÃO EDUCACIONAL: ABORDAGEM DA LEGISLAÇÃO SOBRE O CENÁRIO ATUAL.....	26
2.3 TEA: HISTÓRICO E CONCEITOS	29
2.4 PAPEL DOS ATS NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS COM TEA.....	34
2.4.1 Acompanhante terapêutico junto aos alunos com TEA	37
3 METODOLOGIA.....	39
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	39
3.1.1 Quanto à classificação	39
3.1.2 Quanto à abordagem	39
3.1.3 Quanto à tipologia da pesquisa.....	40
3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	40
3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	42
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES.....	47
4 PRODUTO EDUCACIONAL	59
4.1 PRONTUÁRIO	63
4.1.1 Estrutura do Prontuário.....	70
4.2 CARTILHA INFORMATIVA	72
4.2.1 Estrutura da cartilha	74
4.3 APRESENTAÇÃO DO PRODUTO	77
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL – PRONTUÁRIO.....	106
APÊNDICE B – AVALIAÇÃO DO PRONTUÁRIO PELOS ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS.....	119
APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL – CARTILHA INFORMATIVA.....	132
APÊNDICE D - AVALIAÇÃO DA CARTILHA INFORMATIVA PELOS ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS.....	133
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO	146
APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	151
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.....	153

1 INTRODUÇÃO

A principal motivação para sustentar o presente trabalho, reside na importância que o tema possui para a sociedade atual, sendo considerado necessário no âmbito educacional, para o cuidado com a subjetividade do acompanhante e a tríade formação-formalização-profissionalização da atividade desenvolvida pelos Acompanhantes Terapêuticos – AT e/ou mediadores escolares, junto aos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA, nos espaços formais do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, campus João Pessoa.

A sociedade é regida por diferenças, mas a mesma não sabe lidar com essa dissemelhança. A família tem grande importância para o início do processo de socialização e adaptação do indivíduo, mas a escola é vista como o principal meio de encontro e socialização das partes divergentes, e o papel dela nesse momento é o de quebrar as barreiras que estão impostas quanto ao “ser diferente” e começar a pensar na harmonia do todo. A escola precisa estar apta para lidar com uma demanda que não seja a “padrão” imposta pela sociedade. Para isso é necessário que se tenha uma renovação no sistema educacional da atualidade.

Menezes, Oliveira e Silva (2013, p. 3) afirmam que

as barreiras impostas pela deficiência são assim, condicionadas pelas relações que a sociedade estabelece como padrões ao convívio social. A criança e o adolescente só percebem o peso de sua deficiência a partir do momento que é confrontada a ser como uma criança normal.

Por esse motivo, torna-se necessário capacitações por parte das escolas, para lidarem com tal demanda.

Podemos afirmar que estudar a atuação dos acompanhantes terapêuticos/mediadores escolares no processo de inclusão escolar dos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA, a partir do entendimento de sua função mediadora, aprofunda a compreensão como práticas inclusivas, cada vez mais próxima dos atores envolvidos no processo escola-família-sociedade.

Resgatar os estudos sobre as condições de inclusão dos alunos com TEA no ensino médio integrado, desperta em toda a comunidade acadêmica em especial nas relações sociais dentro e fora do ambiente escolar, os conhecimentos a respeito do coletivo e no individual.

Considerando os contextos políticos e econômicos atuais, essa temática pode funcionar como um catalizador para mudanças. Vislumbrando assim, espaços com possibilidades de apoio (cognitivo, motor, físico e emocional) aos futuros alunos com deficiência em seus meios acadêmicos de aprendizagem.

Dialogar sobre inclusão escolar, significa ir muito além dos aparatos legais que a embasam (Declaração de Salamanca, 1994; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996; Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997; Decreto nº 7.611, 2011¹, dentre outros documentos secundários), pois envolve entender a complexidade da dinâmica escolar, com suas lógicas de ação Sarmiento (2001), com o enfrentamento do binômio inclusão/exclusão Skliar (2002), bem como, considerar os discursos construídos historicamente sobre o direito a educação inclusiva.

Discutir sobre uma prática pouco debatida é sempre um desafio: o Acompanhamento Terapêutico (AT) e a mediação escolar, junto aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no ensino médio integrado, refere-se ao trabalho de profissionais que possuem formação de base em diversas áreas sobretudo (psicólogos ou pedagogos), que trabalham em ambientes escolares, a fim de ajudar no processo de aprendizagem de pessoas com deficiência.

A temática insere-se no contexto previsto na linha de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica -EPT, que compõe o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), delineando na pretensão de fundamentação no Macroprojeto previsto como a Inclusão e diversidade em espaços formais e não formais de ensino na EPT, propensa aos espaços formais e não formais visto que, de acordo com a análise da LDB nº9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), observa-se que, o conceito de educação engloba processos formativos que ocorrem em outros espaços, além do processo de escolarização formal, estabelecido no artigo 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996, p.7).

¹ Disponível em: (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm).

Ou seja, os processos organizacionais da sociedade civil constituem a possibilidade de o conhecimento ser adquirido em outros espaços, traduzidos em espaços não formais de educação.

Dessa forma, a educação não formal pode ser definida como a que proporciona a aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em espaços não formais. De acordo com Libâneo (2018, p. 89), refere-se àquelas “atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente em relações pedagógicas, mas não formalizadas”. Portanto, atividades de práticas educativas sociais desenvolvidas de forma direcionada e com um objetivo definido.

A intenção local, foi de desenvolver um produto que gerasse impacto social em território, com aplicação na educação profissional, pelo fato de ao objetivo do programa, estar centrado na formação humana. Sendo assim, o alcance precisou ser híbrido devido ao período migratório do isolamento ao retorno à normalidade ou presencialidade, momento que se viveu de 2019 a 2022, de Pandemia e conseqüentemente de Isolamento Social. Com conseqüências incalculáveis, inclusive no que tange ao ensino e aprendizagem.

Para tanto, este estudo busca sanar algumas dúvidas por meio de pesquisas sobre os acompanhantes terapêuticos e a inclusão dos alunos com TEA, do ensino integrado.

Sendo assim, formulou-se o seguinte problema: Como se apresenta a mediação do processo formativo de Acompanhantes Terapêuticos com os alunos com Transtorno do Espectro Autista no IFPB, campus João Pessoa? A partir desse problema, delimitamos o objetivo geral dessa investigação, que consiste em: compreender a atuação de acompanhantes terapêuticos no processo de inclusão escolar dos alunos com TEA, a partir do entendimento de sua função mediadora. Como objetivos específicos foram realizadas investigações, inicialmente por levantamento bibliográfico, sobre o comportamento dos alunos com TEA; investigamos ainda, as condições de inclusão dos alunos com TEA, mediadas pelo acompanhante terapêutico/mediador no seu contexto escolar; identificamos as estratégias de mediação utilizadas pelo acompanhante terapêutico/mediador no processo formativo do aluno com TEA do Ensino Médio Integrado; efetuamos ainda no estado da arte, uma pesquisa, a nível nacional, sobre o TEA e tendências futuras

para a mediação, por meio dos produtos educacionais, e seus impactos ao longo da história para os envolvidos no processo formativo dos alunos do espectro autista. Essa pesquisa gerou publicação em revista científica, a qual é citada durante o trabalho. Além disso, foram desenvolvidos dois Produtos Educacionais, com o intuito de contribuir e apoiar o processo formativo, aplicado pelos Acompanhantes Terapêuticos /mediadores escolares para os estudantes com TEA, do Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa.

Ancorado na metodologia de pesquisa quanti-qualitativa e no referencial teórico-metodológico de diversos autores, que serão citados no decorrer do texto, o trabalho está organizado em seis partes, sendo: parte um - introdução; parte dois - referencial teórico, dividido por quatro títulos, e um subtítulo no quarto título. Sendo assim discriminado:

O primeiro título faz uma abordagem teórica do Ensino Profissional Integrado, no que se refere ao ensino integrado.

O segundo título levanta uma discussão necessária sobre a inclusão educacional, abordando a legislação sobre o cenário atual.

O terceiro título, nos leva a entender o universo Transtorno do Espectro Autista, com um recorte histórico, e suas variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

O quarto título apresenta o papel dos ATs na formação dos alunos com TEA, como suporte ao processo de inclusão aos alunos com autismo do IFPB, campus João Pessoa. E para isso, abordou-se, aproximações do Acompanhante Terapêutico, com a Escola e, ainda, a mediação do profissional para aprendizagem do aluno com TEA.

O aporte metodológico do estudo, como já mencionado, é quanti-qualitativo, com uso da tipologia, exploratória-descritiva. A metodologia, assim como os participantes e os procedimentos gerais utilizados na pesquisa, são o conteúdo da parte três.

A parte quatro, está dividida por três títulos, e dois subtítulos, apresentando, o produto educacional: o prontuário, a estrutura desse prontuário, depois a cartilha e a estrutura da cartilha, e por fim, a apresentação dos produtos.

A parte cinco, culmina na apresentação de resultados e discussões, através de relatos e seus resultados, diante da pesquisa aplicada aos gestoras

nos serviços Departamento De Assistência Estudantil - DAEST e Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas - COAPNE.

Na parte seis, as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido, apontando algumas constatações que a pesquisa permitiu realizar bem como, alguns encaminhamentos para aplicações práticas e futuras investigações.

Após essa estruturação, apresentou-se ainda as referências para servir de base as pesquisas futuras, assim como os apêndices e anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A proposta desse capítulo é discutir o Ensino Profissional Integrado- EPT, tendo como base um breve levantamento histórico, enfatizando o papel da educação no viés da educação emancipadora para a construção de indivíduos omnilaterais. No decorrer do capítulo, será explanado, sobre a inclusão educacional, diante de uma abordagem da legislação sobre o cenário atual, trazendo um recorte sobre o TEA no contexto histórico e conceitual, com foco no papel dos ATs na formação dos referidos estudantes, do IFPB.

2.1 ENSINO PROFISSIONAL INTEGRADO

A concepção da palavra “Educação” vem, do latim da palavra *educare*, que tem significado abrangente, e que não abarca somente os aspectos escolares, aprendizagem e instituição de ensino, mas sim tudo que está relacionado ao desenvolvimento humano integral, como, por exemplo, os campos social e pessoal Carvalho (2018).

Isto posto, trazemos para reflexão, que o surgimento da educação no Brasil, se deu a partir da relação entre a igreja católica e o Estado, que, no período de 1549 e 1759, com a companhia de Jesus, foi formada por Santo Inácio de Loyola, juntamente com outros padres que desempenharam o papel de professores, que tinham o objetivo da catequização dos indígenas e dos colonos. Ou seja, esse movimento foi resultado do período colonial, que por sua vez, deixou um marco na história da educação no Brasil, conforme Rosário e Melo (2015) referem que:

As escolas e colégios jesuítas, subsidiados pelo Estado português, se obrigavam a formar gratuitamente sacerdotes para a catequese, instruir e educar os indígenas, os mamelucos e os filhos dos colonos brancos. O estudo é encarado como fundamental, um espaço para a guerra de ideias contra o protestantismo e na preservação dos valores morais e na difusão da cultura cristã europeia (Do Rosário e Melo, 2015, p.384).

A catequização dos indígenas, apor meio de atividades que envolviam a leitura, escrita, cantigas, entre outras atividades, realizadas pelos jesuítas como os outros estudiosos, demonstravam interesse em estudar a área da educação e publicar livros falando sobre a temática e sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento, aprendizagem dos indígenas, diferenças entre indígenas e europeus, importância dos jogos na aprendizagem, demonstrando o caráter

psicológico e educacional destes materiais Correia e Campos (2004).

Na metade do século XX, chegava ao Brasil um movimento educacional chamado Escola Nova, que trouxe impactos econômicos, sociais e políticos. Esse movimento tinha diversos princípios que eram fortemente contra as escolas tradicionais, defensoras de um ensino autoritário e de um aluno que assumisse um papel passivo durante o processo de aprendizagem. Isso porque, a Escola Nova visava o desenvolvimento do espírito crítico, a autonomia dos alunos, e estimulava os trabalhos manuais que auxiliavam no desenvolvimento da criatividade, e o ensino era pensado de forma a ser levado também para fora da sala de aula Alves (2010).

Já em 1909, Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 7.566 em 23 de setembro, criando as “Escolas de Aprendizes e Artífices”. Em 1927, através do Decreto nº 5.241, definiu que “o ensino profissional é obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União”.

Na Constituição Federal de 1937, promulgada pelo Governo Getúlio Vargas, onde tratou da educação profissional e industrial, no Art. 129. enfatizou o dever do Estado e definindo que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes na esfera da sua especialidade. Contudo, a Lei nº 378², de 13 de janeiro de 1937, transformou as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União, em Liceus Industriais e instituiu novos Liceus, para propagação nacional “do ensino profissional, de todos os ramos e graus” (Brasil, 1937, p.5)

O ano de 1942 foi marcado por relevantes decretos; o primeiro, Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, o qual, definiu que o ensino industrial seria ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo, abrangendo o ensino industrial básico; o ensino de mestria; o ensino artesanal e a aprendizagem. Já o segundo ciclo, compreenderia o ensino técnico e o ensino pedagógico. Nesse mesmo ano, o Decreto nº 4.127/42, vem para estabelecer, as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, constituída de escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem, extinguindo os Liceus Industriais, transformando-os em Escolas Industriais e Técnicas, as quais, passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. Foi ainda em 1942, que foi criado o Senai

² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10378.htm

(Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) pelo Decreto nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

No ano de 1946, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, nº 9.613, com a finalidade de tratar dos estabelecimentos de ensino agrícola federais. Além disso, também foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, pelo Decreto nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. A Constituição³ desse mesmo ano, definiu que “as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores” (Brasil, 1946, p.37).

Somente em 1959, é que foram instituídas as Escolas Técnicas Federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal. Dois anos depois, em 20 de dezembro de 1961, foi promulgada a Lei nº 4.024/61. Essa foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que permitiu que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar os estudos no Ensino Superior. Em 1967 as fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação (MEC), e passaram a ser denominadas escolas agrícolas; um ano depois, a Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 permitiu a oferta de cursos superiores destinados à formação de tecnólogos.

A Lei nº 5.692/71, definiu que todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, de auxiliar técnico (habilitação parcial). Com isso, o início dos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Cefets, pela Lei nº 6.545, de 30 de junho.

Dando continuidade aos marcos históricos, em 1982 a Lei nº 7.044, que por sua vez, reformulou a Lei nº 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau. Em 1991, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac.

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm

E somente no governo de Itamar Franco em 1994, foi instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Na Rede Federal houve transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets (Centros Federais de Educação Tecnológica). Segundo a Lei nº 8.948/94, Art. 1º, parágrafo, 2º, a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica teve como finalidade permitir uma melhor articulação da Educação Tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições, entre estas e as demais da Política Nacional de Educação, além de sua integração com os diversos setores da sociedade e do setor produtivo. No entanto, conforme entendimento de Garcia e Lima Filho (2004),

[...] a proposta do MEC, na medida em que definia uma estrutura de educação tecnológica específica e paralela, se colocava em sentido oposto à concepção do sistema nacional de educação, presente no projeto de LDB que se encontrava em discussão no Congresso Nacional e que previa a integração e articulação dos níveis e modalidades educacionais em um sistema único, dando-lhe uma dimensão de totalidade (Garcia e Lima Filho, 2004, p. 19).

Desse modo, a proposição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica constituiu-se em uma iniciativa que corroborou com o histórico distanciamento entre Educação Profissional e Educação Propedêutica, caminhando, portanto, na direção da dualidade estrutural da educação brasileira.

Segundo Saviani (2001), a partir dos anos 90, ocorreu uma guinada de rumos da educação brasileira e, assim, acabou resultando na LDB, Lei 9394/96. Para o âmbito da educação profissional, ela a restringe aos artigos, 39 e 42 e considera-a como uma modalidade de educação, cujo custeio não se encontra sob a responsabilidade de qualquer instância governamental. E a educação profissional, “tornou-se órfã do dever do estado em matéria de financiamento e sua responsabilidade ficou diluída” (Cury, 2002, p.25)

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) consideram que o Decreto 2.208/97 era “ilegal” ao determinar a separação entre o ensino médio e a educação profissional, pois contrariava as determinações da LDB 9.394/96, que no seu artigo 40 prescreve: “[...] A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular [...]”.

Do ponto de vista do conceito, formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária,

que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 e que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96. Assim, essa expressão também se relaciona com a luta pela superação do dualismo estrutural da sociedade e da educação brasileira, a divisão de classes sociais, a divisão entre formação para o trabalho manual ou para o trabalho intelectual, e em defesa da democracia e da escola pública (Ciavatta, 2014).

No caso da formação integrada, a educação e a educação profissional são homogêneas nesse processo, portanto, não se separam para o trabalho seja no âmbito da formação inicial, tecnológica ou superior. Segundo Ciavatta (2014), isso significa que é o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

Analisando, então, a natureza da formação integrada a partir do seu retorno no ano de 2004, segundo Grabowski (2006, p. 9 *apud* Carneiro, 2017, p. 123) aponta que:

A proposta de integração do curso médio e do curso técnico de nível médio, alternativa constante do Decreto n. 5.154/04, possui um significado e um desafio para além da prática disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, pois implica um compromisso de construir uma articulação e uma integração orgânica entre o trabalho como princípio educativo, a ciência como criação e recriação pela humanidade de sua natureza e cultura, como síntese de toda produção e relação dos seres humanos com seu meio. Portanto, ensino integrado implica um conjunto de categorias e práticas educativas no espaço escolar que desenvolvam uma formação integral do sujeito trabalhador (Grabowski 2006, p. 9 *apud* Carneiro, 2017, p. 123).

Diante disso, a educação profissional e tecnológica no Brasil, vem assumindo um papel estratégico para o desenvolvimento do país, atendendo a diversos públicos, em diferentes áreas da produção. Importante lembrar, que, se as esferas que pensavam na educação regular e profissional, viviam essas transformações, imaginemos então, até chegar a alcançar os alunos com deficiência, e sua inserção no mundo do trabalho, isso mesmo, ainda temos muito caminho a percorrer. Vejamos no próximo título, como o cenário da inclusão, está atrelada as questões legais, configurando até hoje, uma busca contínua por garantia de direitos, omitidos ao público.

2.2 INCLUSÃO EDUCACIONAL: ABORDAGEM DA LEGISLAÇÃO SOBRE O CENÁRIO ATUAL

A inclusão educacional é um tema de extrema relevância no cenário atual da educação em todo o mundo. Trata-se de um conceito que busca garantir o acesso igualitário à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças, deficiências ou necessidades especiais. Neste texto, abordaremos a inclusão educacional sob a perspectiva da legislação, destacando como as leis têm evoluído para promover um ambiente educacional mais inclusivo.

Compreende-se que a educação deve ser concedida a todos os indivíduos; é o que afirma a Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990, p. 2), ao referir que: “a educação é um direito fundamental para todos”. A referida Declaração foi criada baseada da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e ressalta ainda que a educação ministrada atualmente possui grandes deficiências, sendo necessário passar pelo processo de renovação.

A Declaração de Salamanca (1994, p. 1), aborda que os sistemas educacionais deveriam estar aptos para receber a diversidade de características e necessidades de todos os alunos, levando em consideração que “todo aluno possui características, interesses, habilidade e necessidade que são únicas”. Nesta declaração, ainda é afirmado que os alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), devem ter acesso à escola regular.

Ao falar sobre uma educação que esteja apta para receber alunos com NEE, é necessário iniciar o discurso sobre a Educação Inclusiva, onde a mesma não se limita ao âmbito de sala de aula, para alunos que possuem algum tipo de deficiência, mas sim, o de proporcionar aos alunos, um convívio social, eliminando inicialmente, atitudes consideradas discriminatórias. E quando se trata de inclusão e educação profissional, Silva (2020), nos orienta que,

Quando se trata de inclusão e educação profissional, estamos nos referindo a dois direitos constitucionais fundamentais: o direito à educação e o direito ao trabalho. Nesse contexto, a inclusão é mais que uma inserção de espaço, torna-se uma missão social que visa à garantia de direitos, assegurando o exercício de cidadania. A história da inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional decorre dos caminhos da inclusão na educação em geral, e as ações devem ser analisadas, discutidas e implantadas como fator de inserção do discente na vida social e no mundo do trabalho, por meio do aprendizado de qualidade (Silva, *et al.*, 2020, p.2)

Em 2015, foi promulgada a Lei 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – Estatuto da pessoa com deficiência. A LBI tem como base a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, p.1), que estabelece, em seu artigo primeiro, que “PcD são aquelas pessoas que possuem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial que podem dificultar ou mesmo obstruir sua participação plena na sociedade”.

Nessa perspectiva, o cenário da inclusão se encontra com o trabalho, como categoria fundamental para nossa discussão, ao passo que converge ao trabalho no sentido ontológico, Ramos (2008), nos esclarece, que:

O trabalho no sentido ontológico, como processo inerente da formação e da realização humana, não é somente a prática econômica de se ganhar a vida vencendo a força de trabalho; antes de o trabalho se isto – forma específica que se configure na sociedade capitalista – o trabalho é a ação humana de interação com a realidade para satisfação de necessidade e produção de Liberdade. Nesse sentido, não é emprego, não é ação econômica específica. Trabalho é produção, criação, realização humana. Compreender o trabalho nessa perspectiva é compreender a história da humanidade, as suas lutas e conquistas mediadas pelo conhecimento humano (Ramos, 2008,p.3).

No contexto brasileiro, a inclusão educacional é respaldada por diversos dispositivos legais, sendo a Constituição Federal de 1988 um dos marcos iniciais desse processo. Ela estabelece o direito à educação como fundamental e prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. No entanto, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em sua reformulação de 1996, que introduziu uma abordagem mais específica sobre a educação inclusiva ao prever a necessidade de adequação do ensino comum para atender às diferenças individuais dos alunos.

Um avanço significativo ocorreu em 2008, com a promulgação da Lei nº 12.319, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa legislação reforçou o compromisso do Brasil com a inclusão educacional ao estabelecer diretrizes para a oferta de educação especial em classes comuns do ensino regular. Além disso, ela reconheceu a diversidade como um valor a ser celebrado e respeitado nas instituições de ensino.

Outro ponto crucial foi a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2008, que fortaleceu o compromisso do país com a inclusão educacional, destacando a necessidade de adaptação do sistema

educacional e das escolas para garantir a participação plena e efetiva de todos os alunos, sem discriminação.

No entanto, apesar do marco legal favorável, a implementação da inclusão educacional ainda enfrenta desafios no Brasil e em outros países, a partir da falta de estrutura adequada, das Instituições de Ensino, formação de professores, a conscientização e o combate ao preconceito são questões que demandam atenção contínua. É fundamental que a legislação seja acompanhada por políticas públicas eficazes e investimentos para que a inclusão seja efetiva.

Historicamente, nossa sociedade foi privada de conviver e conhecer os potenciais que as pessoas com TEA e outras deficiências podem ter. Muitas dessas pessoas, vivenciaram processos de exclusão.

Segundo Del'Porto e Assumpção Jr. (2023, p.84),

Nas últimas décadas, temos vivenciado o início de uma grande mudança de comportamento social, em que toda a sociedade é levada a refletir sobre os conceitos de inclusão, responsabilidade social e respeito à diversidade. Esse início de mudança surgiu acompanhado pela imposição de medidas legais, sendo um dos exemplos, a Lei de Cotas. A partir dessa lei, o segundo setor (iniciativa privada) foi obrigado a ceder e abrir suas portas para a contratação de pessoas com deficiência. Com esse movimento, foi possível observar exemplos de superação e um início da quebra de paradigmas (Del'Porto e Assumpção Jr., 2023, p.84).

Considerando a relevância do tema, os autores ainda vão referir, que, incluir é uma atitude, uma convicção. Não é uma ação ou um conjunto delas. É um modo de vida fundado na convicção de que cada indivíduo é único e pertence a um grupo (Del'Porto e Assumpção Jr., 2023, p.84).

Dessa maneira, a inclusão educacional é um direito assegurado por diversas legislações ao redor do mundo, incluindo o Brasil. No entanto, sua implementação requer esforços contínuos para superar desafios e garantir que todos os alunos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente, independentemente de suas diferenças. É um compromisso fundamental para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Partindo daqui, vamos agora, entender sobre o TEA no âmbito, histórico e conceitual, por acreditar que não conseguiremos esgotar essa temática, no tópico que se apresenta, a seguir.

2.3 TEA: HISTÓRICO E CONCEITOS

Este capítulo tem como objetivo, abordar de forma resumida apontamentos de uma perspectiva histórica, que não se esgota nesta pesquisa. Em um segundo momento, discutiremos as variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem.

Com base em autores, pesquisadores da área Whitman (2015), Orrú (2016), Cunha (2019, 2020), Grandin (2020) e Mota (2020), trouxemos os recortes que coadunam na história, tanto nos elementos que recortam as pesquisas, descobertas, períodos e principais autores e pesquisadores. E o mais importante nessas pesquisas é a promoção da informação e o conhecimento evolutivo do diagnóstico contribuindo com a inclusão das pessoas com TEA nos espaços sociais, segundo as principais legislações.

Por mais que esses autores, tenham gerado pesquisas recentes, afinal, os estudos sobre o TEA também o são, não podendo nos furtar de manter ativa a perspectiva de continuidade. Foi em 1916, que o psiquiatra suíço Eugene Bleuler, utilizou, pela primeira vez, o termo autismo, se referindo a sintomas negativos da esquizofrenia. As primeiras publicações sobre o que conhecemos por autismo infantil foram de Léo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944).

Kanner, pesquisador e médico psiquiatra austríaco radicado nos Estados Unidos, observou, em 11 crianças que acompanhava algumas características em comum: dificuldade de se relacionarem com outras pessoas, comprometimento na linguagem (comunicação restrita) e fixação pelo que é imutável Kanner (1943), Grandin (2015), Whitman (2015), Bosa (2002) e Schwartzman (2003).

Embora Kanner receba o crédito pela identificação e por muitas descrições perspicazes sobre o autismo infantil, ele é frequentemente criticado por suas ideias sobre a origem do transtorno. Ele via o autismo, pelo menos em parte, como uma resposta a um estilo de criação infantil sem valor emocional; uma reação na qual a criança se retrai de uma realidade social desagradável ingressando em um mundo particular interno. Em determinado ponto, Kanner (1952) indicou que o autismo era difícil de tratar, devido à falta de cooperação dos pais, e sugeriu que crianças autistas poderiam se sair melhor se colocadas em lares adotivos. Enquanto Kanner salientava mais os componentes afetivos do autismo, outros se concentraram, posteriormente, nos déficits cognitivos

associados com o transtorno, particularmente nos problemas de processamento de informações sociais e emocionais Hobson (1993), Rutter (1983).

Asperger (1944) apontou que a fala deste grupo de indivíduos, embora não atrasada, ainda assim era incomum e estereotipada. Já Bettelheim, como Kanner, salientou a importância do ambiente social no desenvolvimento do autismo nas crianças Bettelheim (1967). Em sua opinião, o autismo, e particularmente seus sintomas de retraimento social e apatia, evoluíram devido ao distanciamento emocional de mães “frias”. Esse fator, não está distante do cenário político e social da época, onde as mulheres eram reflexo de opressão além disso, as mulheres eram herdeiras da ideia de que só adequar-se para ser dona de casa, esposa e mãe, e deveriam saber a importância de um casamento.

Atualmente quando falamos do TEA, minimamente associa-se ao diagnóstico, o CID (Classificação Internacional de Doenças) e o DSM⁴ (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), em especial, porém percebe-se o TEA pela dificuldade na comunicação social, e nos comportamentos restritivos e repetitivos.

Nas três últimas décadas autores e especialistas, promoveram estudos sobre o TEA baseados em pesquisas e no cotidiano das pessoas com TEA. Entretanto, em diversas ações e investigações, em especial nos cenários sociais como a escola e a família, são estimulados que os déficits podem causar “prejuízo”, e essa forma de encarar a deficiência, não só ao universo dos autistas, mas às pessoas com deficiência (PcDs) de um modo geral, é vista como uma leitura equivocada desses corpos. Conforme nos aponta Marco (2020, p.8) “[...] ter um corpo com deficiência implica em não ter um corpo, as pessoas acreditam que o que eu tenho é um pedaço, um erro da medicina, um experimento filtrado apenas”. Ele ainda acrescenta, quando nos ensina sobre, como a sociedade enxerga a deficiência – (como um acidente entre o que se deseja e o biológico), não existindo um ser próprio, e sim, um invasor de si mesmo.

Para Diniz (2012), ela desmitifica a deficiência quando nos aponta,

A concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana, foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. O corpo com

⁴ AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2023.

deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação do que seria o corpo sem deficiência (Diniz, 2012, p.4).

Para além do viés do corpo e sua lesão, esse olhar denuncia a estrutura social que oprime todas as PcD e vulneráveis, com características que reprimem, e retardam o avanço de uma sociedade como o Brasil, com estruturas patriarcal, sexista e racista.

O objetivo da classificação de doenças apresentadas no CID-10, lançada no início dos anos 90, é organizar e padronizar a nomenclatura com códigos para as enfermidades, o que permite comunicação entre a comunidade dos profissionais de saúde. De acordo com site oficial da Organização Mundial de Saúde - OMS, a Código Internacional de Doenças - CID-11, passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

Essas mudanças de CID, representaram um impacto importante para as pessoas com TEA. O Quadro 1 apresenta as principais mudanças ocorridas entre as referidas edições da CID:

Quadro 01: Mudanças entre o CID-10 e o CID-11*

CID-10 (Começou a vigorar em: 1º de janeiro de 1993)	CID-11 (Começou a vigorar em: 1º de janeiro de 2022)
F84 – Transtornos globais do desenvolvimento (TGD)	6A02 – Transtorno do Espectro ⁵ do Autismo (TEA)
F84.0 – Autismo infantil;	6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
F84.1 – Autismo atípico;	6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
**F84.2 – Síndrome de Rett;	6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
F84.3 – Outro transtorno desintegrativo da infância;	6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
F84.4 – Transtorno com hipercinesia associada a retardo mental e a movimentos estereotipados;	6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
F84.5 – Síndrome de Asperger;	6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;

⁵ Segundo a OMS (2002), o **Espectro** - refere a uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva.

F84.8 – Outros transtornos globais do desenvolvimento;	6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.
F84.9 – Transtornos globais não especificados do desenvolvimento.	6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)
	6A02.0 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
	6A02.1 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional;
	6A02.2 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
	6A02.3 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada;
	*** 6A02.4 – <i>Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional</i>
	6A02.5 – Transtorno do Espectro do Autismo com deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional;
	6A02.Y – Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado;
	6A02.Z – Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

* (Atualizado em 21/09/2018 com a listagem de todos os códigos CID-10 e CID-11).

** (Atualizado em 15/11/2021 com o código de síndrome de Rett e link para artigo “O último dia da Síndrome de Asperger”).

*** (Atualizado em 03/01/2022, excluindo-se o código “6A02.4 – Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com ausência de linguagem funcional”; que ficou de fora da versão final da CID-11).

Estas mudanças são vitórias para o TEA, pois refletem desdobramentos, que favorecem esses sujeitos, no que tange ao direito da pessoa com deficiência, independente do território, em especial, quanto aos espaços sociais que necessitam de laudos, cada vez mais precisos, em direção a entender o aluno, conforme suas demandas específicas. Algumas das principais razões pelas quais essas mudanças foram significativas incluem: a atualização da terminologia. Com o avanço da ciência médica e o desenvolvimento de novas descobertas, surgiu a necessidade de atualizar a terminologia e os conceitos utilizados na classificação de doenças. A CID-11 incorporou terminologia atualizada e precisa para refletir os avanços no conhecimento médico. Outro ponto foi a abordagem centrada na saúde, visto que, a CID-11 teve como objetivo adotar uma abordagem mais centrada na saúde, que vai além da mera classificação de doenças e foca em aspectos positivos da saúde. Essa

abordagem mais holística é importante para promover o bem-estar geral e a saúde mental OMS (2019).

Para além dos médicos, a escola e a família, também passou a perceber que a CID-11, procurou simplificar a estrutura da classificação e tornar os critérios diagnósticos mais claros e acessíveis a todos. Isso facilita a utilização da classificação e ajuda na comunicação entre diferentes profissionais e sistemas de saúde em todo o mundo.

Ainda, que essa atualização incluiu novos transtornos e condições que não estavam presentes na CID-10, o reconhecimento crescente de algumas condições médicas e de saúde mental. Para quem trabalha com essas informações, “a CID-11 foi projetada para se alinhar melhor com os sistemas de registro eletrônico de saúde, facilitando a integração e a troca de informações de saúde entre diferentes plataformas, inclusive no prontuário eletrônico” OMS (2019).

Essas são algumas das razões pelas quais a mudança da CID-10 para a CID-11 foi considerada importante e relevante para a melhoria contínua da classificação e para acompanhar os avanços na medicina e na saúde global dos pacientes inseridos no espectro. A CID-11 continua a evoluir para melhor atender às necessidades em constante mudança da comunidade médica e das populações em todo o mundo, especialmente porque cada TEA é único e possui características dissemelhantes e isso vai exigir cada vez mais da ciência um dinamismo. E isso é uma fragilidade, pois conforme Monteiro (2003), a escola reproduz a sociedade em que está inserida, ou seja, é “fonte de conservação social”. Assim, o professor, quando em sala de aula não atende às necessidades educacionais do aluno com deficiência sob sua responsabilidade por diversas razões, dentre elas: ausência de preparo acadêmico durante a formação profissional; falta de apoio em sala de aula; ausência de recursos adequados ou mesmo habilidades sociais frágeis, frente a situações com alunos PCDs, reproduz a segregação advinda da sociedade em que vive. Por consequência, a legislação, a favor da inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns, ocorreu pela força dos movimentos sociais que pressionaram e questionaram os modelos segregacionistas.

Para tanto, pensar em educação inclusiva é sobretudo, falar em aprendizagem dentro dos contextos sociais. Nas escolas é se falando em

inclusão nas disciplinas e dentro de sala, que se promove a inclusão, nas relações entre as crianças e jovens. Aprende que identificar os corpos diferentes e antes de tudo, a romper com o preconceito, permanecendo o desafio de promover o respeito à diversidade, acolhimento, garantia de uma cultura escolar inclusiva e de qualidade.

O TEA, no processo de aprendizagem, gera relações diretas e indiretas com a escola, com a família e com a sociedade. Para que essas relações sejam concretas precisa andar em conjunto com as atividades pedagógicas e gerar sentido para aprendizagem dos alunos.

No cotidiano escolar, as atividades são de responsabilidade conjunta, alcançando etapas previamente estabelecidas. Cunha (2020), fala dessas etapas:

Cada etapa superada demanda uma nova. Podemos começar pelos afazeres diários que precisam ser realizados cotidianamente. Inicialmente, o que é mais importante aprender para outorgar autonomia deverá ser privilegiado. Ainda que o aluno não aprenda perfeitamente o que se busca ensinar, ele estará trabalhando sempre a interação, a comunicação, a cognição, os movimentos e outras habilidades (Cunha, 2020, p.117).

A escola e o professor traçam os objetivos de conhecimento e comunicam as rotinas de aprendizagem. Em seguida, e com acompanhamento e auxílios necessários a cada realidade, o aluno adquire autonomia para transitar criativamente sobre o conhecimento, e suas demais relações. Para Cunha (2020), os estágios da aprendizagem⁶ não são rígidos, principalmente no espectro autista, em que há sujeitos com características diferentes. Entretanto, são parâmetros que dão suporte ao professor, que deverá contar com sua sensibilidade para conduzir todo o processo.

2.4 PAPEL DOS ATS NA FORMAÇÃO DOS ALUNOS COM TEA

Os Acompanhantes Terapêuticos (ATs) surgiram como uma abordagem inovadora no campo da saúde mental, com o objetivo de oferecer suporte e assistência a pessoas que enfrentam desafios psicológicos, emocionais ou sociais. Essa prática teve início nas décadas de 1960 e 1970, como uma resposta ao modelo tradicional de tratamento em saúde mental, que muitas

⁶ Os estágios de Aprendizagem, segundo Cunha (2020, p. 127), diretivo, autônomo, criativo e colaborativo.

vezes isolava os pacientes em hospitais psiquiátricos, Mauer e Resnizky (1987). A figura do AT se apresenta como uma das atualizações dessa necessidade (Rolnik, 1997, p. 83-84).

O movimento dos ATs começou nos Estados Unidos, impulsionado por profissionais da saúde mental, ativistas e pessoas que vivenciaram os limites do tratamento convencional. Esses indivíduos reconheceram a necessidade de uma abordagem mais individualizada e centrada na comunidade para lidar com questões de saúde mental, Mauer e Resnizky (1987). Eles perceberam que, em muitos casos, a melhoria do bem-estar mental e emocional dependia de fatores além do consultório terapêutico, como a interação social, o apoio emocional e a participação ativa na sociedade.

Os ATs, então, se tornaram uma extensão dos tratamentos terapêuticos convencionais, acompanhando os pacientes em suas atividades diárias, seja em casa, no trabalho, na escola ou em qualquer outro ambiente em que eles precisassem de suporte. Esses profissionais fornecem um suporte contínuo, ajudando os alunos a desenvolver habilidades sociais, a lidar com situações estressantes, a estabelecer rotinas saudáveis e a promover sua autonomia, Porto e Sereno (1991).

O AT não pode ser reduzido a uma modalidade de intervenção clínica secundária. É importante esse entendimento para além de uma questão legal, pois, o AT entra no campo da experiência do acompanhado para lhe ofertar “um lugar comunitário, ponto de partida para o gesto que constitui o porvir” (Antúnez, Barreto e Safra, 2011, p. 17).

Na Argentina, por exemplo, em agosto de 2010 foi publicado o código de ética do AT, lá o Acompanhamento Terapêutico é caracterizado como profissão regulamentada. (Lic e Bustos, 2010).

Para Rocha (2020, p. 127), no Brasil, ainda falta controle no exercício profissional e necessita-se da criação de leis e de código de ética para esses profissionais. Com o tempo, o conceito de Acompanhante Terapêutico se espalhou para outros países e foi adaptado às necessidades de cada contexto cultural e social.

No Brasil, por exemplo, os Acompanhantes Terapêuticos ou "ATs", são reconhecidos como profissionais que desempenham um papel essencial no

suporte à reintegração social e no cuidado de pessoas com transtornos mentais ou com necessidades especiais. Benevides (2007).

O trabalho dos ATs é realizado em estreita colaboração com outros profissionais de saúde mental, como psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais, a fim de proporcionar um tratamento abrangente e multidisciplinar. Eles ajudam os pacientes a se adaptarem a situações desafiadoras, a desenvolverem habilidades de enfrentamento e a estabelecerem relações saudáveis e significativas.

Os Acompanhantes Terapêuticos (ATs) também podem desempenhar um papel importante no ambiente escolar, fornecendo suporte individualizado a alunos que enfrentam desafios emocionais, comportamentais ou de aprendizagem. A presença de um AT no ambiente escolar pode ajudar a promover a inclusão e o bem-estar desses alunos, proporcionando-lhes o apoio necessário para que possam se envolver plenamente na vida acadêmica.

Visando o sucesso escolar dos alunos com TEA, uma alternativa que vem sendo utilizada tem sido a presença de um Acompanhante Terapêutico (AT) junto aos alunos em questão. Conforme Assali (2006), a história deste profissional remonta o movimento antimanicomial protagonizado na área da saúde mental na década de 1960. O serviço de ATs tinha como objetivo auxiliar na reinserção social daquelas pessoas anteriormente absorvidas institucionalmente pelos manicômios, especialmente os psicóticos.

Atualmente, com a oferta de vagas nas escolas regulares para alunos com deficiência, altas habilidades/superdotação e TEA, a necessidade de acompanhamento passa da área da saúde para a educação, criando a modalidade chamada de Acompanhamento Terapêutico Escolar – ATE, Assali (1999).

Segundo Assali (2006) a função do AT é algo bem definido e com tempo de finalização previsto, sendo o objetivo central deste profissional garantir o ingresso de alunos com necessidades especiais na escola.

Barros e Brandão (2011) complementam que o AT pode ser entendido também como um recurso auxiliar no processo educacional, quando este profissional atua como facilitador do processo inclusivo. As ações do AT na escola compreendem o acompanhamento do indivíduo durante todo o período em que ele se encontra na instituição, dentro e fora da sala de aula, ações para

a integração com o grupo escolar e auxiliar no desenvolvimento das atividades propostas pelo professor.

Já as estratégias específicas do AT são pensadas a partir das condições contextuais da escola, incluindo características do aluno e sua família, a turma e os objetivos pedagógicos do professor, Silva e Silva (2006).

Conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (2008) o atendimento educacional especializado é um direito do indivíduo com Transtornos Globais do Desenvolvimento, o que garante definitivamente a escola como seu lugar na atualidade. Segundo a Lei Berenice Piana nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, em seu art. 3º, parágrafo único, sobre os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”.

É importante ressaltar que o trabalho dos ATs no ambiente escolar deve ser realizado em estreita colaboração com os professores, equipe pedagógica e outros profissionais de saúde mental, a fim de garantir uma abordagem integrada e consistente. O objetivo é fornecer um suporte holístico aos alunos, considerando suas necessidades emocionais, sociais e acadêmicas, a fim de promover seu desenvolvimento e sucesso escolar.

2.4.1 Acompanhante terapêutico junto aos alunos com TEA

A atuação dos Acompanhantes Terapêuticos (ATs) junto aos alunos com TEA se torna significativo, diante do apoio para sua participação e inclusão no ambiente escolar.

Tomando por base, as orientações de Rocha (2023, p. 36-41), quanto às caracterizações do TEA, é um transtorno do neurodesenvolvimento, que afeta a comunicação, interação social e comportamento dos indivíduos, e cada aluno com TEA tem necessidades e características específicas.

Com base nisso, e entendendo as experiências vividas no contexto escolar, os ATs podem desempenhar tarefas para auxiliar os alunos com TEA, baseado nas funções, nas dificuldades no TEA e maneiras pelas quais, os ATs

podem desenvolver atividades a partir dessas particularidades do espectro, para Rocha (2023, p. 39), o espectro passou a se reconhecer a possibilidade de diagnosticar TEA também em indivíduos cujos déficits não “se tornam totalmente manifestos até que as demandas de comunicação social excedam as capacidades limitantes”. O Quadro 2 apresenta essas informações:

Quadro 02: Atuação dos ATs no Ambiente Escolar

Atuação dos ATs no Ambiente Escolar		
Funções	Dificuldade no TEA	Característica
Suporte na comunicação	Alunos com TEA podem enfrentar dificuldades na comunicação verbal e não verbal.	Desenvolver e aprimorar habilidades de comunicação, utilizando métodos alternativos, como sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) ou técnicas de comunicação visual.
Estabelecimento de rotinas e estruturação do ambiente	Alunos com TEA geralmente se beneficiam de rotinas previsíveis e estruturação no ambiente escolar.	Os ATs podem colaborar na criação de rotinas consistentes, auxiliando o aluno a entender e se adaptar às atividades e horários da escola.
Apoio nas interações sociais	Dificuldades na interação social são comuns em alunos com autismo.	Os ATs podem auxiliar na promoção de interações positivas com colegas, estimulando a participação em atividades grupais e oferecendo orientações para o desenvolvimento de habilidades sociais adequadas.
Suporte nas atividades acadêmicas	Dificuldade nas atividades acadêmicas regulares	Os ATs podem colaborar com os professores na adaptação de atividades acadêmicas para atender às necessidades individuais do aluno com TEA. Eles podem oferecer estratégias de ensino diferenciadas, apoio na resolução de tarefas e auxílio na compreensão dos conteúdos.
Gerenciamento de comportamentos desafiadores	Alunos com autismo podem apresentar comportamentos desafiadores, como agressividade, dificuldades de autorregulação emocional e estereotípias.	Os ATs podem ajudar a identificar as causas desses comportamentos e implementar estratégias de intervenção, visando reduzir ou manejar de forma mais adequada esses desafios.

Fonte: Elaboração Própria, 2023.

É importante ressaltar que a atuação dos ATs junto aos alunos com autismo deve ser baseada em uma abordagem individualizada e multidisciplinar, em colaboração com professores, profissionais de saúde, pais e demais

membros da equipe escolar. O objetivo é criar um ambiente inclusivo que proporcione ao máximo desenvolvimento e bem-estar para o aluno com TEA, considerando suas necessidades específicas e promovendo sua participação ativa na vida escolar.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Este capítulo objetiva apresentar a metodologia percorrida para a construção da pesquisa. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de método misto: qualitativo e quantitativo, com a análise baseada em Bardin (2011) e Escala Likert (1932).

3.1.1 Quanto à classificação

Este estudo optou por utilizar um procedimento metodológico de natureza empírica classificada pela pesquisa aplicada que tem como objetivo gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de um problema específico.

Para Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa de campo tem por objetivo obter informações sobre um problema, para o qual se deseja chegar a uma resposta para comprovação ou, ainda, descobrir novos fenômenos e a relação entre eles.

3.1.2 Quanto à abordagem

Para abordagem, desta pesquisa, utilizou-se uma análise quali-quantitativa, uma vez que, tanto a pesquisa qualitativa quanto a quantitativa têm por preocupação o ponto de vista do indivíduo: a primeira considera a proximidade do sujeito, por exemplo, por meio da entrevista; na segunda, essa proximidade é medida por meio de materiais e métodos empíricos, Knechtel (2014).

A pesquisa qualitativa está mais ligada à essência e descrição do objeto, do que à sua quantificação, ou seja, faz referência à dimensão da intensidade, sem grande ênfase à extensão, se preocupando mais com a qualidade, o melhor, e não com a quantidade, o maior. Nesse sentido, segundo Knechtel (2014), a

pesquisa qualitativa é complexa, permite diversidade e flexibilidade, abrigando tendências diversas apoiadas também em raízes filosóficas. Essa modalidade de pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (Knechtel, 2014, p. 106).

A seguir, será apresentada de forma detalhada, a tipologia da pesquisa.

3.1.3 Quanto à tipologia da pesquisa

Quanto a tipologia, Gil (2009, p. 27) diz que a pesquisa é exploratória, e tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Além de exploratória tomamos por base, a pesquisa descritiva. Para Gil (2009, p. 28), a descrição tem por princípio, estabelecer o perfil de uma população ou fenômeno ou as definições para as variáveis, servindo como padrão para obtenção de dados. Considerando a visão de Lakatos (2003, p. 188), enfatiza que

[...] estudos exploratório-descritivos combinados - são estudos exploratórios que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno, como, por exemplo, o estudo de um caso para o qual são realizadas análises empíricas e teóricas. Podem ser encontradas tanto descrições quantitativas e/ou qualitativas quanto acumulação de informações detalhadas como as obtidas por intermédio da observação participante. Dá-se precedência ao caráter representativo sistemático e, em consequência, os procedimentos de amostragem são flexíveis (Lakatos, 2003, p. 188).

Em seguida, e de forma detalhada, são apresentados os conceitos e procedimentos utilizados.

3.2 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Antes do processo de coleta de dados, a pesquisa foi submetida para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), Resolução nº 510/2016 do IFPB, a qual foi aprovada em 24 de novembro de 2021 sob o Parecer nº 5.123.541 (Anexo A), bem como autorizada pelos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F).

Após a aprovação do comitê de ética e dos participantes, foi iniciada a coleta dos dados, reforçando o sigilo dos participantes e que a qualquer momento, se assim desejassem, o participante poderia parar a pesquisa caso

houvesse algum desconforto. Os questionários foram compartilhados por e-mail e por rede social, onde os interessados responderam através de uma das possibilidades, de forma a contribuir com a pesquisa.

Foram utilizados dois instrumentos de pesquisa (Apêndice E): um questionário sociodemográfico, para identificar o perfil dos profissionais; um questionário misto (questões abertas e fechadas relacionadas à temática) com 18 (dezoito) itens com a finalidade de identificar as estratégias de mediação utilizadas pelos acompanhantes terapêuticos no processo formativo do aluno com TEA, em sala de aula. Para Gil (2009, p. 121), o questionário é uma técnica, que visa investigar, por meio de um conjunto de questões que são submetidas a pessoas como o objetivo de obter informações.

As perguntas do questionário específico: um, três, quatro, cinco e sete foram questões abertas como forma de complemento as informações que fazem referência à formação do profissional, formação em AT e tempo na função. As demais questões foram fechadas, com a intenção de pesquisar sobre o perfil profissional existente no IFPB *campus* João Pessoa. Com o objetivo de auxiliar no cotidiano educacional, bem como as estratégias realizadas, dificuldades e facilidades que foram encontradas no processo de inclusão e socialização do aluno com TEA.

Os resultados do questionário sociodemográfico e do questionário misto, foram analisados, diante das questões quantitativas, por meio do pacote estatístico SPSS em sua versão 28.0⁷, utilizando-se da estatística descritiva e inferencial. Já as questões qualitativas, foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo, Bardin (2011) que foram utilizadas na análise dos textos respondidos.

O questionário foi elaborado no *Google Forms* e enviado para o e-mail de todos os profissionais que atendem os alunos com TEA do Campus João Pessoa, por meio de Solicitação formal nº03/2022 – COAPNE/DAEST/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB que mantém em seu quadro o total de 14 (quatorze) profissionais dentre os quais 11 (onze) responderam ao instrumento (Apêndice E).

⁷ Disponível em: <https://spss-64bits.softonic.com.br/>

3.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

No tocante ao universo da pesquisa, vale salientar que para haver uma efetivação bem-sucedida do princípio da inclusão requer estrutura para atender as peculiaridades, desta investigação. De acordo com a legislação vigente, o aluno com Necessidades Educativas Especiais – NEE, tem direito a uma educação de qualidade e deve ser incluído no contexto da escola regular, junto aos demais alunos. Entre as Leis que regulamentam esse direito, podemos citar a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Convenção de Salamanca (1994).

Dentre as condições necessárias, estão os profissionais de apoio para os alunos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), sugeridos na Nota Técnica 19/2010 – MEC/SEESP/GAB de 08 de setembro de 2010. No entanto, ainda que a referida nota oriente em linhas gerais o encaminhamento destes profissionais, não é clara quanto à definição do perfil e da atuação dos mesmos, especialmente daqueles que, para fins deste estudo, serão denominados de Acompanhantes Terapêuticos (AT).

Nas redes públicas da Educação não existe até a presente data um controle efetivo e científico que dimensione o número de ATs em nível nacional e regional. Atualmente em João Pessoa, foi formada uma Associação regulamentada, porém, embrionária, em fase de construção de Regimento, com 126 (cento e vinte e seis) profissionais cadastrados, estando ativos e inativos no mundo de trabalho, esse levantamento, tem sido realizado, por meio de uma inscrição em formulário eletrônico (*Google Forms*), com o objetivo de concentrar, nessa associação, as seguintes informações: o perfil dos profissionais; tempo de atuação; formação; capacitação; dificuldades encontradas no percurso profissional; modalidade (clínico, domiciliar ou escolar); áreas vinculadas; condições de trabalho; remuneração e vínculo empregatício (plano de saúde, particular/família, clinica); se possui supervisão junto a função e por fim, o número de pessoas atendidas. Sendo assim, considerando que atualmente, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se que há 70 milhões de pessoas com TEA em todo o mundo, sendo 2 milhões somente no Brasil. E ainda, aponta que, uma em cada 88 crianças apresenta traços de autismo, para tanto, as escolas precisam das equipes multidisciplinares para fomentar e

garantir o direito da pessoa com Autismo em salas regulares e especiais, Santos (2019).

Portanto, considerando esses números apresentados, e tomando por universo em nossa pesquisa, a amostragem será não probabilística e intencional. Essa amostragem, consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo (Gil, 2009, p. 94).

No tocante à amostra, tomamos por referência os Acompanhantes Terapêuticos do IFPB do *campus* de João Pessoa, por meio de um formulário hospedado na internet, por meio virtual, os critérios de inclusão, foram os ATs que atuam no IFPB de João Pessoa, que aceitaram participar e que estavam acompanhando, ou já tenham acompanhado, alunos com TEA do Ensino Médio, e de exclusão, os ATs, que não quiseram participar, ou que, não tenham acompanhado ou acompanhe alunos com autismo.

O questionário foi enviado para o e-mail de todos os profissionais do COAPNE (Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), que acompanham os alunos com TEA, ou seja, para os 14 (quatorze) participantes da pesquisa. Porém, 78,57% (setenta e oito inteiros e cinquenta e sete décimos de milésimo, por cento) responderam ao instrumento, isto é, 11 (onze) profissionais. As características e os perfis dos participantes respondentes são apresentados a seguir com a ilustração de gráficos e tabelas.

As primeiras questões foram relacionadas ao perfil dos profissionais. Vejamos:

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos participantes

Subcategoria	Frequência	%
Faixa Etária		
15 a 20 anos	1	9,1
21 a 30 anos	7	63,6
31 a 40 anos	3	27,3
Gênero		
Masculino	1	9,1
Feminino	10	90,9
Profissão e/ou função		
Cuidador(a)	1	9,1
Ledor(a)	1	9,1
Psicopedagogo(a)	2	18,2
Audiodescritor(a)	7	63,6
Vínculo empregatício com o IFPB		
Prestação de Serviço	5	45,5
CLT	6	54,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Como evidenciado na tabela 1, pode-se observar que a maior parte da amostra se encontra na faixa etária entre 21 a 30 anos, representando (63,6%), dentre eles (90,9%), são do gênero feminino, por um viés histórico ainda muito vinculado ao cenário patriarcal do Brasil, onde o cuidar compete à mulher. Todavia, esse cenário precisa ser debatido e percebido como algo estrutural que precisa, a passo mesmo ainda que curtos, ser rompido. No tocante à função que ocupam, dos 11 (onze) profissionais investigados, 7 (sete), atuam enquanto audiodescritores, (63,6%), deflagrando uma questão que é característica na categoria dos Acompanhantes Terapêuticos, que é a falta de padronização nas nomenclaturas, levando a um enfraquecimento da categoria desde sua contratação, que em nossa pesquisa, coadunam nessa mesma justificativa, com 6 (seis) profissionais contratadas pelo regime celetista (carteira assinada), contra 5 (cinco), 45,5% em regime de prestação de serviço, denotando uma necessidade do sistema, entretanto, uma não padronização nas ações voltadas para o atendimento aos alunos com deficiência, devido à volátil possibilidade de contratações contínuas, prejudicando o planejamento de acomodação de ações permanentes junto a equipe.

No tocante à experiência dos profissionais, enquanto ATs, (36,3%) possuem entre 3 e 4 anos, demonstrando confiança e assertividade junto as ações que dependem desses profissionais nos espaços formais e informais.

Tabela 2 – Há quanto tempo exerce a função de Acompanhante Terapêutico - AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador.

Subcategoria	Frequência	%
6 meses	3	27,3
1 ano	1	9,1
2 – 3 anos	2	18,2
3 – 4 anos	4	36,3
6 anos	1	9,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quando abordado sobre o acompanhamento dos alunos com outros tipos de deficiência e/ou transtornos de aprendizagem, considerando que todos os pesquisados, tem ou já tiveram experiência em acompanhar alunos TEA, era importante identificar, quais os demais outros. Por isso, no grupo pesquisado, 63,6% (7) acompanharam os estudantes com Deficiência Intelectual, 18,2% (2) acompanharam, estudantes com Síndrome de Down; TDAH; Surdocegueira e Dislexia, 9,1% (1) acompanhou um estudante com Deficiência Física, 9,1% (1)

acompanhou estudante com Deficiência Visual. Esses dados não refletem todo o volume de estudantes atendidos pelo COAPNE, porém, nos leva a pensar sobre as especificidades de estudantes com necessidades especiais e na valorização da promoção dos direitos humanos e reconhecer que no IFPB, assim como nas escolas, é um local para ampla construção de conhecimento, saberes e relações.

Tabela 3 – Além de alunos com TEA, quais outras necessidades já trabalharam ou trabalham como AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador.

Subcategoria	Frequência	%
Deficiente físico	1	9,1
Deficiente visual	1	9,1
Deficiente intelectual	7	63,6
Outras Deficiências	2	18,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Gadotti (1989) nos lembra que a escola deve pensar num planejamento que enxergue a educação enquanto formação para a democracia, para a cidadania, em que o conhecimento dos direitos e deveres deve ser valorizado e constantemente reafirmado.

A tabela 4 caracteriza o público amostral em relação à formação inicial e a titulação. Do grupo pesquisado, 90,9% (10) têm formação superior e 9,1% (1) não possui graduação. No quesito sobre quais as graduações, 40% (4) são psicopedagogos, 20% (2) são pedagogos, 10% (1) possui Pedagogia e Psicopedagogia, 10% (1) com Licenciatura em Geografia; Bacharelado em Geografia e cursando Psicopedagogia, 10% (1) possui Licenciatura Plena em Química e 10% (1) com Gestão de RH (tabela 4).

Tabela 4 – Sobre possuir alguma graduação

Subcategoria	Frequência	%
Não	1	9,1
Sim	10	90,9
Qual(ais) Graduação(ões)		
Gestão de RH	1	10
Licenciatura Plena em Química	1	10
Licenciatura em Geografia; Bacharelado em Geografia e cursando Psicopedagogia	1	10
Pedagogia e Psicopedagogia	1	10
Pedagogia	2	20
Psicopedagogia	4	40

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Quanto a possuir alguma pós-graduação, 54,5% (6) dos respondentes possuem pós-graduação e 45,5% (5) só possui uma graduação ou nenhuma graduação. Dos que possuem pós-graduação (tabela 5), 33,6% (2) fizeram pós

em Neuropsicopedagogia, 16,6% (1) em Neuropsicopedagogia, Hiperatividade e TEA; Educação Especial, 16,6% (1) em Docência no ensino superior, educação inclusiva (cursando) e psicologia escolar (cursando), 16,6% (1) em Atendimento Educacional Especializado com perspectiva na Educação Inclusiva. 16,6% (1) Educação Especial e Inclusiva com Ênfase nas Deficiências.

Tabela 5 – Sobre possuir alguma pós-graduação

Subcategoria	Frequência	%
Não	5	45,5
Sim	6	54,5
Qual(ais) Pós-Graduação(ões)		
Neuropsicopedagogia.	2	33,6
Neuropsicopedagogia; Hiperatividade e TEA; Educação Especial.	1	16,6
Docência no ensino superior, educação inclusiva (cursando) e psicologia escolar (cursando).	1	16,6
Atendimento Educacional Especializado com perspectiva na Educação Inclusiva.	1	16,6
Educação Especial e Inclusiva com ênfase nas Deficiências.	1	16,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

No quesito, formação de Acompanhante Terapêutico/Mediador Escolar, 72,7% (8) responderam não possuir a formação e 27,3% (3) informaram ter o curso. Quanto à habilitação, dos três que responderam possuir formação em AT, 66,7% (2) possuem curso em ABA e 33,3% (1) possui curso ABA e curso de ledor e Audiodescritor.

Tabela 6 – Sobre a formação em AT

Subcategoria	Frequência	%
Não	8	72,7
Sim	3	27,3
Qual habilitação		
Curso ABA	2	66,7
Curso ABA e Curso de ledor e Audiodescritor	1	33,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Dentro da escola o acompanhante terapêutico (AT), tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança com TEA. A função do AT é de mediar as interações do aluno com os professores e colegas, facilitar a participação nas atividades pedagógicas e sociais, oferecendo ferramentas que permitam o entendimento do paciente e sua participação de forma autônoma. Para isso, ter a formação é sobretudo, entender sua função com habilidades e atitudes necessárias, para intervenção e apoio junto aos alunos com TEA; colaboração com os professores; colegas de sala e equipe multidisciplinar.

Quando perguntado sobre a modalidade da atuação como AT, 90,9% (10) responderam atuar em ambiente escolar e 9,1% (1) atuam em ambiente domiciliar. Ressalta-se que a atuação do AT, pode ocorrer inclusive em ambiente clínico como no princípio da profissão. Podemos considerar que no início da aplicabilidade dos Acompanhantes Terapêuticos, foi no processo de desinstitucionalização da saúde mental. A atuação desses profissionais resumia-se às pessoas que tinham transtornos mentais mais severos. Este movimento teve início a partir da década de 50 na Europa e nos Estados Unidos, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, sendo somente no final da década de 60 a chegada na América do Sul, mais especificamente, na Argentina e depois no Brasil. Essa perspectiva recém-chegada deu origem as novas funções de acompanhamento para esses agentes Barreto (1998) e Benevides (2007). O termo acompanhante terapêutico passou a intitular os especialistas que atuavam fora das práticas clínicas tradicionais dos consultórios.

Tabela 7 – Sobre a Modalidade

Subcategoria	Frequência	%
Domiciliar	1	9,1
Escolar	10	90,9

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Entende-se que estes profissionais apresentam o perfil interessante para fazer uso do produto educacional proposto como o prontuário de acompanhamento dos ATs, junto aos alunos com TEA do IFPB. Assim como, a necessária cartilha, como mecanismo de facilitar e instruir o uso do prontuário, por todos os envolvidos, gerando a permanência dos alunos no âmbito escolar evitando o fracasso e a evasão escolar.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS E TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Nesse tópico, será apresentado a análise e o resultado das informações obtidos a partir da aplicação da segunda etapa do questionário, com a exploração das especificidades do trabalho, dos registros e das intervenções junto a família e equipes, realizado pelos ATs no IFPB *campus* João Pessoa. A tabulação dos dados foi realizada com o auxílio do pacote estatístico SPSS em sua versão 28.0, utilizando-se da estatística descritiva e inferencial. Já para as

questões qualitativas, serão analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo Bardin (2011) que deverá ser usada na análise de textos escritos ou de qualquer comunicação, seja ela oral, visual, gestual, e que se reduza a um texto ou documento. As sete primeiras perguntas estão relacionadas ao perfil pessoal e acadêmico dos participantes, as quais já foram explicitadas em tópicos anteriormente.

Na sequência, foi efetuado um levantamento sobre o trabalho dos ATs sobre o acompanhamento dos estudantes com TEA, o volume de atendimento ao mesmo tempo. Conforme resultados, 63,6% (7) dos participantes afirmaram ter atendido de 3 a 4 estudantes com TEA ao mesmo tempo, enquanto 27,3% (3) disseram ter atendido de 2 a 3 estudantes com TEA ao mesmo tempo e apenas 9,1% (1) atenderam de 1 a 2 estudantes no mesmo período (tabela 8).

Analisando esses dados, e entendendo que por mais que não seja (ainda), definido em lei, o número de pessoas que podem ser atendidas por um profissional ao mesmo tempo, todavia, temos em lei a necessidade dos profissionais serem qualificados para o acompanhamento dos estudantes com TEA. De acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, afirma que:

Art. 3º, inciso III, Parágrafo único - Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado. (Brasil, 2012).

Tabela 8 – Sobre os alunos que atendem ou já atendeu no mesmo período de tempo.

Subcategoria	Frequência	%
1 - 2 alunos	1	9,1
2 – 3 alunos	3	27,3
3 – 4 alunos	7	63,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A questão seguinte está relacionada ao entendimento desse enfrentamento em acompanhar vários estudantes com deficiência, e pensando nessa realidade, avaliou-se sobre as reuniões ou encontros entre os profissionais que acompanham os estudantes com TEA, com a finalidade de entender como eles percebem os casos atendidos e como registram e debatem os perfis e as relações construídas em sala e fora de sala. Obteve-se que 63,6% (7) profissionais, diz haver reunião entre os pares e 36,4% (4), informam não possuir reunião entre eles (tabela 9). Quando pensamos nessa questão, é mais

um reforço para o ajustamento e entendimento das demandas apresentadas pelo estudante, e as dificuldades enfrentadas na aprendizagem, assim como, as oportunidades de adaptação entre a necessidade específica, e o conteúdo ministrado, favorecendo o trabalho do professor junto ao estudante.

No ensino do aluno com o espectro autista, não há metodologia ou técnicas salvadoras. Há, sim, grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social e construtivista da escola. Entretanto, o ensino não precisa estar centrado nas funções formais e nos limites preestabelecidos pelo currículo escolar. Afinal, a escola necessita se relacionar com a realidade do educando. Nessa relação, quem primeiro aprende é o professor e quem primeiro ensina é o aluno (Cunha 2020, p.49).

Tabela 9 – Sobre as reuniões ou encontro entre as AT's ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador no IF ou entre os IF's.

Subcategoria	Frequência	%
Não	4	36,4
Sim	7	63,6

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Os momentos de encontro entre a equipe, equilibram e fornecem informações de mediação entre os pares, porque além de saber que, dentro do espectro autista há uma variação de características, as relações concebidas em sala e fora dela, são compatíveis.

A próxima questão mencionou sobre o treinamento e/ou capacitação do setor em que trabalham, 54,5% (6) dos profissionais, relataram não ter passado por treinamentos enquanto, 45,5% (5) informam ter passado por algum tipo de capacitação e/ou treinamento no IFPB. Esse resultado, demonstra uma instabilidade de informações que reflete uma questão temporal ou de vínculo empregatício como apresentado na (tabela 01), onde 54,5% (6) estão vinculados por CLT e 45,5% (5), estão vinculados como prestadores de serviço. Portanto, configura um vínculo efêmero. Posto que, o treinamento e/ou as capacitações, são ofertadas aos profissionais que assumem como prestadores de serviço, perde-se ao longo do tempo, quando a quem capacita, não permanece para criar fluxo e registro do que se percebe ao longo da jornada com o estudante e com a própria equipe.

Tabela 10 – Sobre o treinamento e/ou capacitação do setor em que trabalha.

Subcategoria	Frequência	%
Não	6	54,5
Sim	5	45,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

No próximo ponto, identificou-se, sobre os documentos de acompanhamento e compartilhamento entre os ATs, dos respondentes 54,5% (6) disseram fazer registro e compartilhar as evoluções junto da equipe, 27,3% (3) dizem que registra, mas não compartilham as informações e 18,2% (2) dos profissionais, dizem não possuir documentos de acompanhamento, porém, fazem controle particular (tabela 11).

Tabela 11 – Sobre os documentos de acompanhamento compartilhado entre os ATs ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador.

Subcategoria	Frequência	%
Sim, mas não compartilhado	3	27,3
Sim, e compartilhamos as evoluções	6	54,5
Não, mas faço meu controle particular	2	18,2

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Esse quesito nos aponta a falta de uniformidade entre a equipe no quesito registros. Este fato, inclusive, foi uma das motivações para o objetivo da pesquisa e da construção do produto educacional. Pois, quando da não realização do registro adequado das evidências do atendimento aos estudantes com autismo pode gerar uma série de problemas e impactos negativos para a evolução. Alguns desses problemas incluem, a falta de continuidade e acompanhamento, onde o registro das evidências do atendimento é fundamental para garantir a continuidade e o acompanhamento adequado do progresso do estudante ao longo do tempo. Sem esse registro, pode haver dificuldade em rastrear e monitorar o desenvolvimento, as necessidades e as estratégias eficazes de intervenção.

Além disso, pode haver dificuldade na comunicação entre profissionais, porque o registro das evidências do atendimento é uma forma de comunicação entre os profissionais envolvidos no cuidado do estudante. Sem essas informações documentadas, pode ocorrer falta de comunicação e compartilhamento de conhecimento relevante, o que prejudica a coordenação do trabalho em equipe. E ainda, pode trazer, limitações na tomada de decisões e planejamento, uma vez que, as evidências registradas do atendimento dos estudantes autistas, fornecem informações importantes para a tomada de decisões e o planejamento de estratégias educacionais e de suporte. A falta de registros dificulta a análise de dados, a identificação de padrões e a elaboração de planos de intervenção personalizados.

Por uma questão também de segurança, a falta de registro representa, a ausência de documentação legal, visto que, em alguns casos, a documentação das evidências do atendimento pode ser necessária para fins legais ou administrativos. Isso pode incluir solicitação de recursos adicionais, ajustes razoáveis ou comprovação de intervenções específicas realizadas. E como muitos desses profissionais, são prestadores de serviço, pode gerar, a falta de transparência e devolutiva. Já que, o registro adequado das evidências do atendimento é importante para garantir a transparência e a devolutiva aos pais, responsáveis e demais partes interessadas. Os registros fornecem ainda, uma visão clara do trabalho realizado, dos resultados obtidos e do compromisso com a qualidade do cuidado prestado.

Na pergunta sobre o registro do processo de acompanhamento (antes, durante e depois) do estudante com TEA, 45,5% (5) responderam registrar o processo de atendimento, apenas durante o acompanhamento porque antes, o aluno já passou por outras triagens, já 36,4% (4) dos profissionais, dizem registrar o processo de atendimento, antes e durante os encontros em sala de aula e somente 8,2% (2) dos profissionais relataram também registrar o atendimento, porém, no final, quando terminam o acompanhamento junto ao aluno com TEA. Perguntamos ainda se esses registros ficam no IFPB ou se ficam com o/a profissional, e 90,9% (10), informaram que deixam os registros na instituição e apenas 9,1% (1), informou levar os registros e deixar em sua posse. Observa-se que nesse quesito, também não existe uma uniformidade quanto o processo de arquivamento, e as fases que ocorre o cadastro das informações.

Tabela 12 – Sobre o registro do processo do (antes, durante e depois) do aluno, acompanhado.

Subcategoria	Frequência	%
Sim, antes e durante dos encontros em sala de aula.	4	36,4
Sim, apenas durante porque antes, o aluno já passou por outras triagens.	5	45,5
Sim, apenas depois quando termino meu acompanhamento com o aluno.	2	8,2
Sobre os registros ficam na instituição ou com o profissional		
Na Instituição	10	90,9
Com o Profissional	1	9,1

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

É fundamental reconhecer a importância de registrar as evidências do atendimento aos alunos TEA de forma consistente e precisa. Esses registros não apenas auxiliam no acompanhamento e monitoramento do progresso do aluno, mas também fornecem um histórico importante para a colaboração entre

profissionais, o planejamento adequado das intervenções e a transparência no cuidado prestado.

Conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasil (2008) o atendimento educacional especializado é um direito do indivíduo com TEA, o que garante definitivamente a escola como seu lugar na atualidade.

Na visão de Bertazzo e Moschini (2012), é importante destacar que quanto mais cedo se inicia a intervenção, melhores resultados são alcançados num período menor de tempo. Portanto, uma intervenção eficaz logo no começo do processo de aprendizagem, contribuiria para o melhor desenvolvimento futuro desses alunos, permitindo-lhes maior qualidade de vida, aprendizagens e acesso para conviverem permanentemente em sociedade. Soma-se a importância da intervenção precoce, o fato de que a escola é o local onde esses alunos devem ter acesso inicial à socialização, através da possibilidade de desenvolvimento de suas habilidades cognitivas e sociais. Sendo assim, o papel desenvolvido pela equipe do IFPB, no acompanhamento dos alunos com TEA requer uma profunda reflexão, pois pode influenciar tanto o sucesso quanto o fracasso nos processos de inclusão social e educacional desses estudantes.

No âmbito ligado à reunião com a família e sua periodicidade, observamos que, 36,4% (4), dizem haver reuniões semanais com a família, igualmente 36,4% (4) referem, nunca haver reunião com a família, e 27,3% (3) relatam que quase nunca ou somente por demanda, fazem reuniões com a família.

As ações do AT na escola compreendem o acompanhamento da criança durante todo o período em que ela se encontra na instituição, dentro e fora da sala de aula, ações para a integração com o grupo escolar e auxiliar no desenvolvimento das atividades propostas pelo professor. Já as estratégias específicas do AT são pensadas a partir das condições contextuais da escola, incluindo características do aluno e sua família, a turma e os objetivos pedagógicos do professor (Silva e Silva, 2006).

Tabela 13 – Sobre realizar reuniões com a família

Subcategoria	Frequência	%
Sempre (semanalmente)	4	36,4
Quase nunca (só quando demanda)	3	27,3
Nunca (é responsabilidade de outra equipe)	4	36,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

A família desempenha um papel fundamental na vida escolar de estudantes típicos ou atípicos. Para os alunos com TEA, sua participação precisa ser ainda mais ativa e colaborativa com a escola. Estas vivências são essenciais para promover o sucesso educacional, a inclusão e o bem-estar do aluno. Alguns dos papéis e contribuições da família versa pela parceria com a escola, visto que, a família deve estabelecer uma parceria colaborativa, compartilhando informações relevantes sobre o aluno, suas principais demandas, preferências e estratégias eficazes de suporte. Essa comunicação aberta e contínua ajuda a escola a entender melhor o aluno e adaptar as práticas pedagógicas para atender às suas necessidades individuais. Em relação a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, no art. 28º inciso VIII, nos aponta ao direito da “participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar”.

Além disso, quando se tem uma relação contínua com a família, é ela que possui conhecimentos valiosos sobre o aluno, suas habilidades, dificuldades, interesses e estilos de aprendizagem. Compartilhar essas informações com a escola ajuda os educadores a criar um ambiente de aprendizagem mais adequado e a desenvolver estratégias de ensino personalizadas.

Acreditamos que a participação nas orientações e nos planos educacionais (como nossa proposta), a partir da escuta da família tem significativa importância tanto nas reuniões individuais, como nas coletivas. Essa participação permite que a família contribua com *insights* valiosos, faça perguntas, compartilhe preocupações e colabore na elaboração de planos educacionais individualizados (como o Plano de Desenvolvimento Individual - PDI) para o IFPB, que atenda às especificidades dos alunos com TEA.

Mas não somente na escola, a família, pode desempenhar um papel ativo no apoio à aprendizagem do aluno em casa, oferecendo suporte nas tarefas escolares, revisando o conteúdo estudado, incentivando a leitura e fornecendo um ambiente adequado. Isso fortalece a conexão entre o aprendizado na escola e em casa, reforçando os conceitos e promovendo o desenvolvimento acadêmico. A família é como uma extensão do trabalho em equipe desenvolvendo estratégias consistentes de manejo de comportamentos e desenvolvimento de habilidades sociais. Compartilhar informações sobre técnicas que funcionam em casa e implementá-las em conjunto com a escola

ajuda a promover a consistência e a generalização dessas habilidades em diferentes contextos.

É importante ressaltar que cada família é única e a forma como cada uma colabora com a escola pode variar. A participação e o apoio da família são essenciais para construir uma parceria efetiva entre a escola e o ambiente familiar, proporcionando um ambiente de apoio e aprendizado positivo para o aluno com autismo.

Perguntou-se aos profissionais, sobre a realização de reuniões com os professores dos alunos no espectro autista, 36,4% (4) disseram só solicitar reunião por demanda (quase nunca), já 27,3% (3) nunca solicitaram por acreditar que faz parte da demanda de outra equipe, 18,2% (2) solicitam quase sempre, sendo uma vez por mês e outros 18,2% (2), dizem solicitar sempre, semanalmente encontros com os professores para mediar as necessidades dos estudantes que vem acompanhando. Esses dois últimos dados, são os que representam a melhor condição de intervenção entre AT e professores, uma vez que, conforme nos aponta Assali (2006) a função do AT é algo bem definido e com tempo de finalização previsto, sendo o objetivo central deste profissional garantir o ingresso de alunos com necessidades específicas na escola.

Tabela 14 – Sobre realizar reuniões com os professores dos alunos

Subcategoria	Frequência	%
Sempre (semanalmente)	2	18,2
Quase sempre (1 vez por mês)	2	18,2
Quase nunca (só quando demanda)	4	36,4
Nunca (é responsabilidade de outra equipe)	3	27,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Barros e Brandão (2011) complementam que o AT pode ser entendido também como um recurso auxiliar no processo educacional, quando este profissional atua como facilitador do processo inclusivo.

Nesse sentido, a inclusão não significa apenas a presença do aluno em sala de aula, mas também sua participação, aceitação e conhecimentos adquiridos, como nos diz Glat (2007).

Uma escola ou turma considerada inclusiva precisa ser mais do que um espaço para convivência, um ambiente onde ele (aluno com necessidades educacionais especiais) aprenda os conteúdos socialmente valorizados para todos os alunos da mesma faixa etária (Glat, 2007, p. 17).

Para compreender a relação construída em sala, para o acompanhamento e processo de acolhimento desse serviço, perguntou-se aos profissionais, se eles recebem apoio dos professores, 36,4% (4) disseram que recebem apoio dos professores, que também acompanham os alunos no espectro em sala, em contraponto, 36,4% (4) relatam quase nunca ter apoio dos professores ou só por demanda, e 27,3% (3), dizem receber quase sempre (uma vez por mês), apoio dos professores para o atendimento dos estudantes que acompanham (tabela 15).

Tabela 15 – Sobre receber apoio do professor

Subcategoria	Frequência	%
Sempre (semanalmente)	4	36,4
Quase sempre (1 vez por mês)	3	27,3
Quase nunca (só quando demanda)	4	36,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Todavia, quando perguntado sobre se os ATs oferecem apoio aos professores, os 11 (onze) profissionais, responderam que sempre apoiam os professores nas demandas apresentadas.

Booth e Ainscow (2000) definem o papel das barreiras à aprendizagem e participação nas escolas inclusivas.

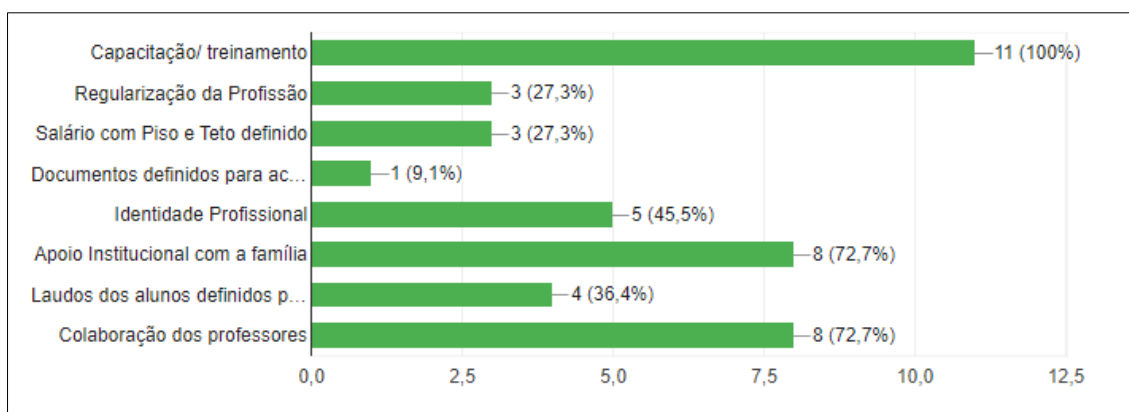
A noção de barreiras à aprendizagem e à participação pode ser usada para direcionar a atenção aquilo que precisa ser feito para aprimorar a educação para qualquer criança. Os estudantes encontram dificuldades quando eles experimentam barreiras à aprendizagem e à participação. Barreiras também surgem na interação entre estudantes, na maneira como são ensinados e o que são ensinados. Barreiras à aprendizagem e à participação podem prejudicar o acesso à escola ou limitar a participação do sujeito dentro da escola (Booth e Ainscow, 2000, p.8).

O maior enfrentamento do professor em sala de aula regular, não é necessariamente entender as diferenças, mas sobretudo saber como ensinar atendendo toda a diversidade estudantil. Por isso, não só o AT (que media as intervenções em sala) mas todo o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – Napne, tem papel preponderante nessa realidade da inclusão e apoio ao professor. O Napne, portanto, exerce um papel fundamental no IFPB ao assegurar a inclusão educacional, social e cultural dos estudantes com necessidades específicas. Ele contribui para que esses estudantes tenham igualdade de oportunidades e acesso aos recursos necessários para o seu pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal. Além

disso, o Napne desempenha um importante papel na construção de uma cultura inclusiva e na promoção da diversidade dentro da instituição.

No gráfico 1, trouxemos a visão do AT, sobre o que eles acreditam ser “mais importante”, para profissão atualmente. Reforça-se que eles poderiam responder mais de uma opção. Com isso, 100% (11), relatam ter capacitação e treinamento para atuar junto aos alunos com TEA, já 72,7% (8) dizem ser importante ter apoio institucional com a família, 72,7% (8) informam a importância em ter a colaboração dos professores, 45,5% (5) dizem ser importante ter a identidade profissional definida, 36,4% (4) ressaltam a importância do laudo para a eficiência e eficácia do serviço, 27,3% (3) abordam a regularização da profissão, visto que atualmente a profissão do AT, ainda não é regulamentada. E 27,3% (3), responderam como fator importante, possuírem salário com piso e teto definido.

Gráfico 1 – Sobre acreditar ser “mais importante” para profissão/função de AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador, atualmente.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Esse gráfico aponta o reconhecimento dos profissionais em entender sobre os aspectos pedagógicos, sociais e institucionais para o fomento de oportunidade de acesso ao serviço com mais transparência e colaboração.

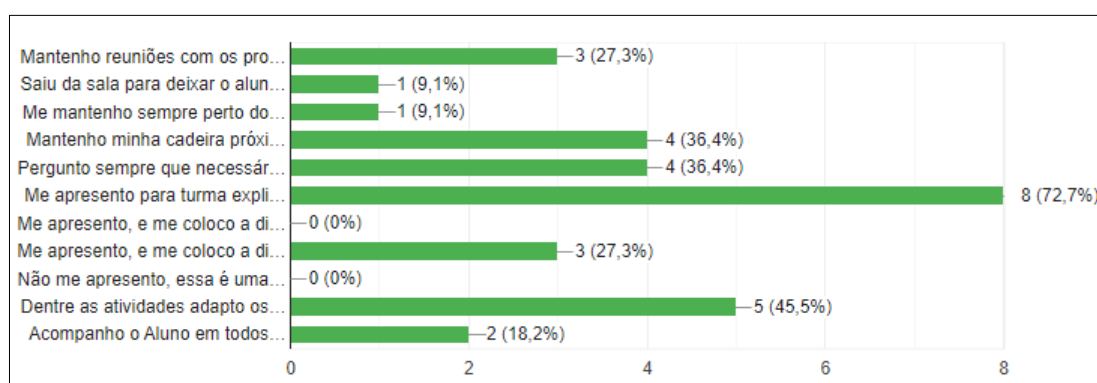
Embora a atuação dos ATs possa variar de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, existem algumas maneiras pelas quais eles podem contribuir. Primeiro, no apoio emocional, os ATs podem fornecer suporte emocional aos estudantes, auxiliando-os a lidar com desafios, ansiedade, estresse ou outras dificuldades emocionais que possam surgir durante a trajetória acadêmica. Em segundo lugar, estabelecendo rotinas e organização acadêmica podem ainda auxiliar a desenvolverem habilidades de organização e

gerenciamento do tempo, estabelecendo rotinas saudáveis e auxiliando na adaptação ao ambiente acadêmico, e orientando nas atividades diárias dentro e fora do IFPB, oferecendo orientação e suporte em diferentes contextos, como sala de aula, laboratórios, biblioteca, eventos e projetos.

Os ATs podem atuar como mediadores em situações de conflito entre os estudantes, ajudando a encontrar soluções pacíficas e construtivas para promover um ambiente saudável de convivência. E assim, estimular à participação e interação social dos estudantes a se envolverem em atividades sociais e extracurriculares, incentivando a participação em grupos de estudo, eventos culturais e esportivos, promovendo a integração com a comunidade acadêmica.

Na sequência, foram elencadas algumas estratégias para que haja inclusão do aluno com TEA em sala de aula. Os participantes da pesquisa podiam optar por mais de uma estratégia, e, responderam conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Sobre utilizar estratégias para que haja inclusão do aluno com TEA em sala de aula.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

Dentre os dados apontados, 100% falaram utilizar estratégias de inclusão para os alunos com TEA em sala de aula. Entretanto, quando foi perguntado sobre quais dessas estratégias que “mais” utilizam para auxiliar no processo de inclusão em sala de aula, o (Gráfico 2), aponta que 72,7% (8) dos profissionais “se apresentam para a turma explicando a função, e se colocam à disposição de todos”, já 45,5% (5) afirmam, “adaptar os exercícios à realidade dos alunos”. Dentre os profissionais pesquisados, 36,4% (4) informaram que “mantem suas cadeiras próximos ao aluno acompanhando, todavia, os alunos querem saber porque estamos na sala”, e “perguntam sempre se é necessário e se podem

falar”. Diante dos 11 pesquisados, 27,3% (3) relataram, “se apresentarem e se colocam a disposição apenas dos professores, e dos alunos acompanhados”. Apenas 18,2% (2), informaram “acompanhar os alunos em todos os espaços do IFPB – dentro e fora da sala de aula”. E 9,1% (1), relatou, “sair de sala para deixar o aluno “mais livre” com a turma, e observa a reação dos colegas ao retornar”, já 9,1% (1), manifestou que “se mantem sempre perto do aluno para ajudá-lo, caso algum colega queira machucá-lo.

As estratégias que os ATs utilizam, refletem um posicionamento profissional desses atores em sala de aula, e no IFPB, esse serviço é volátil (hora o profissional está com um estudante, em outro momento, já pode ser um outro profissional para acompanhar o mesmo estudante), por isso, defende-se o registro em prontuário unívoco, por entender, que é fundamental que haja uma continuidade, até porque é necessário a criação de vínculo com o aluno com TEA, e que a confiança estabelecida gera autonomia e liberdade para enfrentar as relações sociais construídas no espaço de aprendizagem. O fato de se apresentar para a turma explicando a função, e se colocar à disposição da turma, é uma ação que precisa necessariamente ser compreendida por todos.

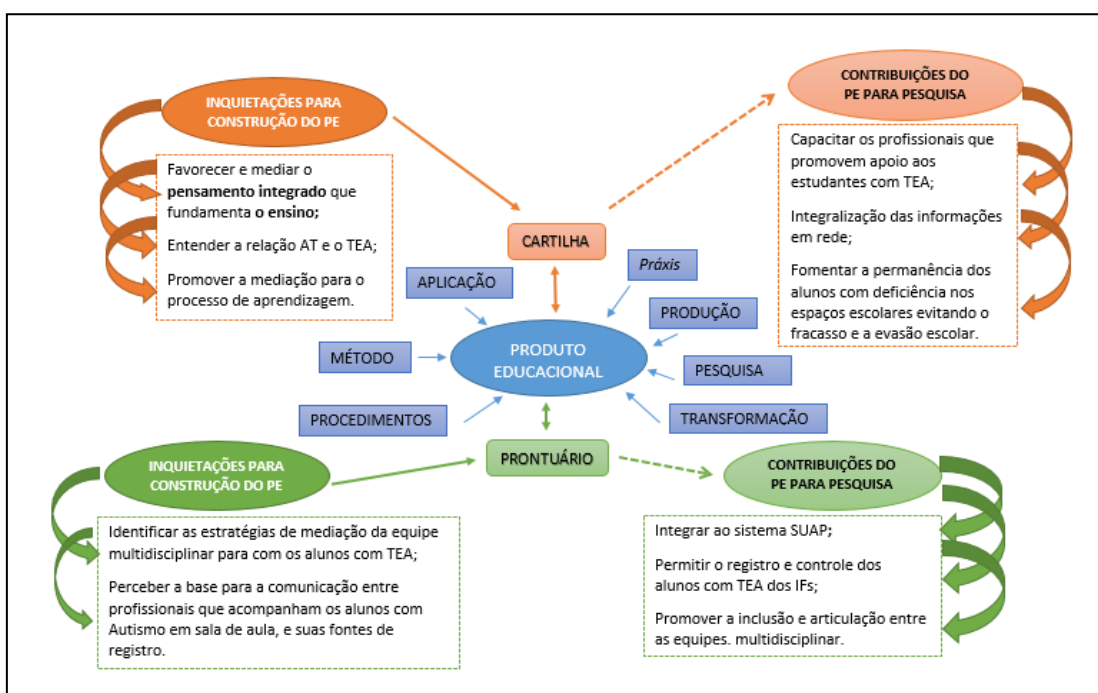
Montessori (2003), diz que o aluno é o principal interlocutor do seu aprendizado, pois a escola deve educar para a socialização e para o convívio. Já Freire (2011), fala que não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio. A escola deve educar, para autonomia do estudante, pois a natureza humana é uma unidade complexa e integral.

Diante do resultado de sondagem, a partir da coleta e análise dos dados, a princípio, procedeu-se à proposta de um prontuário eletrônico para todos os profissionais que acompanham os alunos com TEA do IFPB – Campus João Pessoa. Além disso, houve a confecção de uma cartilha informativa, com o objetivo de ensinar a manusear o prontuário de forma lúdica, clara, objetiva.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

Este capítulo tem como propósito, apresentar as inquietações e contribuições do Produto Educacional para pesquisa, considerando a partir, do mapa mental abaixo, como pontos norteadores até as especificidades do Produto, em detrimento do objetivo de instrumentalizar os Acompanhantes terapêuticos/mediadores escolares em seu fazer profissional, refletindo integralmente o processo e alcance das necessidades de investigação e atuação junto aos alunos com TEA. Vejamos:

Figura 1: Mapa mental do Produto Educacional – Inquietações e Contribuições



Fonte: Própria do Autor, 2021.

De acordo com a Figura 1, o Produto Educacional-PE é entendido a partir da sua aplicabilidade, método e procedimentos, visando uma produção capaz de refletir uma práxis por meio de pesquisas na educação integrada, objetivando ao indivíduo, enquanto sujeito de transformação social.

Este PE, foi dividido em cartilha e prontuário, onde esse último prevê identificar as estratégias de mediação da equipe multidisciplinar para com os alunos com TEA, contribuindo assim, para integrar ao SUAP, permitindo o registro e controle dos alunos com TEA do IF investigando, propondo e promovendo a inclusão e articulação entre as equipes multidisciplinares.

Para entender as inquietações da elaboração da cartilha partiu-se do favorecimento e mediação do pensamento integrado que fundamenta o ensino, e do entendimento da relação dos(as) acompanhantes terapêuticos e os alunos autistas. Entendendo-se que pode contribuir com a capacitação dos profissionais que promovem apoio aos alunos com TEA, sem falar na integralização das informações em rede, de forma unívoca, fomentando a permanência dos alunos com deficiência nos espaços escolares evitando o fracasso e a evasão escolar. Para isso, será fundamental entender na história da educação a relevância do comportamento social para aprimorar de onde partiu o recorte teórico para a construção do PE.

A educação brasileira, ao longo da sua história, vem representando a própria dualidade da sociedade nacional, a começar pela má distribuição de renda, que reflete, também, na desigual distribuição de conhecimento. Na perspectiva de Vygotsky (1991, p. 33), o comportamento social reflete,

desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social (Vygotsky, 1991, p. 33).

Por volta dos anos 80, os cenários da burocracia estabelecida nas redes públicas pelos regimes militares motivaram muitas celeumas, e o professor foi, desde então, pressionado a rever a sua prática e a avaliar os resultados com seus alunos.

Entretanto, a dimensão didática pedagógica é a elaboração intencional ao organizar o Produto Educacional - PE, enquanto estratégia metodológica, que colabora no fazer docente seja ele direto ou indireto. O objetivo do PE é o aprimoramento da prática pedagógica. Deve estar assim, relacionado ao objeto de estudo e problema, considerando a área do ensino.

O PE serve de elo entre os Acompanhantes Terapêuticos – AT e alunos acompanhados com TEA, de modo a contribuir para o ensino-aprendizagem. E como prevê Martins (1997, p.3) “Como seres humanos e, portanto, ontologicamente sociais, passamos a construir a nossa história só e exclusivamente com a participação dos outros e da apropriação do patrimônio cultural da humanidade”. Conseqüentemente, os professores também se

beneficiarão com o fruto desse trabalho – produto educacional – uma vez que, irá aproximar a necessidade do aluno autista a rotina dos IFs, no processo de aprendizagem.

De acordo com Vygotsky (1991) as possibilidades que o ambiente proporciona ao indivíduo são fundamentais para que este se constitua como indivíduo, capaz, por sua vez, de modificar sua realidade. Nesta medida, o acesso a sala de aula regular e a convivência com outros alunos, professores, e acompanhantes com uso de instrumentos físicos ou simbólicos adaptáveis é fundamental. Ao serem introduzidos no ambiente da sala de aula, as situações vividas vão permitindo, nas rotinas criadas, interações sociais possíveis que colaboram e até influenciam o desenvolvimento do pensamento e o próprio comportamento. Nesse processo de intermediação onde a linguagem é o principal instrumento simbólico de representação da realidade, desempenha papel fundamental, para quem ensina – o professor, e para quem acompanha – o AT.

Quando o AT, que acompanha não registra a evolução percebida e os estímulos captados sejam eles que favoreçam ou que dificultam esse processo de linguagem (emissor e receptor da informação transmitida), esse processo diário fica perdido sem o quadro da evolução do aluno autista e principalmente com uma prática vulnerável, desde a acolhida, até o encerramento do período letivo do aluno acompanhado, podendo gerar por exemplo o fracasso escolar, evasão escolar, frustração, e conseqüentemente a exclusão. Referenciar, entretanto, quando há o registro e parceria entre todos os atores aqui mencionados, independente do AT que esteja acompanhando, os estímulos certos podem ser reforçados potencializando as habilidades já percebidas pelo AT, gerando uma fluidez progressiva ao processo de aprendizagem do aluno TEA, e com isso, ganhos a equipe que acompanha os registros. Garantindo assim, um histórico evolutivo dos quadros, uma abordagem mais assertiva, apoio inclusivo, evidências e inovações no fazer profissional cada dia mais qualificado e eficaz – autonomia do aluno com TEA.

Ainda segundo Vygotsky (1998), o aluno passa por dois tipos de desenvolvimento: o primeiro trata-se do nível de desenvolvimento real ou afetivo, que são as informações que a criança já tem em seu poder. E o nível de desenvolvimento iminente, que se trata dos problemas que o aluno TEA

consegue resolver com o auxílio de pessoas mais experientes. Ele vai definir como a zona de desenvolvimento proximal, que se refere as funções que ainda não estão formadas pelos alunos, são avolumadas no convívio diário. Vygotsky diz que:

O que a criança pode fazer hoje com o auxílio dos adultos poderá fazê-lo amanhã por si só. A área de desenvolvimento potencial permite-nos, pois, determinar os futuros passos da criança e a dinâmica do seu desenvolvimento e examinar não só o que o desenvolvimento já produziu, mas também o que produzirá no processo de maturação (Vygotsky, 1998, p.113).

Ele enfatiza que a zona de desenvolvimento iminente é criada por meio da aprendizagem, portanto, para ele, o sujeito somente se apropria do conhecimento por meio das relações reais e afetivas dele com o ambiente.

Então o educar nesse contexto, objetiva a evolução do aluno e seu crescimento intelectual não meramente pautada em decorar os conteúdos, mas visa o aprendizado de forma integrada e colaborativa. Segundo Libâneo:

A relação entre ensino e aprendizagem não é mecânica, não é uma simples transmissão do professor que ensina para um aluno que aprende. Portanto é uma relação recíproca na qual se destacam o papel dirigente do professor e a atividade dos alunos. Dessa forma podemos perceber que “O ensino visa estimular, dirigir, incentivar, impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos” (Libâneo, 1994, p. 90).

De acordo com Libâneo (1998), não existiria sociedade sem prática educativa e nem tampouco prática educativa sem a sociedade, pois é por meio dela que os indivíduos são transformados para viver na sociedade. É dessa forma que se cria uma sociedade crítica e reflexiva. Somente por meio de uma prática construtiva é que teremos uma transformação no processo de ensino das escolas. Libâneo ainda diz que:

O campo específico de atuação profissional e política do professor é a escola, a qual cabe tarefas de assegurar aos alunos um sólido domínio de conhecimentos e habilidades, o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de pensamento independente, crítico e criativo. Tais tarefas representam uma significativa contribuição para a formação de cidadãos ativos, criativos, capazes de participar nas lutas pela transformação social. (Libâneo, 2008. p. 22)

Nos dias atuais, é necessário que ensinemos de forma a causar um impacto na vida do aluno, que o desperte para mudar a sua realidade tanto no modo de vida social quanto epistemológica.

Considerando que o impacto do Produto Educacional resulta na atenção dos objetivos propostos para esse projeto. Optou-se em desenvolver um prontuário adaptado que tem uma Cartilha como instrumento explicativo quanto a sua usabilidade.

4.1 PRONTUÁRIO

A proposta para a criação de um prontuário, surgiu de uma experiência real, na Instituição de Ensino Superior, a qual, trabalho há onze anos na parte administrativa, hoje, como Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Institucional e docente nessa mesma instituição, a oito anos, em diversos cursos como (Psicologia, Fisioterapia, Serviço Social, Biomedicina e Medicina). Disto isso, enquanto docente orientadora de TCC de um aluno com TEA em Psicologia. Observamos, e constatamos que o aluno passou por muitas adaptações sociais, de comunicação e adequação dos espaços formais e informais, inclusive com a AT contratada pela instituição. Todavia, ao passo que os semestres seguiam, o aluno acolhia e era acolhido pela AT até que, próximo ao semestre de iniciação da elaboração do TCC, a AT precisou se mudar, não havendo tempo hábil para treinar uma outra profissional, nem tão pouco articular uma transição com a equipe multidisciplinar da instituição. O que resultou na contratação de uma nova AT, que precisou se articular com os profissionais clínicos para só então, traçar suas metas e ações de acompanhamento do aluno. Já no IFPB, também ocorre que as contratações da equipe de AT's terceirizados, geram várias mudanças de acompanhantes ao longo do ano letivo, causando recuos no processo de aprendizagem até chegar a um nível de envolvimento que garantisse, um processo de aprendizagem inclusivo, possível e porque não, desafiador.

Diante desse desafio, pesquisamos modelos de prontuário médico e protocolos. Além disso, realizamos uma pesquisa sobre o Plano Educacional Individualizado – PEI, com recortes que caracterizam a estrutura e atores responsáveis pelo desenvolvimento do PEI, em países como: Itália, França, Estados Unidos e Brasil, objetivando entender quem são os envolvidos no registro e acompanhamento dos estudantes com TEA.

Tabela 16: Plano Educacional Individualizado – PEI, com recortes que caracterizam a estrutura e atores responsáveis pelo o desenvolvimento do PEI

Perfil	Itália	França	EUA	Brasil
Termo do Plano Individualizado	Piano Educativo Individualizzato - PEI	Projet Personnalisé de Scolarisation - PPS	Individualized Education Program - IEP	Plano Educacional Individualizado - PEI
Quais pessoas devem estar envolvidas na elaboração do PEI	Equipe Multidisciplinar	Equipe Pluridisciplinar	Agencia pública seleciona diversos profissionais e familiares.	Equipe Multidisciplinar
Atores responsáveis pela elaboração do PEI	Profissionais da saúde, corpo docente da escola, representante legal e o estudante.	Profissionais de saúde, corpo docente da escola e representante legal.	Profissionais de saúde, corpo docente da escola e representante legal e o estudante.	Os professores.
Locais Possíveis para o encaminhamento	Classe comum ou centro de saúde por no máximo 1 ano	Instituições de educação e saúde regular ou especial, educação à distância, etc.	Instituições de educação e saúde regular ou especial.	Instituições de Educação: Pública e Privada
Modelo de Protocolo do PEI	Não possui modelo de PEI padrão. Eles aplicam projeto didático-educativo, de reabilitação e de socialização para as escolas e atividades extracurriculares.	O PEI é dividido em categorias: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Demanda da Família (pedido da família para realização do PEI); ✓ Avaliação anual do PEI (análise da situação do estudante); ✓ Conclusão para reavaliação do PEI; ✓ Tipo de serviço escolar; ✓ Observação da situação escolar (necessidade e competências do estudante, 	O PEI visa estabelecer informações sobre o estudante e a educação: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O desempenho atual do estudante em situações de deficiência; ✓ Educação especial e serviços relacionados; ✓ Participação com estudantes sem deficiência; ✓ Participação nas avaliações padronizadas dos estados e distritos; ✓ Datas e Locais; 	O PEI visa a identificação e acompanhamento dos estudantes com deficiência: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Informações gerais; ✓ Encaminhamentos Sugeridos; ✓ Programa Pedagógico. (Ver Instrução Normativa (NAPNE nº 001, de 20 de março de 2017) ⁸ .

⁸ Ver Instrução Normativa (NAPNE nº 001, de 20 de março de 2017. Disponível em: https://vtp.ifsp.edu.br/images/Documentos_Institucionais/Instrucoes_Normativas/IN-PRE/2017---Instruo-Normativa-PRE-001---Orientaes-ao-NAPNE.pdf Acesso em: 04.04.2022

		apoio ou acompanhamento do PEI); e ✓ Quadro de estudo (horários).	✓ Necessidade de serviços de transição; ✓ Término da faixa de escolaridade obrigatória; ✓ Mensuração do progresso.	
Metas e Objetivos	Didático e Formativo	Objetivos do processo escolarização e as ações pedagógicas, psicológico, educativas, sociais médicas e paramédicas.	Objetivos mensuráveis, a curto e longo prazo, no tocante a habilidades acadêmicas para atender as necessidades sociais ou comportamentais, físicas, ou outras necessidades educacionais especiais.	Objetiva melhorar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência no espaço escolar.
Adaptações e apoios previstos e profissional mediador.	Adaptações Físicas; de material didático e apoio de atividades instrumentais de vida diária por professor de apoio.	Adaptações Físicas; de material didático e apoio de atividades instrumentais de vida diária por Auxiliar de vida diária.	Adaptações Físicas; de material didático e apoio de atividades instrumentais de vida diária não especificado.	Adaptações Físicas; de material didático e apoio de atividades instrumentais de vida diária por auxiliar de sala; professor; mediador escolar e/ou Atendente Terapêutico – AT.

Fonte de dados: Adaptado com base no texto. TANNÚS-VALADÃO, Gabriela. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado:** Avaliação de um programa de formação continuada para educadores, São Carlos: UFSCar, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2933/6402.pdf?sequence=1> Acesso em: 04/04/2022.

Fazer um resgate sobre os Planos Educacionais Individualizados – PEI, é reconhecer as características que favorecem um desenvolvimento da rotina para os alunos com deficiência. Para além disso, objetiva entender as congruências e divergências entre os países de destaque sobre os seguintes perfis para o desenvolvimento do PEI: os termos do Plano Individualizado, quanto a sua natureza; quais são as pessoas que devem estar envolvidas na elaboração do PEI; quem são os atores responsáveis pela elaboração do PEI, aqui destaca-se o envolvimento dos países como (Itália, França e EUA) com as áreas da saúde, visto que os sistemas se cruzam como uma rede de informação unívoca. Já no Brasil, temos o Sistema Único de Saúde – SUS, que prevê a rede de atenção à saúde. Entretanto, não cruza as informações com outras áreas, a exemplo da educação.

Existe ainda aqui no Brasil, um serviço que conseguiu esse feito, foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Considerando a visão de Brites (2019, p.151), a APAE, nasceu fora da estrutura rígida dos nossos governos, foi adquirindo esse perfil de união entre as áreas de saúde e educação por respeitar as necessidades de seus alunos. A identidade da Associação, possui uma equipe pedagógica e a clínica atuando lado a lado, e as avaliações são conduzidas por parâmetros biológicos, sociais, afetivos e didático-pedagógicos com um diálogo constante entre os profissionais de ambas as áreas.

Considerando que o comportamento e as adaptações curriculares que passam a ser necessárias a partir das abordagens e práticas, é desafiada pelas características únicas e, ao mesmo tempo, com variáveis no que tange ao comportamento que envolva as pessoas e as relações sociais. Dando seguimento aos perfis propostos, consideramos ainda, os locais para os encaminhamentos; os modelos de Protocolos do PEI, que vem a ser nessa dimensão, que identificamos as fragilidades do processo, uma vez que, na Itália não há um modelo padrão. Todavia, aplicam um projeto didático-educativo, que colabore com a rotina de aprendizagem dos alunos com deficiência. Já na França e nos Estados Unidos, existe um protocolo que se divide em categorias, que se aproxima dos PEIs do Brasil, em atenção aos eixos: família; análise das situações dos alunos; encaminhamentos; avaliações e apoio pedagógico, etc.

No que se refere aos perfis “metas e objetivos”, a Itália e o Brasil, divergem, a Itália investe nas áreas de “didática para o processo formativo”, já o Brasil, objetiva melhorar o processo de ensino e aprendizagem, de pessoas com deficiência, no espaço escolar.

Já para a França e aos Estados Unidos, versa a escolarização e ao apoio médico e paramédico ao atendimento às necessidades especiais. Por fim, levantamos os perfis de adaptações e apoios previstos e profissional mediador. Percebeu-se que os quatro países, realizam adaptações físicas; de materiais didáticos e atividades instrumentais de vida diária. No Brasil, ainda temos os auxiliares de sala; professor; mediadores escolares e/ou Atendente Terapêutico – AT. Considerando o entendimento de Brites (2019, p. 151) “a equipe da escola deve estar preparada e capacitada para auxiliar e ajudar a intervir nessas alterações ao lado das famílias”. Sendo assim, quando questionamos o que precisamos para minimizar as barreiras das diferenças, para além do respeito que devemos exercer não só aos alunos típicos e atípicos, nos é necessário perceber que tudo está em volta da busca por semelhanças.

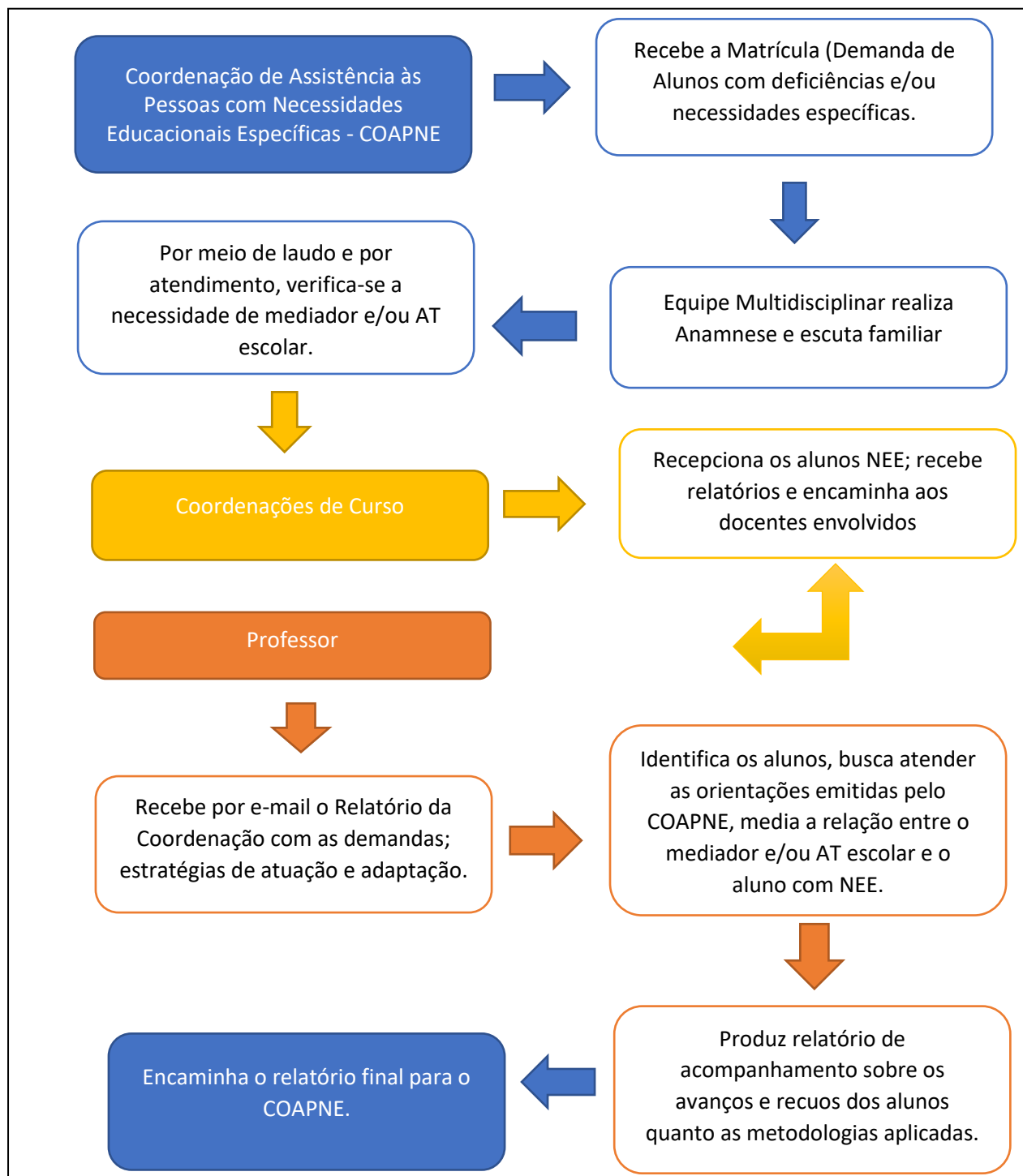
Portanto, nossa primeira missão é entender que somos diferentes. E que quanto mais precoce o diagnóstico e as intervenções, e mais leves os sintomas, menor será a dependência para essas adaptações. Conforme nos aponta Brites,

Quanto mais entrosadas as equipes de intervenção saúde-educação e mais espaço se der às famílias na elaboração do currículo, mais fácil será a adaptação e melhor será a resposta do aluno ao que foi planejado (Brites, 2019, p. 152).

E assim, proporcionar a inclusão social em parceria com a escola, que em muito se assemelha ao modelo de sociedade; a socialização – por desenvolvimento de habilidades sociais; a adaptação curricular com base nos modelos de PEI; que para o nosso Produto Educacional - PE, se adequa a um prontuário adaptado, com base nos PEIs de forma tangível às necessidades educativas especiais.

Apresentamos aqui, o fluxo real de trabalho para identificação de alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE, fluxo segundo realidade do IFPB, *campus* João Pessoa:

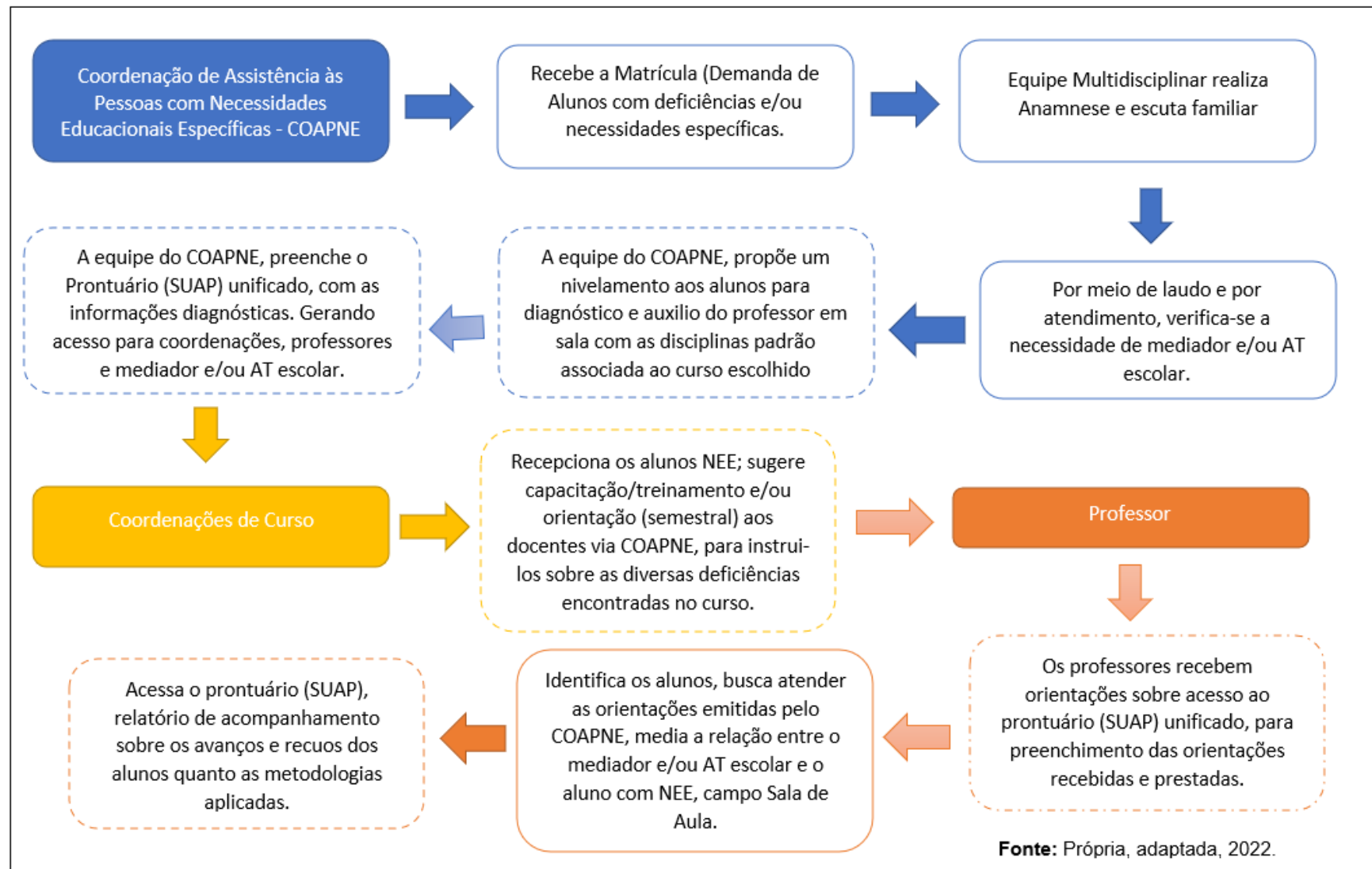
Figura 2: Fluxo segundo realidade do IFPB, *campus* João Pessoa



Fonte: Adaptado, Segundo Decreto nº 03/08 de 7 de janeiro de 2008. (Brasil,2008).

Apresentamos agora, o fluxo ideal de trabalho para identificação de alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEE, fluxo sugerido para atender a realidade do IFPB, campus João Pessoa:

Figura 3: Fluxo sugerido para atender a realidade do IFPB, campus João Pessoa



Na proposta de fluxo ideal, incorporamos a equipe do COAPNE e a nossa proposta de prontuário, antes mesmo de chegar nas Coordenações de Curso, e só então, ao chegar nas coordenações, poderem recepcionar os alunos, dando o suporte necessário aos professores, para instrumentá-los sobre as diversidades que serão recebidas em sala de aula.

4.1.1 Estrutura do Prontuário

Respeitando o fluxo de trabalho já existente em consonância com o fluxo proposto para o preenchimento do Prontuário, na sessão 4.1., e essa busca, nos levou a entender, a base que fundamenta o documento, partindo da concepção do prontuário, passando pelo modelo de trabalho no IFPB, e nos fazendo ponderar, como os PEIs são desenvolvidos em outros países, para que atingíssemos, uma estrutura, capaz de unificar e, proporcionar o que nos apresenta a ideia do prontuário para os ATs.

Quando trazemos o termo “prontuário”, automaticamente nos remete à área médica. Pois bem, nossa intenção foi desconstruir essa perspectiva, e trazer para o cenário da Educação, sem perder a base geradora. Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução CFM nº 1.638/2002, prevê em seu Art. 1º:

Definir prontuário médico como o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo (CFM, 2002, p.1).

Atendendo ainda a uma necessidade do prontuário ser eletrônico, foi elaborado e aprovado o Prontuário em formato digitalizado, onde segundo a Lei nº13.787 de 27 de dezembro de 2018, dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de pacientes. Portanto, possível de adaptação por meio digital.

Sendo assim, como o AT surge da necessidade em ocupar os espaços que antes eram ocupados pela psiquiatria, atualmente os acompanhantes terapêuticos estão vinculados em espaços clínicos, domésticos e, como já visto, nas escolas. Sendo assim, buscamos contribuir com a possibilidade de manter registros evolutivos de acompanhamentos diários, referenciados a partir de modelos utilizados em hospitais para servir de referencial inicial. Não estamos com essa intenção, ignorando as folhas de registro, nem os métodos e técnicas

da análise do comportamento. Nosso intuito é, ao verificar a existência de instrumentos aplicáveis que vem dando certo, porque não, adaptar aos alunos na modalidade, que, independente de quem os acompanhe, os registros mantenham uma sequência histórica, evolutiva, colaborativa para o processo de aprendizagem do aluno autista em seus espaços de aprendizagem.

Ao pensarmos na perspectiva da área de Ensino/Capes, não encontramos o prontuário como instrumento de uso do AT. Entretanto, encontra-se o prontuário como ferramenta médica, daí nossa intenção de compor o catálogo de busca, apresentada com o nosso segundo produto educacional de culminância e informação - a cartilha - como método secundário de aplicação do prontuário das categorias beneficiadas, neste caso, o AT, a família, o professor e o aluno.

Em busca simples realizada na plataforma EduCapes com filtro “prontuários”, somente em idioma de língua portuguesa, descobrimos que até o mês julho de 2021, foram encontrados 967 produtos relacionados ao termo prontuário, em formato de livros digitais, onde restringimos nossa busca no produto relacionado para aproximação da proposta. Entretanto, dos 967 produtos relacionados a prontuários, nenhum está relacionado ao TEA, nem tão pouco, a sua adaptação para uso em espaços escolares como ferramenta de acompanhamento dos profissionais que estão vinculados aos alunos com TEA. Por essa razão, comungamos da visão de Eugenio Cunha quando compara a educação com a construção, ao reforçar que o sucesso na construção não depende exclusivamente daqueles que nela trabalham.

Há fatores que não se podem controlar ou prever com precisão, como o clima ou algum acidente natural. Entretanto, sabemos que quanto melhor forem a formação e a capacidade daqueles que obram, maiores serão as possibilidades de sucesso. Assim também ocorre na educação. Ainda que não possamos controlar todos os fatores que interferem em nosso trabalho, quanto melhor for a nossa formação, melhores serão os resultados dos nossos esforços (Cunha, 2019, p.18).

Pensar em um produto educacional que contribua para o processo de aprendizagem dos alunos com TEA, é aceitar que regularmente, o aluno com TEA estabelece formas próprias de se relacionar com o mundo social.

Devido ao convívio, todos nós somos seres sociais, e aprendemos a viver em sociedade, o que nos permite realizar conexões apropriadas com o mundo em que vivemos. Essa dificuldade em socializar como uma habilidade que precisa ser trabalhada junto a pessoa com TEA, nos espaços de clínica e com

desdobramento em seus espaços sociais como a escola, resulta no comprometimento pedagógico, de acordo com Cunha (2019, p. 28), esses comprometimentos, requerem práticas específicas, direcionadas à aquisição de habilidades necessárias para a inclusão familiar, social e escolar do indivíduo. O aluno precisa de ensino individualizado focado em comportamento e leitura dos espaços e das relações sociais estabelecidas – território e comunidade. Sendo uma tendência para rotina construída no sentido de orientar a inclusão em distintos espaços sociais, uma vez que cada espaço possui suas regras e dinâmica, afinal, as mudanças fazem parte da vida cotidiana.

Um prontuário irá promover o acompanhamento contínuo do AT, com relatos evolutivos, contribuindo com o fazer docente e sobretudo, com a permanência do aluno com TEA na escola, sendo relevante, na articulação com as equipes multidisciplinares da escola, com a família e com as equipes extramuros. De acordo com Cunha (2019, p. 49), “No ensino do aluno com o espectro autista, não há metodologias ou técnicas salvadoras. Há, sim, grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social e construtivista da escola.” E assim, o ensino não precisa estar focado no conhecimento bancário, e nas regras estabelecidas no currículo, e sim, nas necessidades dos alunos na dialógica do aprender e ensinar.

O PE é a marca da pesquisa gerada a partir das demandas investigadas para atender a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A representação gráfica presente na logo é responsável por gerar aprendizagem e o sentimento de pertencimento entre o AT, o aluno com TEA e o Produto Educacional desenvolvido no ProfEPT.

4.2 CARTILHA INFORMATIVA

A cartilha, funciona como uma ferramenta educadora no ambiente escolar, uma vez que garantem o direito à comunicação como também auxilia em diversas práticas escolares. A utilização da educomunicação para realizar esta tarefa será muito importante, afinal, os processos educacionais visam que ocorra a democratização e gestão da informação entre os meios de comunicação, podendo se apropriar de diversos materiais para que isso de fato aconteça. De acordo com Tassara (2008) a educomunicação é um projeto que possui a intencionalidade educativa, são práticas que visam levar o

conhecimento/informação, por meio de que os participantes exerçam seu direito de produzir informação.

Como recurso comunicacional, podemos considerar ainda o processo ensino-aprendizagem estreitamente ligado aos diferentes usos de materiais didáticos, criatividade por parte do professor e também objetivos a serem alcançados Santos (2016).

Segundo Collares (2011) a cartilha serve como meio de comunicação, onde o conteúdo contido nela reflete a sociedade. Torres et al. (2015), afirmam que a elaboração de cartilhas, quando contextualizadas e com objetivos concretos, estimula a criatividade e o raciocínio dos educandos, oportunizando os mesmos a desenvolverem senso crítico sobre os impactos humanos.

Nossa intenção com a cartilha é utilizá-la, a fim de estimular a permanência dos alunos com deficiência no ambiente escolar assim como, instruir os Acompanhantes Terapêuticos/Mediadores escolar para a aplicação do prontuário pelo Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP.

É então um novo campo de intervenções sociais, no qual os processos de educação e de comunicação se encontram em aspectos práticos e teóricos, ampliando horizontes, criando novas possibilidades e produzindo um novo comunicar em espaços formais e informais.

Seguindo esta lógica, o PE continua estabelecendo o seu importante papel na contribuição do indivíduo para com o exercício da cidadania. “A educomunicação - enquanto teia de relações inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas - não emerge espontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente” (Soares, 2006, p. 37).

A proposta da educomunicação abrange a implementação de projetos que colaborem para mudanças sociais e construção da cidadania, complementando as propostas, desde o final dos anos 1990, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, Brasil (1998), defende-se o princípio sociointeracionista de que a construção de sentidos se dá pela interação entre conhecimento sistêmico da língua, conhecimento de mundo e conhecimento da organização textual.

Seguindo este contexto, a educomunicação dialoga com a Lei de Diretrizes e Bases, onde prevê que sejam adicionados aos currículos parâmetros relacionados à Educação para a Comunicação, contando com a presença das tecnologias e meios de comunicação em massa.

Posterior ao sentido atribuído aos instrumentos, iniciamos o processo de confecção do prontuário e da cartilha. Para elaboração do material didático foi necessário decidir o objetivo da cartilha, a mensagem principal e as específicas que a cartilha deverá passar, as características dos personagens e também contextualizar a cartilha com a realidade dos IFs que a utilizarão. Todos estes tópicos abordados anteriormente serão solucionados a partir da escolha do conteúdo que será tratado na cartilha.

Para a elaboração da cartilha, utilizamos uma linguagem simples⁹, direta e de fácil entendimento/compreensão. A cartilha possui links com QR-CODE com autoinstrução, que poderão ser realizadas pelos ATs e mediadores escolares, durante o estudo com o material a partir do desenvolvimento do prontuário. Para a criação das imagens ilustrativas, e layout foram utilizados os seguintes programas: Photoshop, Illustrator, InDesign, Redutor de Link e textos públicos do site do IFPB, aplicados com links que estão na nuvem do drive do google, e dos sites públicos para as resoluções e artigos. Após a criação da cartilha, foi desenvolvida uma avaliação sobre a utilização das mesmas pelos ATs e Mediadores Escolares. Tal avaliação construímos pelo *Google Forms*.

4.2.1 Estrutura da cartilha

A “Cartilha do Usuário: passo a passo para acessar o prontuário junto aos alunos com TEA”, foi desenvolvida pela pesquisadora, pela orientadora e diagramada¹⁰ pela GABYARTSDESIGN¹¹, que diagramou a cartilha após as ideias gráficas e textuais estarem todas estruturadas. A sua versão é digital para acomodar todas as informações e hiperlinks, que desde sua concepção, foi pensada para ser dinâmica ao processo de consulta. Ao todo, a Cartilha possui

⁹ GDF - Governo do Distrito Federal. Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal. Guia para uso de Linguagem Simples. Edição 2023.1 - Brasília - DF. Disponível em:

<https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/0/Guia+para+uso+de+Linguagem+Simples.pdf/338550c6-42e8-cade-d645-06311ab40e16?t=1672917269768>. Acesso em: 19 out. 23.

TREBIEN, Heitor Augusto Colli. Como usar a linguagem simples para uma comunicação efetiva de qualidade. Velip. 29/07/2022. Disponível em: <https://velip.com.br/como-usar-a-linguagem-simples-para-uma-comunicacao-efetiva-de-qualidade/#:~:text=A%20proposta%20da%20linguagem%20simples,a%20leitura%20de%20um%20jornal>. Acesso em: 19 out. 2023.

FINATTO, Maria José Bocorny; PARAGUASSU, Liana Braga [org]. Acessibilidade Textual e Terminológica. Uberlândia: EDUFU, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35193/1/eClasse_Acessibilidade_Textual.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

¹⁰ Construída através do Adobe Creative Suite, pelo site: <https://www.adobe.com/br/>

¹¹ Gabrielly Dantas, designer gráfica.

dezenove páginas, com cores atreladas ao quebra cabeça que representa as cores do TEA (amarelo, verde, vermelho e azul), conforme Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, prevê em seu Art.1º e:

§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista. (Incluído pela Lei nº 13.977, de 2020).

O produto foi pensado cuidadosamente em cada elemento, para promover não só a experiência com o prontuário, mais sobretudo um passo a passo, acerca da relevância de envolver os atores vinculados ao estudante do IFPB, assim como, a família. Para isso, trouxemos uma apresentação, explicando o público e os objetivos enquanto PE, vinculado ao ProfEPT, como aprimoramento para o trabalho coletivo.

Vale a pena reforçar que no ProfEPT, fomos desafiados a buscar também, como ideário, traduzir por meio de um produto, a vida do aluno, entendendo seus espaços formais e informais, numa perspectiva social, acadêmica e inclusiva, compreendendo a vida pregressa dos alunos do ensino integrado ao médio, com foco as Pessoas com Deficiência – PcD, em especial aos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Em seguida, explicamos o que é uma cartilha e como ela contribui para o processo de aprendizagem; na sequência, apresentamos como a cartilha se divide e sua proposta, abordando a quem ela se aplica, quem é o público-alvo (Acompanhantes Terapêuticos - ATs; ao COAPNE; professores; familiares e coordenadores), enfim, a toda comunidade acadêmica, como prática inclusiva. Para garantir uma ludicidade e comunicação entre o leitor, decidimos construir um mascote, que batizamos de “Loop”, motivado pelo simbolismo que, traduzido, significa laço em português, pela representação legal e social, que o laço em formato de quebra-cabeça (com as cores diferentes representam a diversidade de pessoas e famílias que convivem com o transtorno), se apresenta em nossa sociedade mundialmente conhecido. Deixamos o mascote animado e interativo.

Dando prosseguimento a Cartilha, o Loop apresenta o sistema SUAP, por meio de hiperlink, em seguida, ele demonstra que existe no IFRN, um tutorial do módulo da saúde pelo Sistema SUAP, que representa o local, onde a proposta do Prontuário irá ficar.

Partindo desse pressuposto, o Loop nos apresenta, um outro hiperlink que leva para uma cartilha institucional do IFPB, sobre o TEA, e destaca a

importância dos laudos por meio dos CID e do DSM, devido ao espectro que amplia as características do TEA, dificultando haver um padrão de atendimento ou cuidados para os alunos com TEA.

Continuando a jornada, a mascote traz outro hiperlink que leva para uma outra cartilha sobre inclusão, abordando de forma textual, a Lei 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

Sendo assim, chegamos na abordagem sobre a família e a relevância de manter um elo entendendo as diferentes concepções de família ao longo da história e como isso nos auxilia a entender que a família deve ser parceira desse processo formativo, que leva o aluno com TEA, até o ensino. Portanto, trazemos na Cartilha, o conceito de família segundo a Constituição de 1988, afirmando a importância da família na vida dos alunos ser fundamental para fornecer as bases para um bom desenvolvimento psicossocial dos sujeitos atendidos.

Na sequência, fortalecemos a Coordenação de Assistência às Pessoas com Necessidades Específicas – COAPNE, com um hiperlink que leva para o site do IFPB, e redireciona para Resolução nº 005 - CD/JP - IFPB, de 29 de abril de 2016, que institui a COAPNE.

Agora, após aprender sobre o setor que auxilia os alunos com deficiência, o COAPNE, falamos sobre, o/a Acompanhante Terapêutico – AT, que terá essa ferramenta para auxiliá-los durante o processo de acompanhamento dos alunos PcD, em especial aos alunos com TEA.

Por mais que essa profissão ainda não seja regulamentada, é fundamental entender sobre sua origem, e como chegaram na educação, daí trouxemos um hiperlink que leva para um artigo científico sobre os ATs nas Escolas.

Após percorrer todo esse aparato de informações, chegamos ao processo de preenchimento do prontuário, que o Loop, nos provoca com quatro perguntas chave (o que preencher? quem irá preencher? quem terá acesso? e porque é importante?). E então, apresentamos um hiperlink¹², com acesso ao Tutorial de como utilizar o prontuário eletrônico para os acompanhantes terapêutico.

Por fim, o Loop dialoga sobre o processo e fluxo, dando a oportunidade de rever o material quantas vezes for necessário. Inclusive, dando acesso as principais referências bibliográficas utilizadas para elaboração do material.

¹² Segue hiperlink disponível na Cartilha: https://drive.google.com/file/d/1g_3hEKJd-4i8r91WJ87YlzFyeRpRRYLh/view?usp=sharing

Para mensurar o conhecimento que os profissionais adquiriram por intermédio da cartilha elaborada, desenvolvemos uma pesquisa de avaliação construída no *Google Forms* (Apêndice D) com perguntas fechadas, que pode ser realizada ao acessar do link que foi enviado por e-mail. Este instrumento de avaliação tem o intuito, através da opinião dos usuários, de agregar melhorias à cartilha, de modo que possa ser aprimorada em pesquisas futuras. A apresentação e discussão desse instrumento estão no Capítulo 5 deste trabalho.

4.3 APLICAÇÃO DO PRODUTO

Como produto educacional principal, o prontuário eletrônico (Apêndice A) foi desenvolvido, a princípio, para os Acompanhantes Terapêuticos dos alunos com TEA da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O protótipo do Prontuário foi desenvolvido por uma plataforma de prototipação de interface Bubble¹³, na versão gratuita, onde o objetivo inicial, era manter o *layout*, o mais próximo possível dos modelos aplicados pelo SUAP.

Figura 4: Layout do Protótipo, construído pelo App Bubble.

The image shows a web form prototype with the following structure:

- Navigation tabs: Identificação (active), Dados Familiares, Informação Escolar, Ações Necessárias, Organização.
- Form fields:
 - Nome: Input field with placeholder 'Nome'.
 - Cartão SUS: Input field with placeholder 'Num. do cartão SUS'.
 - Data de Nascimento: Input field with placeholder '9/20/2023'.
 - Telefone: Input field with placeholder 'Telefone para contato'.
 - Endereço: Split into two input fields: 'Rua, número' and 'Cidade'.
- Bottom right corner: 'Built on Bubble' logo.

Fonte: Própria, 2023.

As fontes de pesquisa para elaboração do Prontuário, teve início quando da elaboração do estado da arte¹⁴, no momento em que foram mapeados os produtos educacionais digitais, e a influência dessa ferramenta, como

¹³ Site Disponível em: <https://bubble.io/>

¹⁴ O Estado da Arte nos gerou uma publicação de artigo, publicado na Revista v. 6 n. 1 (2021): IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - IV CINTEDI - EDIÇÃO DIGITAL <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/605/511>

mecanismo de informação e acesso. Cabe destacar também que, ao longo do tempo, em especial no período de Pandemia da Covid-19, ficou mais latente, o uso de métodos digitais ligados às propostas operacionais de acesso e inclusão. Diante disso, já tínhamos que seria necessário desenvolver uma estrutura capaz de identificar, desde o cadastro do estudante, atrelando a informações integral do aluno, inclusive de saúde, como serviço de apoio à educação, atrelada ao sujeito de direito que é o aluno com TEA. O prontuário foi dividido em cinco abas (identificação, dados familiares, informação escolar, ações necessárias e organização) e, como público-alvo, tivemos os Acompanhantes Terapêuticos e cuidadores dos alunos com TEA, do IFPB – Campus João Pessoa. Após a sondagem com o público-alvo, para obter as reais necessidades dos ATs, construímos e aplicamos o produto final, com os responsáveis pelos setores que gerenciam as demandas do Departamento de Assistência Estudantil - DAEST e COAPNE, setores esses, atrelados ao nosso PE.

Figura 5: Layout da Cartilha.



Fonte: Própria, 2023.

Desse modo, seguimos um fluxo para obtenção da aprovação da proposta do produto educacional. Inicialmente, acreditamos ser importante informar que durante nossa pesquisa, o COAPNE passou por três mudanças de gestão, o que dificultou a comunicação com o nosso público-alvo. Mesmo assim, iniciamos, solicitando à Coordenação do COAPNE, os e-mails e/ou os telefones dos/as ATs e/ou cuidadores, para envio da Pesquisa de Sondagem, onde tivemos alguns entraves, visto que, os profissionais são prestadores de serviço como apontado

na tabela 1, sobre o vínculo empregatício com o IFPB, o que nos levou, a iniciarmos a pesquisa com uma amostra, e não conseguir devolver essa avaliação do PE com o mesmo público.

Em outubro de 2022¹⁵, realizamos uma reunião (remota), para apresentar o Protótipo do Prontuário, assim como a Cartilha, sendo aprovada com algumas ressalvas e propostas de correções, pela então Coordenação do COAPNE na época.

Em novembro de 2022¹⁶, realizamos uma segunda reunião (modalidade remota) com o atual Diretor de Desenvolvimento do Ensino, e a atual chefe do DAEST, que avaliaram nosso projeto e validaram o nosso produto, ressaltando a relevância e alcance para os IFs em nível nacional. Visto que, o objetivo dessas avaliações é de analisar a viabilidade do produto (ideia que atenda a uma necessidade dos profissionais (AT)/alunos/professores e familiares), culminando na dissertação, que defende o prontuário, como mecanismo de universalidade das informações do sujeito aprendente, neste caso, os(as) estudantes do espectro autista. Nessa reunião, os professores dirigentes citados anteriormente, destacaram ainda, que seria importante apresentar para Reitoria, o que não refuta, a nossa intenção futura de realizar.

Em maio de 2023, foi enviado um e-mail compartilhando os formulários de avaliações finais para os setores competentes, o qual não logramos êxito, devido a saída do segundo gestor do COAPNE. Com a entrada da terceira Gestão, em junho deste mesmo ano, enviamos os Produtos Educacionais, com a Avaliação do Prontuário¹⁷ e Avaliação da Cartilha¹⁸, e em colaboração, retornaram além da pesquisa, apresentado por e-mail, algumas ressalvas e orientações, que abordaremos nos resultados e discussões desse trabalho. Entretanto, para justificar e debater os apontamentos, apresentados e sugeridos, buscamos realizar reuniões, ainda no mês de junho, mas também sem sucesso. De toda forma, com as avaliações das dirigentes dos setores, responsáveis pela implementação do PE, julgamos ter aplicado o produto frente aos setores

¹⁵ Apresentação do PE- IFPB/ProfEPT: Gravação-1(193 MB) https://cruzeirosul-edu-br.zoom.us/rec/play/1G5mC-JL7caWPAEL1CqC9x_3rKW5bjZ3TLH7wj6X5MHTMGwGPxm450p9woWXSDBxXtGxMF-LugNGSW70.5UK7uPG0IuTUI4C2 Senha: QK97*ZmX

¹⁶ Reunião PE, junto aos Diretores de Ensino e DAEST: Gravação-1(535 MB) <https://cruzeirosul-edu-br.zoom.us/rec/play/c-prUWh6rQ2WEoVHOUIQViWkd8TjkbAQvHk2n5-V3W6koIkPN8IPVmmS9zNcSw2YASE1811KFjzRYvO.tsNO5psKq0Rsa98Z> Senha: 6MHs8AJP

¹⁷ Avaliação do Prontuário - <https://forms.gle/8ufGnpNyKxBT9cny8>

¹⁸ Avaliação da Cartilha - <https://forms.gle/AB2EtdPmTxD2Qx5W8>

propositivos, que afirmaram ser possível e aplicável o prontuário e a cartilha instrucional.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo descreve e analisa a construção do Protótipo do Prontuário Eletrônico para os Acompanhantes Terapêuticos dos alunos com TEA, utilizarem para registro de suas atividades, garantindo comunicação entre todos os atores que fazem parte da vida formal e informal do alunos, à luz dos principais instrumentos delineados na construção do produto, considerando todos os aspectos envolvidos e incluindo as concepções prévias dos profissionais que acompanham os alunos com deficiência desde documentos como o PEI, até os instrumentos de intervenção que nos serviram de inspiração científica apresentadas por Giroto (2014), Gomes (2016), Sella; Ribeiro (2018), Cardoso; Nogueira (2021), Porto; Assunção Jr. (2023), Prizant (2023). Apresentamos fragmentos dos registros das observações realizadas, para melhor ilustrar cada uma das análises realizadas.

Objetivando um olhar integral ao estudante como tentativa de ser atendido não por sua dificuldade, mas sobretudo por suas potencialidades, Medeiros (2023, p.11 *apud* Prizant, 2023), nos alerta, para nossa missão neste trabalho, quando afirma que “Trabalhar com indivíduos que estão dentro do espectro e com suas famílias é muito mais do que aplicar protocolos de intervenção; é preciso considerar a individualidade de cada um”.

Dessa maneira, entendemos que estruturar um prontuário, respeitando essa individualidade é, sobretudo, permitir um início de período letivo, capaz de acolher o aluno, já tendo passado por todos os fluxos (como visto anteriormente), e de forma contínua, atualizando o professor frente a cada necessidade individual em sua sala de aula, já ciente se o estudante é do espectro, e quais as principais demandas que será necessário para intervir.

A descrição e análise das variáveis relacionadas com o perfil do grupo de ATs já foram apresentadas na seção 3.3, ao efetuar uma descrição dos participantes da pesquisa. Esta análise foi muito importante para traçar o perfil do público-alvo e elaborar a construção do Prontuário.

Nesse contexto identificamos, que não há um padrão de registro das condutas realizadas com os alunos com TEA. Embora o registro das informações

existisse, devido à falta de um registro padrão, evita-se que haja um comprometimento na evolução do aluno, e que não se tenha como comprovar os serviços prestados por esses profissionais do IFPB, o que fortalece a necessidade de um prontuário, lembrando que, a ideia do prontuário, inicia com Hipócrates no século V a.C., onde de acordo com Massad, Marin e Azevedo (2003), essa ideia surge por ser um meio onde as informações fossem registradas para poderem auxiliar na continuidade de investigação e compartilhamento dessas informações. Esse estímulo pelo registro unificado, poderia agilizar não só a reflexão da demanda como sugerir os possíveis mecanismos de intervenção.

Nessa perspectiva, fundamentamos, enquanto produto educacional, um prontuário eletrônico, direcionado aos profissionais que acompanham os alunos com TEA, intitulado: “Prontuário Eletrônico para os Acompanhantes Terapêuticos”. Enquanto produto educacional complementar à pesquisa e ao Prontuário, elaboramos uma cartilha informativa: “Cartilha do Usuário: passo a passo para acessar o prontuário junto aos alunos com TEA”, gerando um ganho a toda comunidade acadêmica.

Tanto o prontuário, quanto a cartilha (Apêndice A), foram apresentado aos chefes e diretores dos setores responsáveis por implementar a proposta, junto ao campus do IFPB – João Pessoa. Apresentamos, a seguir, os resultados da aplicação e avaliação deste produto.

Considerando que o protótipo do Prontuário foi dividido em cinco abas, tivemos a responsabilidade de apresentar na avaliação do produto nas sessões de maneira ilustrativa e com perguntas direcionadas a cada campo.

Iniciamos querendo saber como classificaram a ideia do Prontuário. Destacamos que iremos denominar de G1 e G2, os gestores dos setores da DAEST e COAPNE. G1, classifica como muito bom, e G2 como excelente. Segundo a primeira avaliadora,

***G1:** Por tratar-se de um material educacional, e não clínico, as intervenções com os alunos TEA, serão sempre no âmbito acadêmico. Por isso, há alguns termos que não se adequam à realidade escolar, como o prontuário.*

De acordo com a EBSEERH Brasil (2020),

O prontuário é um documento legal que todo paciente precisa ter para ser atendido. Neste documento consta a história de atendimento do paciente no hospital, as consultas, solicitações de exames, cirurgias feitas ou agendadas. Ao ser registrado no Hospital, o prontuário

é criado automaticamente. Este documento é de acesso livre aos médicos, profissionais de saúde. A cópia do prontuário pode ser fornecida aos pacientes mediante autorização do Setor de Regulação e Avaliação em Saúde (SRAS) (Brasil, 2020).

Sendo assim, compreendemos que “prontuário” ainda é um termo adequado também à realidade escolar, uma vez que, a sua propositura se dá perante a necessidade de haver uma comunicação entre os profissionais que lidam diretamente com o aluno na escola e com a família, integrando e garantindo a continuidade de atendimento, intervenções, adaptações e registros, de forma a não haver perdas de informações por qualquer outro motivo.

O prontuário tem a finalidade de ser um instrumento colaborativo e de registro para manter a equipe informada sobre o quadro evolutivo do aluno, em nosso caso, com TEA. Como todas as pessoas que estarão ligadas ao estudante pode direta ou indiretamente manusear o prontuário, é fundamental mantê-lo atualizado, com a finalidade de garantir a eficácia do tratamento/aprendizagem, sobretudo, garantir a permanência e êxito do estudante no IF.

Na primeira aba sobre o “Eixo 1: Identificação do Aluno”, pedimos que as gestoras, avaliassem os quesitos sobre os dados dos alunos. Como resultado, tanto G1 como G2, concordaram com as informações selecionadas e, indagaram, apenas, porque solicitamos o número do Cartão do SUS.

Nossa intenção é, inclusive, de unificar os serviços, assim como, em outras partes do mundo, a exemplo da Itália, França e Estados Unidos, o sistema de saúde está atrelado à educação. Sendo assim, nosso compromisso, inclusive no cadastro desses alunos, é que se, por ventura, um destes discentes passe mal, teremos no registro como chamar o sistema de saúde móvel (SAMU), e garantir uma assistência permanente, e vínculo com a rede de proteção integral.

Ainda sobre a aba identificação, o “Eixo 2: Identificação da Família, solicitamos que avaliassem sobre os dados desses responsáveis. G1 respondeu que concorda, e a G2 concorda totalmente, sem justificarem o porquê das respostas. Nesse quesito, vislumbramos investigar e ter registrado, o vínculo familiar do aluno, assim como informações sobre a atuação profissional e o nível de escolaridade dos pais/tutores, no intuito de obter informações sobre grau de dificuldade/facilidade de acompanhamento das atividades do estudante no ambiente familiar. Nesse mesmo cadastro, buscamos entender, no campo

“experiência anterior”, sobre a relação com diagnóstico, do aluno com TEA, e os desdobramos para a rotina do aluno para sua vida acadêmica.

A presença da deficiência no seio familiar pode provocar ruptura drástica da rotina, levando o cuidador (familiar), a colocar suas próprias necessidades em segundo plano, no intuito de arcar com o ônus gerado pelos cuidados necessários à pessoa com deficiência. Algumas famílias que conseguem se reorganizar de uma forma mais adaptada e que podem contar com uma rede de apoio eficiente (escola, saúde e parentes), passam a reconhecer a contribuição positiva das pessoas com autismo para suas famílias. (Del Porto e Assumpção Jr. (adaptado), 2023. p. 136).

Sendo assim, estas informações se tornam muito relevantes para a compreensão do acompanhamento do indivíduo no seio familiar.

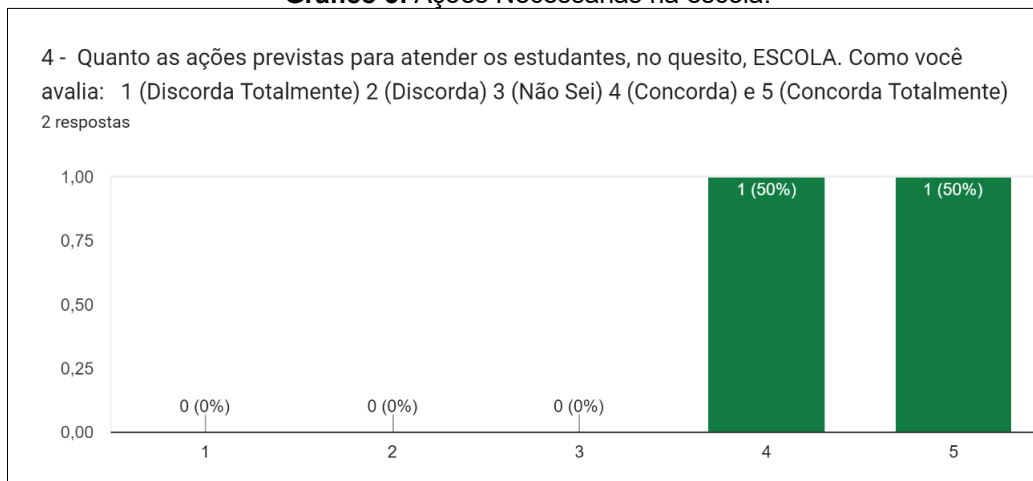
Para o “Eixo 3: Informação Escolar”, perguntamos sobre a vida pregressa do aluno em outras escolas antes do IFPB. E para essa demanda a resposta foi unânime em concordarem totalmente, demonstrando a real necessidade de mantermos um vínculo com a escola anterior do aluno, para entender quais as necessidades específicas acolhidas diante do previsto em lei¹⁹.

Nome da Escola, telefone, endereço, ano de escolaridade, idade que ingressou na escola, contexto escolar (comum) e (especial), se fez parte da sala de AEE. Além disso, criamos espaço para os professores elencarem situações do desenvolvimento para aprendizagem, diante dos avanços e retrocessos.

A aba “Ações Necessárias”, contemplam, situações para atender às necessidades educacionais especiais do aluno, nos âmbitos da Escola; Sala de Aula; com o Acompanhante Terapêutico – AT; com a Família e por fim, no segmento da Saúde.

No quesito escola, G1, respondeu que concorda com os critérios elaborados e G2 concorda totalmente, conforme apresentado no gráfico 3 representado abaixo:

¹⁹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 23/09/2023.

Gráfico 3: Ações Necessárias na escola.

Fonte: Própria do Autor, 2023.

Nosso intuito nesta aba, foi identificar e registrar as ações oriundas do IFPB. As ações necessárias observando os elementos (importância da comunicação e interação com toda comunidade escolar; confecção de recursos materiais pedagógicos quando conveniente; uso de recursos de alta tecnologia; presença do AT constantemente dentro e fora de sala de aula e uso de comunicação alternativa), para as ações existentes os elementos pré estabelecidos para colaborar com o preenchimento foram, (a comunidade escolar se preocupa com o bem estar do aluno, procurando inseri-lo em todos os ambientes; se os recursos materiais, estão sendo disponibilizados e confeccionados conforme as necessidades que o aluno apresenta nos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum, e se a adequação curricular está sendo feita, em caso de necessidade; se o/a AT, foi orientado/a anteriormente pela equipe multidisciplinar à disposição do aluno, o tempo todo, e quando orientações são necessárias), e as que precisam ser desenvolvidas, objetivando, manter o aluno com as adaptações e percepções das suas necessidades específicas com o cenário metodológico e atitudinal, incluindo a equipe responsável, respeitando os critérios, da LBI, lei nº 13.146/2015:

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; [...]

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão

social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: [...]

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados; [...]

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias. BRASIL, (2015). [...]

Quanto às ações previstas para atender os estudantes, no quesito, sala de aula, G1 concorda com a abordagem, e G2 concorda totalmente, sem justificar suas respostas. Dentro desse ponto, destacamos:

Tabela 17: Critérios observados em sala de aula

ÂMBITOS	Ações necessárias:	Ações já existentes:	Ações que precisam ser desenvolvidas:	Responsáveis
SALA DE AULA	<ul style="list-style-type: none"> -Número de alunos em sala; -Recursos adaptados confeccionados pelos professores do AEE conforme a necessidade apresentada pelo aluno e aplicados individualmente pela professora da sala comum e continuadas pela AT sob supervisão da professora; -Comunicar-se de forma clara e direta; -A ergonomia da sala comum deverá ser modificada conforme a necessidade do aluno; -Não deixar muitos atrativos colados ou expostos no ambiente, isto facilitará sua distração; -Importante utilizar-se de atividades concretas para facilitar a compreensão; -Utilizar-se de rotina diariamente, facilita a organização do aluno com TEA; -A professora deverá realizar as intervenções individualmente do que está sendo proposto nas atividades pedagógicas; -Atividades que estimulem a coordenação motora, atenção/concentração, texturas, percepção tátil; -Mobiliário adaptado; -Ter flexibilidade nos horários do aluno. -Acompanhamento 	<ul style="list-style-type: none"> -Os recursos são disponibilizados conforme necessidade do aluno; -As orientações estarão sempre acontecendo conforme solicitações e quando necessárias; -A rotina está sendo confeccionada pelo aluno na sala de recursos; -A professora está sempre preocupada na disposição do ambiente da sala de aula; -Os horários dos alunos são reorganizados, conforme seu desempenho e rendimento na sala de aula comum. -A escola já dispõe dessa ação; 	<ul style="list-style-type: none"> -Aqueles conforme surgirem 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe Gestora, Coordenadora Pedagógica, Professoras da sala comum e do AEE e o/a AT.

Fonte: Própria do Autor, 2023.

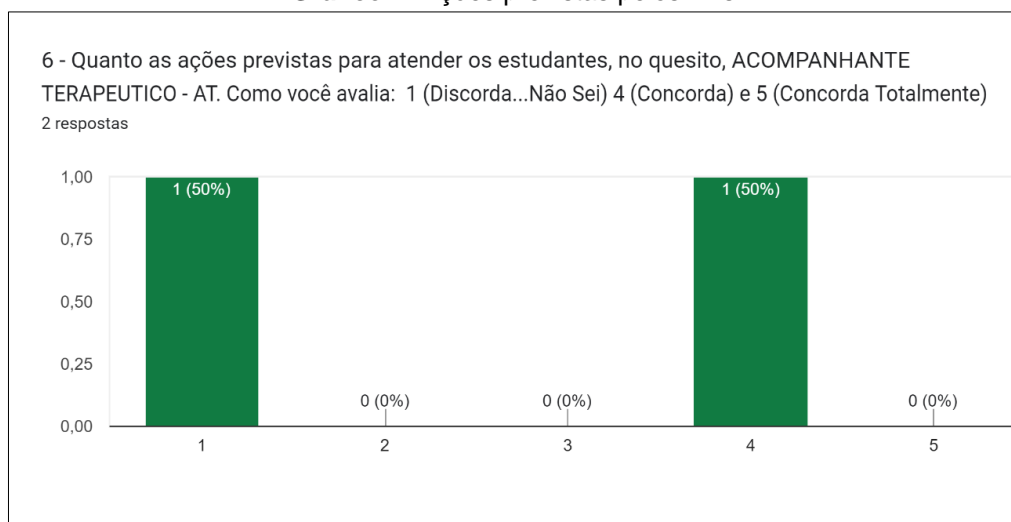
Pensar no registro das atividades como AT em sala de aula, é entender os saberes e as práticas do acompanhante terapêutico com os alunos, e para isso, Batista, Flor e Silveira (2017), nos aproximam quando relatam que,

O trabalho do AT tanto no interior da sala de aula, quanto fora dela, envolvendo todo o período escolar, de modo que um dos objetivos era integrar a criança ao grupo e nas atividades da turma, respeitando seus limites e potencialidades. No entanto, a expectativa da escola com o trabalho do AT não era que esse exercesse uma função terapêutica

com a criança, mas que cumprisse um papel pedagógico de adaptar a criança ao processo de escolarização institucional (Batista, Flor e Silveira, 2017, p. 58).

Agora, buscamos entender como as gestoras avaliaram os quesitos sobre a aba, dos acompanhantes terapêuticos - ATs. Nesse segmento, tivemos divergência de resultado, onde G1 discorda totalmente, e G2 concorda.

Gráfico 4: Ações previstas pelos ATs.



Fonte: Própria do Autor, 2023.

Essa divergência se dá pela ausência de clareza quanto à função do profissional e as diversas nomenclaturas que sobrepõem o papel e função do AT. Dentro da escola o acompanhante terapêutico tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança com autismo. A função do AT é de mediar as interações do aluno com os professores e colegas, facilitar a participação nas atividades pedagógicas e sociais, oferecendo ferramentas que permitam o entendimento do paciente e sua participação de forma autônoma. De acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu art. 2 - Parágrafo único. “Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”.

Para esclarecer ainda mais, o papel do AT na escola, Batista, Flor e Silveira (2017, p. 59), referem que é o de facilitar no processo inclusivo, criando condições para que a criança participe do universo escolar e se beneficie do processo educativo, sustentado pela convivência social. Agindo assim, o AT procura como nos revela Sereno (2006), desmantelar processos

comunicacionais cronificados em que a criança não tem vez nem voz, pois sempre tem alguém a ocupar, de forma desmedida, o papel de seu porta-voz.

Para as ações previstas para atender os estudantes, no quesito, família, mais uma vez foi unânime a avaliação das gestoras, em concordarem totalmente com os critérios apresentados no prontuário, conforme apresentamos em formato de tabela:

Tabela 18: Ações previstas para atender os estudantes, no quesito, família

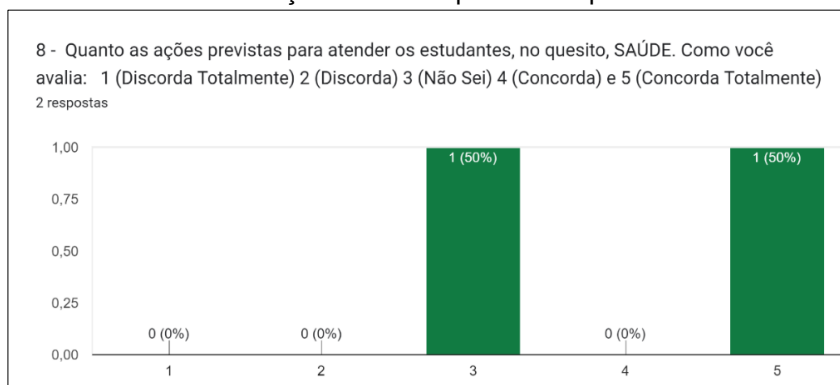
ÂMBITOS	Ações necessárias:	Ações já existentes:	Ações que precisam ser desenvolvidas:	Responsáveis
FAMÍLIA	<ul style="list-style-type: none"> -Participar da vida escolar do aluno, informando a escola de tudo o que ocorrer com o filho em casa ou em outras atividades; -Estar sempre atento para não faltar dos atendimentos na Sala de Recursos e da sala comum; -Parceria entre os profissionais da educação e família; -Levar e se inteirar do que ocorre, como se dá a evolução, quais dificuldades.o filho nos atendimentos com os profissionais da área da saúde, informando sempre a escola quando ocorrer alguma mudança; -Fazer uso da comunicação alternativa com o filho em casa e demais ambientes frequentados por ele; -Atentar-se quanto ao comportamento do aluno e reportar ao AT. 	-Família é presente e participativa na vida do aluno;	-Continuar participando ativamente da vida escolar do aluno em parceria com os profissionais que atuam diretamente com o aluno.	Escola e Família.

Fonte: Própria do Autor, 2023.

Ao inserir uma aba sobre as ações ligadas à família, o princípio que nos fundamenta, coaduna com o pensamento de Alves (2005, p.87), é de fundamental importância o trabalho conjunto entre a família e profissionais (clínicos e institucionais), e também haverá sempre necessidade que essa família esteja presente em todos os momentos. A presença dela ajudará e muito na progressão, e acompanhamento, pois muitas vezes a família é o elo que o profissional precisa para começar e poder terminar.

Para Cunha (2019, p. 90), “Ensinar para inclusão social, utilizando os instrumentos pedagógicos da escola e inserindo também a família, é fortalecê-la como núcleo básico das ações inclusivas e de cidadania”.

Diante das ações voltadas para o campo da saúde, o resultado da avaliação das gestoras foram: G1 avaliou não saber sobre a abordagem sugerida e G2 concorda totalmente.

Gráfico 5: Ações voltadas para o campo da saúde

Fonte: Própria do Autor, 2023.

No Brasil, não é comum como já apontado na Tabela 16, sobre o Plano Educacional Individualizado – PEI, onde apresentamos as características de países que possuem como responsáveis pela elaboração do PEI, profissionais da saúde, apenas os professores são responsáveis pela construção do PEI.

Nossa intenção é romper essa visão desmembrada dos serviços fundamentais como educação e saúde, por acreditar que ao se conversarem, em especial a equipe multidisciplinar do aluno TEA, que por suas características necessitam de um apoio integral como sujeitos de direitos, no campo da saúde com (fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, psicopedagogos clínicos e institucionais), entre outros. E alinhados ao processo de desenvolvimento cognitivo, emocional e social cabe a escola desenvolver esse amparo. Dito isto, segundo Brites (2019), nos apresenta como um problema essa separação entre a escola e a saúde.

Um problema que podemos destacar é a separação constante entre as áreas de saúde e educação, a qual acarreta, há anos, gargalos e travas na contratação de profissionais (como os ATs), originalmente vindos da saúde para trabalhar na educação, fazendo com que a escola não consiga ter um só tempo, em seu espaço, os dois tipos de profissionais. (Brites, 2019, p. 150).

Segundo Brites (2019, p. 150), “a única instituição brasileira que conseguiu esse feito foi a APAE. Como ela nasceu fora da estrutura rígida dos governos, foi adquirindo esse perfil de união entre saúde e educação em respeito às necessidades dos alunos”. Sendo assim, vamos observar as ações propostas para o prontuário na busca por romper essa realidade no IFPB, por referência:

Figura 6: Amostra do prontuário das ações no âmbito da saúde.

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidades educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula Acompanhamento Terapêutico - AT Família **Saúde**

Ações necessárias

- Realiza atendimentos com profissionais da saúde particular (Fono, Físio, TO, psicólogos, psiquiatras, assistente social etc);
- Reunião com os profissionais que atendem o aluno para esclarecimentos e orientações, além do trabalho em parceria com as professoras do AEE, sala comum e AT (Sondagem).

Ações já existentes

- O aluno realiza atendimentos semanais
- Orientações / reuniões estão sempre acontecendo
- O trabalho em parceria já está acontecendo

Ações que precisam ser desenvolvidas

- Aqueles que forem necessárias conforme
- Continuar com a parceria entre profissionais de saúde e educação.

Responsáveis

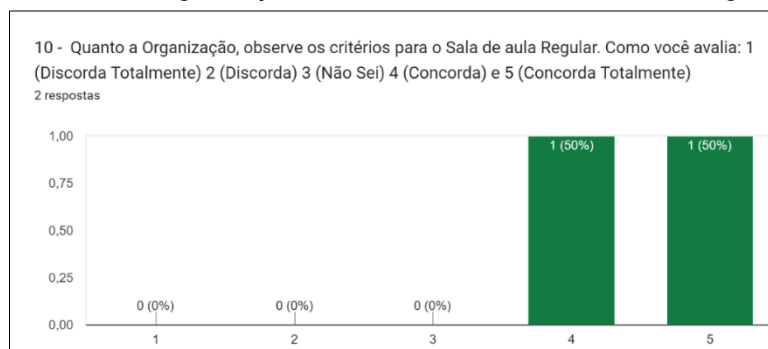
Profissionais envolvidos com a saúde e processo de inclusão escolar do aluno, Escola (Coordenadora Pedagógica, Professoras da sala comum, ATs e AEE) e Família.

Este eixo objetiva identificar e registrar as ações sobre a saúde. Manter contato com as equipes externas que por ventura venham acompanhado o aluno para entender as estratégias de estímulos e o repertório do aluno é elemento estratégico para a criação de habilidades. Se haverá reunião e se haverá parceria. Se os laudos estão atualizados e em conformidade com a legislação do IFPB.

Fonte: Própria do Autor, 2023.

Agora, vamos para o último eixo do Prontuário, “A organização”, nela, as gestoras, avaliaram no campo para o Atendimento Educacional Especializado – AEE e para o campo da Sala de aula Regular, diante dos critérios apresentados, destacamos que, tanto G1 como G2, concordam totalmente com os elementos apresentados. Já para Sala de aula Regular, G1 concorda com os pontos trazidos, já G2 concorda totalmente.

Gráfico 6: A organização a ser observado em sala de aula regular.



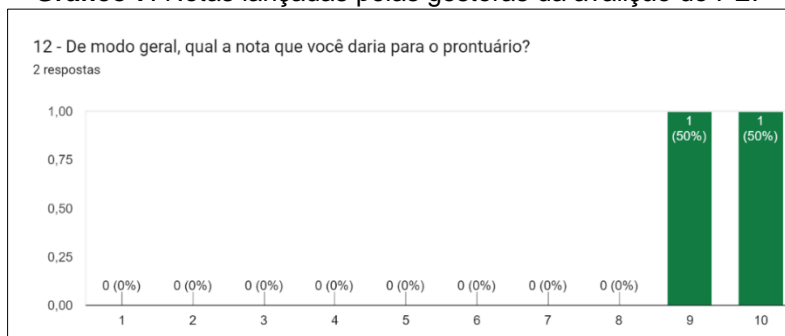
Fonte: Própria do Autor, 2023.

Com a preocupação de tornar o prontuário funcional e entendendo que apresentar elementos cada vez mais, descritivos para o processo de preenchimento pelos ATs, nesse eixo, nossa missão foi apresentar com critérios já estabelecidos (objetivos), para os profissionais optarem entre as alternativas conforme pode ser conferido no (Apêndice A).

Para finalizar, perguntamos sobre a contribuição do prontuário, para aplicação no cotidiano, dos profissionais que convivem com os alunos com TEA. E, de modo geral, qual a nota que as gestoras dariam para o prontuário. Diante

dos questionamentos, foi unânime ao avaliar que o prontuário é um produto funcional, com notas G1 9 (nove) e G2 10 (dez), para o contexto geral do produto.

Gráfico 7: Notas lançadas pelas gestoras da avaliação do PE.



Fonte: Própria do Autor, 2023.

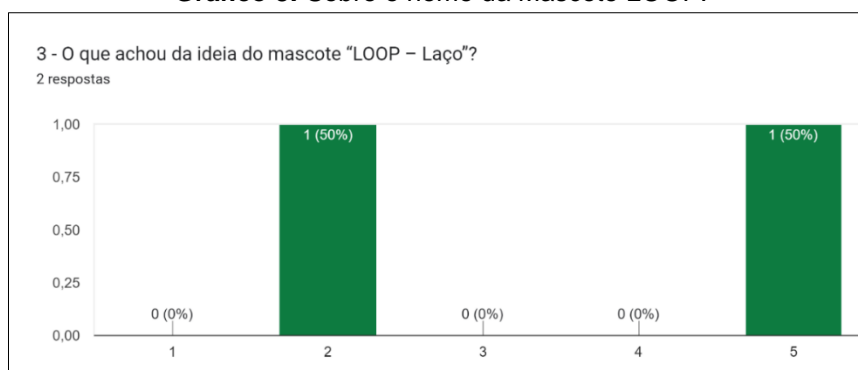
Essas avaliações, permitem não só nortear e qualificar o que defendemos, mas sobretudo, valorizar a necessidade real dos registros estruturados das ações, suportes já desenvolvidos pelos profissionais que acompanham nossos alunos com TEA.

Assim como o prontuário, a cartilha também foi apresentada, às gestoras dos setores responsáveis pela implementação do Prontuário, e, portanto, apontaremos o resultado da avaliação. Relembrando que o objetivo da cartilha é ensinar aos ATs, como utilizar o prontuário.

Inicialmente perguntamos se fica claro a ideia da cartilha, e o público-alvo a quem se destina. Ambas avaliadoras concordaram totalmente. Esse resultado, enfatizou-se a importância em responder a pesquisa de avaliação para melhoria da cartilha e futuras pesquisas.

O próximo quesito, perguntamos sobre a ideia de o mascote ser o Loop, que traduzindo quer dizer “laço”.

Gráfico 8: Sobre o nome da Mascote LOOP.



Fonte: Própria do Autor, 2023.

A avaliadora G1, discordou, já a avaliadora G2, concordou totalmente. Vejamos a fala sugerida pela avaliadora.

G1 - A simbologia de representatividade da comunidade TEA, atualmente, não é mais o laço e nem o quebra-cabeça. Hoje o símbolo do infinito deitado e colorido é o mais atual. Sugerimos colocar esse símbolo como imagem representativa.

Considerando que não temos nenhuma base legal que nos ampare quanto ao símbolo do “infinito”, optamos por manter o símbolo do laço e quebra cabeça, conforme Apêndice C.

Para fundamentar nossa opção, nos baseamos na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012,

Art. 1º, II -§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da **fita quebra-cabeça**, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.977, de 8/1/2020) (Brasil, 2012, p.1).

A peça do quebra-cabeça, apesar de muito conhecida, torna-se polêmica por simbolizar as dificuldades de compreensão enfrentadas pelas pessoas com TEA e, assim, alguns passaram a ver o quebra-cabeça como uma analogia àquele que não se encaixa na sociedade. O símbolo do infinito com as cores do arco-íris, conhecido como logotipo da neuro diversidade, também tem suas polêmicas ao ser interpretado como símbolo do amor eterno, onde prevalece um julgamento de situação de sofrimento sem fim. A fita da conscientização, de acordo com Trilico (2022, p.1), “formada por peças do quebra-cabeça em diferentes cores vivas e brilhantes, representa a diversidade, a inclusão social, a esperança e a conscientização da sociedade como um todo”. A real intenção, com o mascote foi de interagir, e trazer a leveza, para o processo de treinamento ao utilizá-la para desenvolver a habilidade do preenchimento do prontuário.

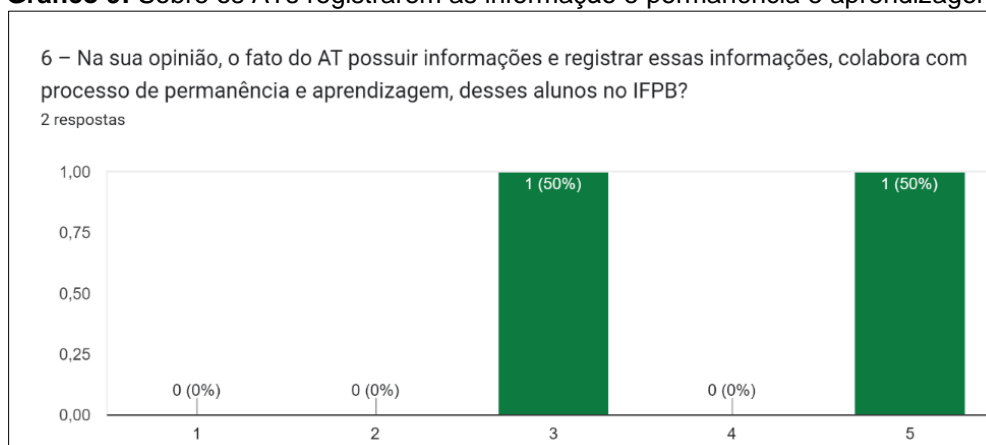
Na próxima indagação, perguntamos se é possível encontrar as informações necessárias para preencher o prontuário eletrônico, proposto na cartilha, e as avaliadoras concordaram totalmente.

Já, na pergunta, se as informações propostas na cartilha, para o preenchimento do prontuário, podem proporcionar inclusão e acessibilidade aos alunos com TEA, e aos que estão envolvidos em seu processo de aprendizagem, a avaliadora G1, respondeu não saber informar, e a avaliadora G2, concordou

totalmente com a contribuição da inclusão para o IFPB. A cartilha tem a finalidade de diminuir os extremos do desconhecido no que tange à necessidade do aluno com TEA, e à equipe que lida diariamente com eles.

Na pergunta seguinte da avaliação, buscamos saber, se o fato de o AT possuir informações e registrar essas informações, colabora com processo de permanência e aprendizagem, desses alunos no IFPB. A avaliadora G1, informou não saber, e a G2 concorda totalmente.

Gráfico 9: Sobre os ATs registrarem as informação e permanência e aprendizagem



Fonte: Própria do Autor, 2023.

Consideramos como o ponto alto do fracasso a evasão, que é a forma mais evidente do fracasso escolar, visto que, o aluno abandona a instituição escolar por não se ‘enquadrar’ nos processos manifestos dentro deste ambiente.

[...] quando se trata de pensar a questão do fracasso escolar, não podemos ignorar o paradigma emergente e reproduzir um discurso que se fundamenta na análise do social e nega a dimensão individual, ou seja, as condições de possibilidade de uma forma de subjetividade suscetível de fazer sintoma na aprendizagem escolar.” (Bossa, 2002, p. 66).

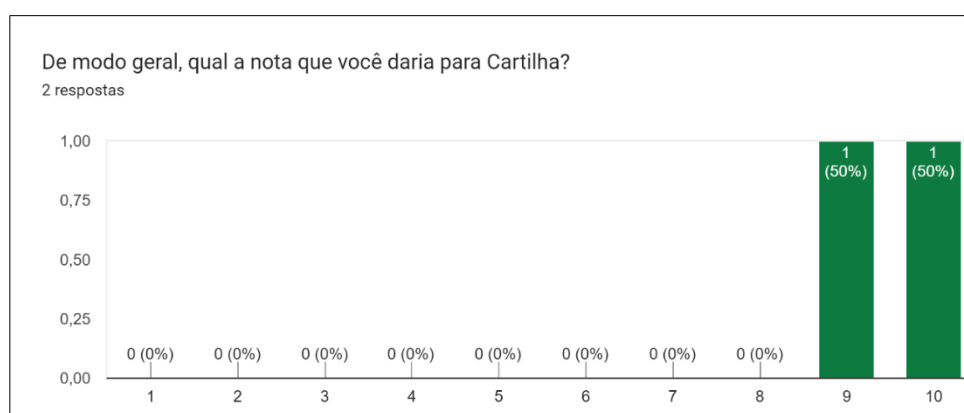
Sendo assim, deve-se considerar que o fracasso escolar envolve vários fatores que partem das particularidades do indivíduo além de refletir as condições dos agentes externos, bem como, a estrutura familiar, estrutura institucional e o ensino escolar em sala de aula. Em nosso cenário, quanto mais informações e acompanhamento, mitigamos o risco da não permanência.

Ao perguntar as avaliadoras se recomendaria a cartilha como prática inclusiva. Ambas responderam sim. Isso aponta que a cartilha pode sim nortear qualquer profissional que irá fazer uso do Prontuário como instrumento para inclusão educacional de alunos com NEE.

Além disso, perguntamos sobre o público ao qual se destina a cartilha e, considerando os ATs, ao COAPNE, Familiares e Professores tanto G1 como G2 concordaram totalmente na destinação a estes. Porém, ao ser destinado aos professores as avaliadoras responderam apenas concordar. Talvez pelo volume de informações e atribuições diárias destes, mas o protuário é também fonte de informação permanente e de livre acesso para os professores consultarem sempre que necessitarem.

A última pergunta solicitou que os leitores atribuíssem uma nota de 0 a 10 levando em consideração a cartilha de um modo geral.

Gráfico 10: Avaliação da cartilha pelas gestoras.



Fonte: Própria do Autor, 2023.

Com esse conceito, chegamos à conclusão de que ambos produtos desenvolvidos, enquanto produto educacional, atingiu seu objetivo principal que consistia em desenvolver um material de mediação aos Acompanhantes Terapêuticos/Mediadores escolares para aprendizagem dos alunos com TEA. Para isso, trouxemos conceitos que justificasse a pertinência de cada abordagem trazida, como (escola, sala de aula, o AT, a família e a saúde), e apresentar esse produto educacional a comunidade acadêmica, como uma dívida pessoal, por tudo que esta instituição, fez por minha vida profissional, em forma do que acredito, na inclusão, principalmente como suporte na educação de pessoas com deficiência, em especial aos Autistas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de estudo do nosso trabalho, buscamos compreender a atuação dos acompanhantes terapêuticos no processo de inclusão escolar dos alunos com TEA, a partir do entendimento de sua função mediadora.

Como resultado, percebemos que os acompanhantes terapêuticos do IFPB campus João Pessoa, desempenham um papel crucial na vida do aluno, atuando como uma figura de apoio e facilitador durante as diferentes atividades e interações do dia a dia. E que há uma carência nos registros dessas atividades atualmente, que nos levou a evidenciar por meio dos produtos educacionais a necessidade real de um padrão de registro, controle e comunicação entre os pares. É sim, fundamental, não só para garantia dos serviços de qualidade, mas como um direito desses alunos de articulação de todos que estão envolvidos direta ou indiretamente com os alunos com TEA. Sendo a principal função do AT, a garantia que o aluno com TEA aproveite todos os recursos da escola e realize as atividades e propostas pedagógicas e sociais da melhor forma possível.

Buscamos ainda dentro dos nossos objetivos específicos, traçar um levantamento bibliográfico sobre o comportamento dos alunos com TEA, investigando as condições de inserção desses alunos, mediada pelo acompanhante terapêutico/mediador no seu contexto escolar; identificamos as estratégias de mediação utilizadas pelo acompanhante terapêutico/mediador no processo formativo do aluno com TEA do Ensino Médio Integrado, por meio da sondagem, e efetuamos, no estado da arte, uma pesquisa a nível nacional sobre o TEA e as tendências futuras para a mediação, por meio dos produtos educacionais, e seus impactos ao longo da história para os envolvidos no processo formativo aos alunos do espectro autista. Sobre o nosso estado da arte, vale ressaltar que nos gerou publicação, enquanto, fruto de pesquisa e reflexão sobre a temática, como já mencionado ao longo desse trabalho.

Para Barcelos e Vieira (2021, p. 139), defendem que “a deficiência não existe em si. Ela se manifesta quando um corpo diverso encontra uma barreira no mundo. Só ali, na experiência, é que alguém pode ser limitado”. Nesse sentido, o papel dos ATs e cuidadores é fazer com que essas limitações se tornem cada dia menores, atuando na vivência dos alunos, e incorporando ao

repertório deles, ferramentas como aqui proposto, para que convivam com um mundo menos adaptado a eles que aos demais.

Em relação à prática do AT e, ao longo desse trabalho, constatamos que no Brasil possui várias restrições em articular segmentos por padrões rígidos de fluxos, e no final a pessoa com deficiência é quem mais sofre. Mas já enxergamos essa necessidade de saber, como se dava a vida escolar desse aluno, antes de chegar no IFPB, e como o professor irá fazer para adaptar sua rotina quando se depara com o diferente? E como esse profissional que acompanha não só um aluno, mas as vezes dois ou três, podem criar vínculos. Como podemos acompanhar a evolução ou recuo desse aluno, de forma compatível com o ambiente de sala de aula? Enfim, foram indagações como essa que tratamos ao longo do trabalho. A título de exemplo, de acordo com a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu art. 2 - Parágrafo único. “Em casos de comprovada necessidade (laudo ou parecer médico), a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado”, e apesar dos avanços nos termos da legislação, os direitos que englobam professor-aluno na promoção de uma educação inclusiva, não se concretizaram plenamente.

Percebe-se que, na prática, a efetivação da legislação deixa muito a desejar. Parece ser evidente o desinteresse das instituições e do poder público em cumprir o que determina a lei no que tange o direito efetivo de ATs. Ainda, a falta de fiscalização e punições que contribuem para o descaso e o não cumprimento. De um lado, fica os planos de saúde e do outro as instituições de ensino que contratam na condição de prestadores de serviço para reduzir os custos, tornando volátil e inconstante o espaço de atuação, até mesmo na busca por capacitação dos profissionais responsáveis por acompanhar esses alunos. Pode-se constatar a não efetivação desses direitos quando os participantes deste estudo, mais da metade, não tiveram capacitação para exercer a função.

De acordo com Freitas, (2020, p. 96), o novo paradigma da inclusão requer um olhar comprometido para com as diferenças encontradas na sala de aula, de tal modo que, todos sejam tratados com equidade, respeitando suas individualidades e limitações.

E como resultado dessa abordagem, trazer os produtos educacionais como resposta de uma articulação como proposta de inserir no sistema (SUAP), na aba, igualmente produzida pelo IFRN, podendo ser no campo da saúde ou vinculada a assistência estudantil, o prontuário eletrônico como ferramenta de registro e acompanhamento dos alunos com TEA do IFPB, campus, João Pessoa.

A cartilha informativa surgiu como um complemento ao prontuário para instruir em como preencher o prontuário. Não entregamos ao público alvo, mas enviamos em formato digital às gestoras que avaliaram os produtos. A avaliação do produto demonstrou que há relevância da abordagem para vida acadêmica e que a cartilha promoveu a ideia proposta em informar o público alvo.

Dessa maneira, a inclusão escolar e a mediação são temas que ainda demandam muitos estudos e práticas para que sejam bem sucedidas. Contudo, os trabalhos que os ATs e mediadores vêm desenvolvendo no âmbito escolar, tem refletido ganhos para os alunos, em especial nas interações sociais dos alunos com TEA, em relação ao restante das turmas.

De modo geral, esperamos que esses produtos sejam efetivados, no IFPB campus João Pessoa, atendendo tanto como protótipo de experimento ou efetivamente adequado a realidade dos núcleos de acessibilidade para qualquer instituição de ensino, que preze por inclusão dos alunos com deficiência, seja público ou privado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C.T do; OLIVEIRA, M.A.M. Educação profissional: um percurso histórico, até a criação e desenvolvimento dos cursos superiores de tecnologia. In: FIDALGO, F; OLIVEIRA, M.A.M.; FIDALGO, N.L.R.(org.) **Educação Profissional e a Lógica das competências**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2007.p. 167-206.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-5-TR. Porto Alegre: Artmed, 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. Ed. São Paulo. Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo. Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0.** 1 ed. São Paulo. Boitempo, 2020.

ANTÚNEZ, A. E. A.; Barreto, K. D. & Saфра, G. Acompanhamento Terapêutico: contribuições de Minkowski. In: Antúnez, A. E. A. (Org.) (2011). Acompanhamento Terapêutico - casos clínicos e teorias. São Paulo: Casa do Psicólogo.

ASSALI, A.M. **Inclusão escolar e acompanhamento terapêutico:** possibilidade ou entrave? In: Psicanálise, educação e transmissão, São Paulo, v.6, 2006.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris. 1948. Retirado de <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>

BARCELOS, I.P.de; VIEIRA, P.M.S. **Orientação a famílias de crianças com TEA:** combinando ciência e suporte afetivo. In: CARDOSO, A.A.; NOGUEIRA, M.L.M. (org.). **Atenção interdisciplinar ao Autismo**. Belo Horizonte, MG, Editora Ampla, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BARNIER, R.A. **O que a ciência nos diz sobre o Transtorno do Espectro Autista:** fazendo as Escolhas Certas para o seu filho. Porto Alegre, Artmed. 2021.

BARROS, J.F.; BRANDÃO, D.B.S.R. **Acompanhamento terapêutico:** (re)pensando a inclusão escolar, 2011. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/39.pdf> Acesso em dezembro de 2022.

BATES, A.W. (Tony). **Educar na era digital. Design, ensino e aprendizagem**. – São Paulo: Artesanato Educacional, 2016.

BATISTA, A. L., FLOR, T. C., & SILVEIRA, R. W. M. da. **Saberes e práticas do acompanhamento terapêutico com crianças**: uma revisão bibliográfica. Revista da Abordagem Gestáltica, 2017. 23(1), 55-62. Recuperado em 24 de setembro de 2023, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100007&lng=pt&tlng=pt.

BENEVIDES, L.L.M.G. **A função de publicização do acompanhamento terapêutico na clínica**: O contexto, o texto e o fora texto do AT. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense. Orientadora: Dra. Regina Duarte Benevides de Barros. Niterói. 2007. 184p.

BETTELHEIM, B. *The empty fortress: infantile autism and the birth of the self*. Nova York: The Free Press of Glencoe, 1967.

BORDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOSA, C. **Autismo**: atuais interpretações para antigas observações. In: BAPTISTA, C.R.; BOSA, C. (org.) **Autismo e Educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BOSSA, N. A. **Fracasso escolar um olhar psicopedagógico**. São Paulo: Artmed 2002.

BRASIL, **Decreto Nº 6.571/08** - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado - AEE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm . Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.1997. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.1997. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**. Brasília: 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 20 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 10502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Lei Berenice Piana;** Lei de Proteção aos Autistas. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/12/2012, Página 2 (Publicação Original)

BRASIL. Lei Nº 13.861, de 18 de julho de 2019. Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, **para incluir as especificidades inerentes ao transtorno do espectro autista nos censos demográficos.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/7/2019, Página 1 (Publicação Original)

BRASIL. Lei nº 47.038, de 16 de outubro de 1959. **Aprova o Regulamento do Ensino Industrial.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/10/1959, Página 22593 (Publicação Original)

BRASIL. Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivos da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, **referentes a profissionalização do ensino de 2º grau.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/10/1982, Página 19539 (Publicação Original)

BRASIL. Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.** Diário Oficial da União - Seção 1 - 18/11/2011, Página 12 (Publicação Original)

BRASIL. LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989. **Lei dos Portadores de Deficiência.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/10/1989, Página 19209 (Publicação Original)

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.** Publicado em 17/12/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-centro-oeste/hub-unb/saude/prontuario-do-paciente#:~:text=O%20prontu%C3%A1rio%20%C3%A9%20um%20documento>

,o%20prontu%C3%A1rio%20%C3%A9%20criado%20automaticamente.
Acesso em: 26 de novembro de 2022.

BRITES, L. **Mentes Únicas**. São Paulo: Editora Gente, 2019.

CIAVATTA, M. Ensino Integrado, a Politécnica e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>>.

COLLARES, S. A. O. **O uso da cartilha progressiva (1907) nas escolas do estado do Paraná**. In: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

CORREIA, M., & CAMPOS, H. R. **Psicologia escolar: Histórias, tendências e possibilidades**. In O. H. Yamamoto & A. Cabral Neto (Orgs.), *O Psicólogo e a Escola: Uma introdução ao estudo da Psicologia Escolar* (pp. 137-185). Natal: EDUFRN. 2004.

CORREIA, M.; CAMPOS, H. R. *Psicologia Escolar: histórias, tendências e possibilidades*. In: YAMAMOTO, O. H.; NETO, A. C. (Orgs.). *O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da psicologia escolar*. Natal: EDUFRN, 2004. p. 137- 185.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 8.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2019.

CUNHA, E. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2020.

CURY, C. R. J. **A Educação Básica no Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 168-200 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD/?lang=pt&format=pdf>
Acesso em: 26 de agosto de 2021.

DEL PORTO, J.A., ASSUNPÇÃO JR. **Autismo no Adulto**. São Paulo, Editora dos Editores; Porto Alegre, Artmed, 2023.

DINIZ, D. **O que é deficiência** São Paulo: Editora Brasiliense.2012

ESCOBAR, J. L. **A Internet e a Democratização da Informação: proposta para um estudo de caso**. In: Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 5.2014. Disponível em: Acesso em: 26 julho. 2021.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, R. Q. de. *A importância da tecnologia assistiva na autonomia escolar de pessoas com deficiência*. Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação da Paraíba/ Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT). 2020.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82

GAIATO, M., TEIXEIRA, Gustavo. Rezinho Autista: guia para lidar com comportamentos difíceis. São Paulo: nVersos, 2018.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIROTO, C. R. M.; DEL-MASSO, M. C. S.; MILANEZ, S. G. C. y SEBASTIÁN HEREDERO, E. (Eds.). **Servicios de apoyo en Educación Especial: Una mirada desde diferentes realidades**. Alcalá de Henares: Servicio de Publicaciones de la Universidadde Alcalá, 2014, 240p.

GOMES, C. G. S., & SILVEIRA, A. D. **Ensino de habilidades básicas para pessoas com autismo: Manual para Intervenção Comportamental Intensiva**. Appris. 2016.

GRANDIN, T, 1947- **O cérebro autista** [recurso eletrônico] / Temple Grandin, Richard Panek; tradução Maria Cristina Torquillo Cavalcanti. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2015.

GRANDIN, T. **O cérebro autista**. 13 ed. Rio de Janeiro –RJ, Record, 2020.

GRESPLAN, J. **Marx: uma introdução**. 1ed. São Paulo. Boitempo, 2021.

HIERING, Rudolf von. **A luta pelo direito**. Tradução de João Vasconcelos. São Paulo: Forense, 2009.

HOBSON, R. P. **Autism and the Development of Mind**. Hillsdale, NJ:Erlbaum.1993

KANNER, L. **Affective disturbances of affective contact**. *Nervous Child*, 2, 217-250. 1943.

KNECHTEL, M. do R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º Grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1997.

KUPERSTEIN, A. L.; BIAZUS, F.de C; PIRES, L.C.V.S. **A família como parte importante da equipe: do diagnóstico à intervenção precoce da criança com transtorno do espectro autista**. In: ROTTA, N.T; BRIDI FILHO, C.A.; BRIDE, F.R.de S. (org.). **Plasticidade cerebral e aprendizagem: abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre. Artmed, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo-SP, Atlas, 2003.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. In: SOUZA, Edvânia Â. de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (orgs). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2019. 37-49p.

LEVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. São Paulo: Editora 34, 1993.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

LIBÂNEO, J. C. ***Adeus professor, adeus professora: novas exigências educacionais e profissão docente***. São Paulo: Cortez, 1998.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **A avaliação escolar**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIC, M. L. F., & BUSTOS, N. G. **Código de ética**. Asociación acompañantes terapêuticos de La república Argentina (AATRA). 2010. Buenos Aires. Disponível http://www.aatra.org.ar/cod_etica.html

LIKERT, R. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 1932.

MAENNER MJ, Shaw KA, Baio J, et al. **Prevalência de Transtorno do Espectro do Autismo em Crianças de 8 Anos**: Rede de Monitoramento do Autismo e Deficiências do Desenvolvimento, 11 locais, Estados Unidos, 2016. *MMWR Surveill Summ* 2020.

MARCO, V. Di. **Capacitismo: o mito da capacidade**. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2020.

MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula**: reconhecer e desvendar o mundo. Publicação: Série Idéias. São Paulo, FDE, 1997, n. 28, pág. 111. Disponível no site do Centro de Referência em Educação Mario Covas - http://www.crmariocovas.sp.gov.br/dea_a.php?t=002

MARX, K. Coleção Os Economistas - **O Capital** - Volume IV. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: 1ª ed. Nova Cultural, 1986.

MAUER, S. K. & RESNIZKY, S. **Acompanhantes Terapêuticos e Pacientes Psicóticos: Contra a Enfermidade como Delito**. Campinas: Papyrus. 1987.

MAZZOTTA, M. J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MENEZES, H. C. S.; OLIVEIRA, D. A. de; SILVA, F. G. da. **Um Estudo Sobre a Defectologia na Perspectiva Vigotskiana**: a aprendizagem do Deficiente Intelectual em reflexão. In: XI Congresso Nacional de Educação, XI., 2013, Curitiba. Tipo de obra (Anais) [...] Curitiba: 2013. p. 20217 – 20230.

MONTEIRO, F. M. A. **Desenvolvimento profissional**: uma experiência em um curso de Licenciatura em Pedagogia. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.

MOTA, C.. Autismo na **Educação Infantil**: um olhar para interação social e inclusão escolar. 1 ed. Curitiba: Appris,2020.

NETTO, J.P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2012.
OLIVEIRA. M.A.M. Políticas públicas para o ensino profissional – o processo de desmantelamento dos Cefets. Campinas: Papirus, 2003.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

OMS. **ICD-11 Reference Guide**. Genebra: OMS, 2019b.

ORRÚ, S. E. **Aprendizes com autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis- RJ. Vozes, 2016.

PORTO, M. & SERENO, D. **Sobre acompanhamento terapêutico**. In Equipe de Acompanhantes Terapêuticos do hospital-dia "A Casa" (Org.). A rua como espaço clínico: acompanhamento terapêutico São Paulo: Escuta. 1991. (p. 23-31).

PRIZANT, B.M. **Humano a sua maneira**: um olhar sobre o autismo. 1.ed. São Paulo, Edipro,2023.

RAMOS, M.. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensinomedio-integrado-marise-ramos1.pdf> . Acesso: 26 de agosto de 2021.

ROCHA, P.R.G. da. **Caracterização do Autismo**. In: DEL PORTO, J.A., ASSUNPÇÃO JR. **Autismo no Adulto**. São Paulo, Editora dos Editores; Porto Alegre, Artmed, 2023.p. 35-50.

ROSÁRIO, M. J. A. do; MELO, C. N. de. **A educação jesuítica no Brasil colônia**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 379-389, jul. 2015.

RUTTER, M. **Stress, coping, and development**: Some issues and some questions. In N. Garmezy, M. Rutter (Eds.) & Ctr for Advanced Study in the Behavioral Sciences, Inc, *Stress, coping, and development in children* p. 1–41. 1983.

SANTOS, G. **Pesquisa realizada na UFLA avalia os benefícios do atletismo para crianças autistas**. Ministério da Educação Portal UFLA – Universidade Federal de Lavras, 2019. Disponível em: < <https://ufla.br/noticias/pesquisa/13177-pesquisa-realizada-na-ufla-avalia-os-beneficios-do-atletismo-para-criancas-autistas> >. Acesso em: 17 de junho de 2021

SARMENTO, M. J. **Administração da infância e da educação**: as lógicas (políticas) de ação na era da justificação múltipla. Em: Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, 2. Braga, Portugal: Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012. – (Coleção polêmicas do nosso tempo; 5).

SAVOIA, M.G; SAMPAIO, T.P. **As Técnicas cognitivo-comportamentais: considerações sobre o repertório do AT**. In: I. LONDERO ET al. (Org.) **Acompanhamento Terapêutico: Teoria e Técnica na Terapia Comportamental e Cognitivo-Comportamental**. São Paulo: Santos, 2010, p.37-49.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa? In: _____ (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-11.

SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de down**. 2 ed. São Paulo: Memnon: Mackenzie, 2003. 324p.

SERENO, D. **Acompanhante terapêutico e educação inclusiva**. Psychê. 2006.

SERRA, T. **Autismo: um olhar 360º**. São Paulo. Literare Books Internacional, 2020.

SILVA, A. T.; SILVA, R. N. **A emergência do acompanhamento terapêutico e as políticas de saúde mental**. Psicologia ciência e profissão. Brasília, v. 26, n. 2, jun. (2006). Disponível http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200005&lng=es&nrm=iso Acesso em: 24 de setembro de 2023.

SILVA, F.S. da S. et.al. **Educação Profissional e a Inclusão de Pessoas com Deficiência: um Mapeamento Sistemático**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, Maranhão, vol.1, n. 18. p. 01- 19, jan, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8199/pdf> Acesso em: 14/02/2022.

SKLIAR, C. **É o outro que retorna ou é um eu que hospeda?** Notas sobre a pergunta obstinada pelas diferenças em educação. Em: Anais da Reunião Anual da ANPEd, 25. ANPEd. Caxambu, 2002.

SOARES, D. **Educomunicação - O que é isso?** Instituto de Educação e Cultura Portal Gens, São Paulo, maio 2006.

TASSARA, E. **Dicionário Socioambiental: Ideias, definições e conceitos**. São Paulo: FAART, 2008

TRILICO, Matheus. Qual o símbolo do autismo? Veja 3 e conheça o principal. Blog, publicado em 17/09/2022. Disponível em: <https://blog.matheustriliconeurologia.com.br/simbolo-do-autismo/>. Acesso em: 29/09/2023.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

VIGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

VIGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In: VIGOTSKY, L. S. et al. *Psicologia e Pedagogia I: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1991.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. 6ª ed. São Paulo, SP. Martins Fontes Editora LTDA, 1998.

WHITMAN, T.L. **O desenvolvimento do autismo**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2015.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL – PRONTUÁRIO

TUTORIAL DE COMO UTILIZAR O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PARA OS ACOMPANHANTES TERAPEUTICOS

Link do Protótipo: <https://pronturario.bubbleapps.io/version-test>



1. Eixo Identificação do Aluno

Identificação **Dados Familiares** Informação Escolar Ações Necessárias Organização

Nome
Nome

Cartão SUS
Num. do cartão SUS

Data de Nascimento
7/20/2022

Telefone
Telefone para contato

Endereço
Rua, número

Cidade
Cidade

Bairro
Bairro

Inserir as informações do aluno após matrícula no IFPB

2. Eixo Dados Familiares

Identificação **Dados Familiares** Informação Escolar Ações Necessárias Organização

Nome do Pai
Nome do pai

Profissão do Pai
Profissão do pai

responsável legal

Escolaridade do Pai
Selecione

Nome da Mãe
Nome da mãe

Profissão da Mãe
Profissão da mãe

responsável legal

Escolaridade da Mãe
Selecione

Estado Civil
Selecione

Inserir as informações dos familiares. Este cadastro objetiva mensurar os vínculos familiares dos alunos.

<p>Padrasto</p> <p>Nome do padrasto</p> <p><input type="checkbox"/> responsável legal</p> <p>Número de Irmãos</p> <p>0</p> <p>Mora com</p> <p>Mora com</p> <p>Experiências Anteriores</p> <p>Descrever o histórico da descoberta, luta e enfrentamento por parte da família</p>	<p>Madrasta</p> <p>Nome da madrasta</p> <p><input type="checkbox"/> responsável legal</p> <p>Quantos estudam?</p> <p>0</p>
--	---

As experiências anteriores dizem respeito a relação com o diagnóstico do aluno Autista e os desdobramentos para a rotina do aluno para sua vida acadêmica.

3. Eixo Informação Escolar

Identificação	Dados Familiares	Informação Escolar	Ações Necessárias	Org
Nome da Escola	Telefone da Escola			
Nome da escola	(DDD) XXXX-XXXX			
Endereço da Escola	Bairro, rua e número da escola			
Ano de Escolaridade Atual	Idade que entrou na escola pela primeira vez			
Ano de escolaridade atual	Idade			

Este eixo visa identificar o registro da última escola do aluno e sua relação com escola.

História escolar (Comum) e antecedentes relevantes

Lembrar sobre motivos de mudanças de escola

Exemplo: Não se adaptou a rotina da escola

História escolar (Especial) e antecedentes relevantes

Lembrar encaminhamentos anteriores

Exemplo: Não se adaptou a rotina da escola

Motivo do encaminhamento para o AEE (Atendimento Educacional Especializado)

Dificuldades apresentadas pelo aluno, posição da família e professores

Exemplo: Diagnóstico de Deficiência Intelectual. O aluno apresenta dificuldade na comunicação, coordenação motora.

Observações elencadas pelos professores no desenvolvimento da aprendizagem

Observações

Avanços e retrocessos na aprendizagem

Descreva

Este eixo visa identificar o registro da última escola do aluno e sua relação com escola.

4. Eixo Ações Necessárias

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula Acompanhamento Teraêutico - AT Família Saúde

Ações necessárias

- Importância da comunidade;
- Confecção de recursos materiais;
- Uso de recursos de alta tecnologia;
- Adequação curricular;
- Presença do AT constantemente dentro da sala de aula;
- Uso de comunicação alternativa.

Ações já existentes

- A comunidade escolar se preocupa com o aluno em todos os ambientes;
- Os recursos materiais estão sendo disponibilizados para atender as necessidades que o aluno apresenta nos ambientes;
- A adequação curricular já está sendo feita;
- Há um/uma AT que foi orientado(a) anteriormente pela equipe multidisciplinar (pedagogo e psicólogo - COAPNE) à disposição do aluno a tempo todo e quando necessário.

Ações que precisam ser desenvolvidas

- Acessibilidade Metodologica;
- Acessibilidade Atitudinal;
- Acessibilidade aquitetonica.

Responsáveis

Equipe Gestora - COAPNE, Coordenadora Pedagógica, Professora da Sala de Recursos, AT, professor.

Este eixo objetiva identificar e registrar as ações oriundas da Escola (IFPB). As ações necessárias, existentes e as que precisam ser desenvolvidas, tem o intuito de manter o aluno com as adaptações e percepção das suas necessidades específica com o cenário metodológico e atitudinal.

Identificação	Dados Familiares	Informação Escolar	Ações Necessárias	Organização
<p>Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno</p>				
<p>Escola Sala de Aula Acompanhamento Teraêutico - AT Família Saúde</p>				
<p>Ações necessárias</p> <ul style="list-style-type: none"> -Número de alunos em sala; -Recursos adaptados confeccionados, necessidade apresentada pelo aluno e aplicados na sala comum e continuadas pela AT sob supervisão; -Comunicar-se de forma clara e direta; -A ergonomia da sala comum deverá ser modificada para o aluno; 				
<p>Ações já existentes</p> <ul style="list-style-type: none"> -As orientações estarão sempre acontecendo conforme as necessidades; -A rotina está sendo confeccionada pelo aluno na sala comum; -A professora está sempre preocupada na disposição dos alunos na sala de aula comum; -Os horários dos alunos são reorganizados, conforme a necessidade; -A escola já dispõe dessa ação; 				
<p>Ações que precisam ser desenvolvidas</p> <p>Aquelas conforme surgirem as necessidades do aluno</p>				
<p>Responsáveis</p> <p>Equipe Gestora, Coordenadora Pedagógica, Professoras da sala comum e do AEE e o/a AT.</p>				

Este eixo objetiva identificar e registrar as ações oriundas da Sala de Aula (IFPB). As ações necessárias, existentes e as que precisam ser desenvolvidas. Tem o intuito de manter o aluno com as adaptações e percepção das suas necessidades específica com o cenário metodológico, atitudinal e arquitetônica.

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula **Acompanhamento Teraêutico - AT** Família Saúde

Ações necessárias

-Acompanhamento do aluno dentro e fora (entrada, banheiro física entre outros) da sala de aula, além de passeios ou eventos na escola;
 -Confeccionar recursos conforme orientação da professora quando preciso;
 -Atentar-se para a postura e sociabilidade do aluno com a turma na sala;

Ações já existentes

- O tipo de acompanhamento de cada IF (Sondagem)

Ações que precisam ser desenvolvidas

-Preparo do profissional no como agir com esse aluno antes de recebê-lo.

Responsáveis

AT; COAPE e professor de sala AEE e professor regular.

Este eixo objetiva identificar e registrar as ações oriundas junto aos ATs do (IFPB). As ações necessárias, existentes e as que precisam ser desenvolvidas. Aqui o profissional que acompanha o aluno poderá registrar tanto as percepções da funcionalidade do aluno já existente como as adaptações para realidade do desenvolvimento em sala.

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidades educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula Acompanhamento Teraéutico - AT **Família** Saúde

Ações necessárias

-Participar da vida escolar do aluno, informando a escola de tudo o que ocorrer com o filho em casa ou em outras atividades;
 -Estar sempre atento para não faltar dos atendimentos na Sala de Recursos e da sala comum;
 -Parceria entre os profissionais da educação e família;
 -Levar e se inteirar do que ocorre, como se dá a evolução, quais dificuldades do filho nos atendimentos com os profissionais da área da saúde, info

Ações já existentes

-Família é presente e participativa na vida do aluno;

Ações que precisam ser desenvolvidas

-Continuar participando ativamente da vida escolar do aluno com os profissionais que atuam diretamente com o aluno.

Responsáveis

Escola e família.

Este eixo objetiva identificar e registrar as ações junto da família. A escuta e anamnese que é realizada com essa família, objetiva desenvolver uma percepção da vida pregressa e escolar do aluno, para garantir uma continuidade dos elementos que funcionam e não funcional com o aluno. Em especial poder contar com a família na continuidade dessas ações e como ponte com as escolas anteriores.

Identificação Dados Familiares Informação Escola **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula Acompanhamento Teraêutico - AT Família **Saúde**

Ações necessárias

- Realiza atendimentos com profissionais da saúde particular (Fono, Fisio, TO, psicólogos, psiquiatras, assistente social etc);
- Reunião com os profissionais que atendem o aluno para esclarecimentos e orientações, além do trabalho em parceria com as professoras do AEE, comum e AT (Sondagem).

Ações já existentes

- O aluno realiza atendimentos semanais
- Orientações / reuniões estão sempre acontecendo com a equipe de saúde);
- O trabalho em parceria já está acontecendo

Ações que precisam ser desenvolvidas

- Aqueles que forem necessárias conforme laudos
- Continuar com a parceria entre profissionais de saúde e educação.

Responsáveis

Profissionais envolvidos com a saúde e processo de inclusão escolar do aluno, Escola (Coordenadora Pedagógica, Professoras da sala comum, ATs e AEE) e Família.

Este eixo objetiva identificar e registrar as ações sobre a saúde. Manter contato com as equipes externas que por ventura venham acompanhado o aluno par entender as estratégias de estímulos e o repertório do aluno é elemento estratégico para a criação de habilidades. Se haverá reunião e se haverá parceria. Se os laudos estão atualizados e em conformidade com a legislação do IFPB.

Identificação	Dados Familiares	Informação Escolar	Ações Necessárias	Organização
<p>Organização</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; padding: 5px; text-align: center;">Atendimento Educacional Especializado</div> <div style="border: 1px solid black; border-radius: 10px; padding: 5px; text-align: center;">Sala de Aula Regular</div> </div> <p>Tipo de AEE</p> <p><input type="radio"/> Sala de recursos multifuncionais</p> <p><input type="radio"/> Intérprete na sala regular</p> <p><input type="radio"/> Professor de Libras</p> <p><input type="radio"/> Monitor</p> <p><input type="radio"/> AT em sala de aula regular</p> <p><input type="radio"/> Domiciliar</p> <p><input type="radio"/> Hospitalar</p> <p><input type="radio"/> Nenhum</p> <p><input type="radio"/> Outro? Qual?</p> <p><input type="text" value="Outro tipo de atendimento"/></p>				

No eixo, ORGANIZAÇÃO, delimitamos dois outros eixos: AEE e sala de aula regular. Muito mais como forma de registro e controle dos atendimentos e serviços que são realizados com os alunos e quais atendimentos são garantidos a eles.

<p>Frequência Semanal</p> <p><input type="radio"/> 1 vez por semana na sala de recursos multifuncional</p> <p><input type="radio"/> 2 vezes por semana na sala de recursos multifuncional</p> <p><input type="radio"/> 3 vezes por semana na sala de recursos multifuncional</p> <p><input type="radio"/> 4 vezes por semana na sala de recursos multifuncional</p> <p><input type="radio"/> 5 vezes por semana na sala de recursos multifuncional</p> <p><input type="radio"/> Todo o período de aula, na própria sala de aula (Tutor/Cuidador/AT)</p> <p><input type="radio"/> Nenhuma vez por semana</p> <p><input type="radio"/> Outra? Qual?</p> <p><input type="text" value="Outra frequência"/></p> <p>Tempo de Atendimento</p> <p><input type="radio"/> 50 minutos por atendimento</p> <p><input type="radio"/> Durante todas as aulas, na própria sala de aula (Tutor/Cuidador/AT)</p> <p><input type="radio"/> Nenhum</p> <p><input type="radio"/> Outro? Qual?</p> <p><input type="text" value="Outros profissionais"/></p> <p>Composição do Atendimento</p> <p><input type="radio"/> Atendimento individual</p> <p><input type="radio"/> Atendimento grupal</p> <p><input type="radio"/> Atendimento na própria sala de aula com todos os alunos</p> <p><input type="radio"/> Nenhum</p>

Outros Profissionais Envolvidos

- Fonoaudiologia
- Psicologia
- Fisioterapia
- Terapia Ocupacional
- Educador Físico
- Assistência Social
- Área médica. Qual a especialidade?
- nenhum
- Outro? Qual?

Importante observar que aqui o profissional da sala de AEE também contribui para o trabalho do AT. Esse suporte será fundamental para a rotina do aluno e do AT em sala.

Orientações a Serem Realizadas pelo Professor do AEE

- orientação ao professor de sala de aula: Falar sempre de forma clara e objetiva, interagir com o aluno para que possa confiar no AT, intervir individualmente durante as atividades propostas, propor atividades que estimulem a coordenação motora, comunicação, atenção / concentração, percepção tátil (texturas), utilização da comunicação alternativa, sempre que necessário falar com a professora do AEE.
- orientação ao AT do aluno: Estar sempre acompanhando o aluno nas atividades solicitadas pelas professoras da escola (sala de aula e educação física) realizadas dentro ou fora da sala de aula, falar de forma clara e objetiva, sempre estimular positivamente o que o aluno está realizando, confeccionar recursos para uso do aluno quando necessário, sempre que sentir necessidade falar com a professora do AEE para sanar dúvidas e obter orientações.
- orientação ao professor de educação física: Trabalhar com atividades que estimulem a coordenação motora, equilíbrio, jogos cooperativos, dar os comandos para realização das atividades diretos e objetivos para facilitar a compreensão do aluno.
- orientação aos colegas de turma: Sempre chamar o colega para participar das atividades, conversar, brincar.
- orientação aos gestores: Trabalho em parceria com a professora da Sala de Recursos e acompanhamento do trabalho que está sendo desenvolvido com o aluno pedagogicamente, além de orientações à família quando necessário.
- orientação ao professor coordenador: Acompanhar o desenvolvimento das atividades que estarão sendo propostas pelas professoras para o aluno, se o mesmo está respondendo aos objetivos que lhe foram propostos, se está desenvolvendo positivamente conforme descritos no PRONTUÁRIO e quando preciso entrar em contato com a professora do AEE.
- orientação à família do aluno: A importância dos atendimentos tanto da educação quanto da saúde, manter a parceria com a escola, atentar-se com relação as faltas e comportamento do aluno.
- orientação aos funcionários da escola: Agir naturalmente com o aluno, estimulando-a e orientando-a quando necessário.
- Orientações conforme surgirem as necessidades do aluno e de todos os profissionais envolvidos.
- Nenhuma
- Outras. Quais?

Identificação Dados Familiares Informação Escolar Ações Necessárias **Organização**

Organização

Atendimento Educacional Especializado **Sala de Aula Regular**

Preenchimento do professor (com apoio do COAPNE)
Apontar os conteúdos que serão desenvolvidos com o aluno:

Áreas a serem trabalhadas na sala de aula regular (Preenchimento do professor)

Curso: Semestre:

Quais disciplinas/conteúdo serão adaptados:

Objetivos (Preenchimento do professor)

Descrever os objetivos que pretende alcançar com o aluno, em cada área:

Obs.: Os objetivos estão adequados para o desenvolvimento do aluno, há necessidade da presença do professor / AT (intervenção e orientação).

Em sala de aula regular. É a vez do **professor** contribuir com o apoio do COAPNE.

<p>Contribuição do COAPNE</p> <p>Observação</p>
<p>Atividades diferenciadas (Preenchimento do professor)</p> <p>Descrever atividades que pretende desenvolver com o aluno</p> <p><input type="radio"/> Comunicação alternativa</p> <p><input type="radio"/> Adequação material (descreva)</p> <p><input type="radio"/> Outra (descreva)</p> <p><input type="radio"/> Nenhuma</p> <p>Descreva</p>
<p>Contribuição do COAPNE</p> <p>Observação</p>
<p>Estratégia de trabalho (Preenchimento do professor)</p> <p>Descrever o plano de ação metodológica utilizado com o aluno</p> <p>Conteúdo</p>
<p>Contribuição do COAPNE</p> <p>Observação</p>

Avaliação do período (Preenchimento do professor)

No final do período, descrever as conquistas do aluno e quais foram os objetivos alcançados. Registrar de que forma as ações propostas em conjunto com a AT repercutiram no desempenho escolar do aluno

Descreva

Anexar relatório

Contribuição do COAPNE

Observação

Acesse o Link:
<https://drive.google.com/file/d/1er9miqlaNjjP83o0WYfztNLpyZQqXB6O/view?usp=sharing>

Encaminhamento/Apontamentos (Preenchimento do professor)

Descreva

Contribuição do COAPNE

Observação

Nome do professor

Professor

Ver modelo do Relatório já utilizado pelo COAPNE.



Acesse o Link:
<https://drive.google.com/file/d/1er9miqlaNjjP83o0WYfztNLpyZQqXB6O/view?usp=sharing>

Nome do professor

Professor

Nome do professor coordenador

Coordenador

Nome dos gestores COAPNE

Gestores

Nome do AT

AT

Nome da professora do AEE

Professora AEE

Data

7/21/2022

Nesses espaços saberemos que são os profissionais envolvidos no prontuário do aluno. Para uma possível reunião de alinhamento e demandas fica fácil perceber os envolvidos.

Enfim, chegamos ao final, e esperamos que no dia a dia, esse prontuário contribua para sua rotina de trabalho e auxilie o aluno aprender de forma estratégica, visando sua autonomia.

APÊNDICE B – AVALIAÇÃO DO PRONTUÁRIO PELOS ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS²⁰

Seção 1 de 6

AVALIAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PARA OS ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS

Prezado Participante,

Este questionário objetiva avaliar o prontuário eletrônico elaborado para auxiliar os acompanhantes terapêuticos dos alunos do espectro Autismo – TEA, como produto educacional da pesquisa desenvolvida por Erika Aranha Fernandes Barbosa, mestranda do programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, sob a orientação da Professora Dra. Andrea de Lucena Lira.

Essas informações serão fundamentais para mensurar os objetivos positivos, e os que precisam, ser ajustados, para possível aplicação desse projeto.

Não é necessário se identificar. **Em cada questão, atribua um conceito de acordo com o seu julgamento.**

Desde já, agradecemos sua colaboração com essa pesquisa.

Link do prontuário - <https://prontuario.bubbleapps.io/version-test> <https://prontuario.bubbleapps.io/version-test>

Sobre o Prontuário, responda:

E-mail *

E-mail válido

²⁰ Link de acesso para avaliação do Prontuário: <https://forms.gle/3KMXu15gNhiQWpkR6>

Seção 2 de 6

Sobre o Prontuário



A ideia do Prontuário (protótipo), está ligado ao sistema do COAPNE, para isso, essa sugestão de Prontuário, está sendo apresentado, como um **Produto Educacional**, vinculado ao Mestrado do ProfEPT.

Layout do Protótipo - Prontuário

Identificação Dados Familiares Informação Escolar Ações Necessárias Organização

Nome

Nome

Cartão SUS

Num. do cartão SUS

Data de Nascimento

5/03/2023

Telefone

Telefone para contato

Endereço

Rua, número

Cidade

Cidade

Bairro

Bairro

Sobre a ideia do prontuário. Como você Classifica-o. Sabendo que: 1 (Fraco) 2 (Moderado) 3 (Satisfatório) 4 (Muito Bom) e 5 (Excelente) *

	1	2	3	4	5	
Fraco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Excelente

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção



Seção 3 de 6

Agora você irá avaliar, cada aba do Prontuário

**Aba da Identificação.**

1 - Sobre a **Aba da Identificação**, avalie os dados dos alunos. 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente) *

Identificação

Dados Familiares

Informação Escolar

Ações Necessárias

Organização

Nome

Nome

Cartão SUS

Num. do cartão SUS

Data de Nascimento

5/03/2023

Telefone

Telefone para contato

Endereço

Rua, número

Cidade

Cidade

Bairro

Bairro

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

2 - Sobre a **Aba da Identificação**, avalie os dados dos familiares (Dados dos pais ou responsáveis). Sabendo que: 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

*

Identificação **Dados Familiares** Informação Escolar Ações Necessárias Organização

Nome do Pai responsável legal

Profissão do Pai

Escolaridade do Pai

Nome da Mãe responsável legal

Profissão da Mãe

Escolaridade da Mãe

Estado Civil

Padrasto responsável legal

Madrasta responsável legal

Número de Irmãos

Quantos estudam?

Mora com

Experiências Anteriores

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

3 - Sobre as informações progressa do aluno em outras escolas antes do IFPB. Informação *
 Escolar. **Como você avalia?** 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e
 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares **Informação Escolar** Ações Necessárias Organização

Nome da Escola

Nome da escola

Telefone da Escola

(DDD) XXXX-XXXX

Endereço da Escola

Bairro, rua e número da escola

Ano de Escolaridade Atual

Ano de escolaridade atual

Idade que entrou na escola pela primeira vez

Idade

História escolar **(Comum)** e antecedentes relevantes

Lembrar sobre motivos de mudanças de escola

Exemplo: Não se adaptou a rotina da escola

História escolar **(Especial)** e antecedentes relevantes

Lembrar encaminhamentos anteriores

Exemplo: Não se adaptou a rotina da escola

Motivo do encaminhamento para o **AEE** (Atendimento Educacional Especializado)

Dificuldades apresentadas pelo aluno, posição da família e professores

Exemplo: Diagnóstico de Deficiência Intelectual. O aluno apresenta dificuldade na comunicação, coordenação motora.

Observações elencadas pelos professores no desenvolvimento da aprendizagem

Observações

Avanços e retrocessos na aprendizagem

Descreva

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

4 - Quanto as ações previstas para atender os estudantes, no quesito, **ESCOLA. Como você avalia:** 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula Acompanhamento Terapêutico - AT Família Saúde

Ações necessárias

- Importância da comunicação e interação com toda comunidade escolar;
- Confecção de recursos materiais pedagógicos quando necessário;
- Uso de recursos de alta tecnologia;
- Adequação curricular;
- Presença do AT constantemente dentro e fora da sala;
- Uso de comunicação alternativa.

Ações já existentes

Os recursos materiais estão sendo disponibilizados e conectados conforme as necessidades que o aluno apresenta nos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum;

- A adequação curricular já está sendo feita;
- Há um/uma AT que foi orientado(a) anteriormente pela equipe multidisciplinar (pedagogo e psicólogo... COAPNE) à disposição do aluno o tempo todo e quando orientações são realizadas.

Ações que precisam ser desenvolvidas

- Acessibilidade Metodologica;
- Acessibilidade Atitudinal;
- Acessibilidade arquitetônica.

Responsáveis

Equipe Gestora - COAPNE, Coordenadora Pedagógica, Professora da Sala de Recursos, AT, professor.

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

5 - Quanto as ações previstas para atender os estudantes, no quesito, **SALA DE AULA. Como você avalia:** 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola **Sala de Aula** Acompanhamento Teraeútico - AT Família Saúde

Ações necessárias

- Número de alunos em sala;
- Recursos adaptados confeccionados pelos professores do AEE conforme a necessidade apresentada pelo aluno e aplicados individualmente pela professora da sala comum e continuadas pela AT sob supervisão da professora;
- Comunicar-se de forma clara e direta;
- A ergonomia da sala comum deverá ser modificada conforme a necessidade do aluno;

Ações já existentes

- Os recursos são disponibilizados conforme necessidade do aluno;
- As orientações estarão sempre acontecendo conforme solicitações e quando necessárias;
- A rotina está sendo confeccionada pelo aluno na sala de recursos;
- A professora está sempre preocupada na disposição do ambiente da sala de aula;
- Os horários dos alunos são reorganizados, conforme seu desempenho e rendimento na sala de aula comum.
- A escola já dispõe dessa ação;

Ações que precisam ser desenvolvidas

Aquelas conforme surgirem as necessidades do aluno

Responsáveis

Equipe Gestora, Coordenadora Pedagógica, Professoras da sala comum e do AEE e o/a AT.

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

6 - Quanto as ações previstas para atender os estudantes, no quesito, **ACOMPANHANTE TERAPEUTICO - AT. Como você avalia:** 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula **Acompanhamento Teraeútico - AT** Família Saúde

Ações necessárias

-Acompanhamento do aluno dentro e fora (entrada, banheiro, merenda, educação física entre outros) da sala de aula, além de passeios ou eventos realizados pela escola;
 -Confeccionar recursos conforme orientação da professora da sala comum e do AEE quando preciso;
 -Atentar-se para a postura e sociabilidade do aluno com os colegas e professores em sala;

Ações já existentes

- O tipo de acompanhamento de cada IF (Sondagem)

Ações que precisam ser desenvolvidas

-Preparo do profissional no como agir com esse aluno antes de recebê-lo.

Responsáveis

AT; COAPE e professor de sala AEE e professor regular.

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

7 - Quanto as ações previstas para atender os estudantes, no quesito, **FAMÍLIA**. Como você avalia: 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação | Dados Familiares | Informação Escolar | **Ações Necessárias** | Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola | Sala de Aula | Acompanhamento Teraêutico - AT | **Família** | Saúde

Ações necessárias

-Participar da vida escolar do aluno, informando a escola de tudo o que ocorrer com o filho em casa ou em outras atividades;
 -Estar sempre atento para não faltar dos atendimentos na Sala de Recursos e da sala comum;
 -Parceria entre os profissionais da educação e família;
 -Levar e se inteirar do que ocorre, como se dá a evolução, quais dificuldades do filho nos atendimentos com os profissionais da área da saúde, informando sempre a

Ações já existentes

-Família é presente e participativa na vida do aluno;

Ações que precisam ser desenvolvidas

-Continuar participando ativamente da vida escolar do aluno em parceria com os profissionais que atuam diretamente com o aluno.

Responsáveis

Escola e família.

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

8 - Quanto as ações previstas para atender os estudantes, no quesito, **SAÚDE**. Como você avalia: 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares Informação Escolar **Ações Necessárias** Organização

Ações necessárias para atender às necessidade educacionais especiais do aluno

Escola Sala de Aula Acompanhamento Teraêutico - AT Família **Saúde**

Ações necessárias

-Realiza atendimentos com profissionais da saúde particular (Fono, Fisio, TO, psicólogos, psiquiatras, assistente social etc);
-Reunião com os profissionais que atendem o aluno para esclarecimentos e orientações, além do trabalho em parceria com as professoras do AEE, da sala comum e AT (Sondagem).

Ações já existentes

-O aluno realiza atendimentos semanais com os profissionais citados;
-Orientações / reuniões estão sempre acontecendo entre os profissionais (escola e saúde);
-O trabalho em parceria já está acontecendo.

Ações que precisam ser desenvolvidas

-Aqueles que forem necessárias conforme o desenvolvimento do aluno;
-Continuar com a parceria entre profissionais que acompanham o aluno da área da saúde e educação.

Responsáveis

Profissionais envolvidos com a saúde e processo de inclusão escolar do aluno, Escola (Coordenadora Pedagógica, Professoras da sala comum, ATs e AEE) e Família.

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

Aba Organização



Dividido em: Atendimento Educacional Especializado e Sala de Aula Regular

9 - Quanto a **Organização**, observe os critérios para o Atendimento Educacional Especializado - AEE. **Como você avalia:** 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares Informação Escolar Ações Necessárias **Organização**

Organização

Atendimento Educacional Especializado Sala de Aula Regular

Tipo de AEE

Sala de recursos multifuncionais

Intérprete na sala regular

Professor de Libras

Monitor

AT em sala de aula regular

Doméstico

Hospitalar

Nenhum

Outro? Qual?

Frequência Semanal

1 vez por semana na sala de recursos multifuncional

2 vezes por semana na sala de recursos multifuncional

2 vezes por semana na sala de recursos multifuncional

4 vezes por semana na sala de recursos multifuncional

5 vezes por semana na sala de recursos multifuncional

Todo o período de aula, na própria sala de aula (Tutor/Cuidador/AT)

Nenhuma vez por semana

Outra? Qual?

Tempo de Atendimento

50 minutos por atendimento

Durante todas as aulas, na própria sala de aula (Tutor/Cuidador/AT)

Nenhum

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

10 - Quanto a Organização, observe os critérios para o Sala de aula Regular. Como você avalia: 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concorda) e 5 (Concorda Totalmente)

Identificação Dados Familiares Informação Escolar Ações Necessárias **Organização**

Organização

Atendimento Educacional Especializado Sala de Aula Regular

Preenchimento do professor (com apoio do COAPNE)
Apontar os conteúdos que serão desenvolvidos com o aluno:

Áreas a serem trabalhadas na sala de aula regular (Preenchimento do professor)

Curso: Nome do curso Semestre: Semestre

Quais disciplinas/conteúdo serão adaptados:

Disciplinas/conteúdo adaptado

Objetivos (Preenchimento do professor)
Descrever os objetivos que pretende alcançar com o aluno, em cada área:
Obs: Os objetivos estão adequados para o desenvolvimento do aluno, há necessidade da presença do professor / AT (intervenção e orientação).

Contribuição do COAPNE
 Observação

Atividades diferenciadas (Preenchimento do professor)
Descrever atividades que pretende desenvolver com o aluno

Comunicação alternativa
 Adequação material (descreva)
 Outra (descreva)
 Nenhuma

Descreva

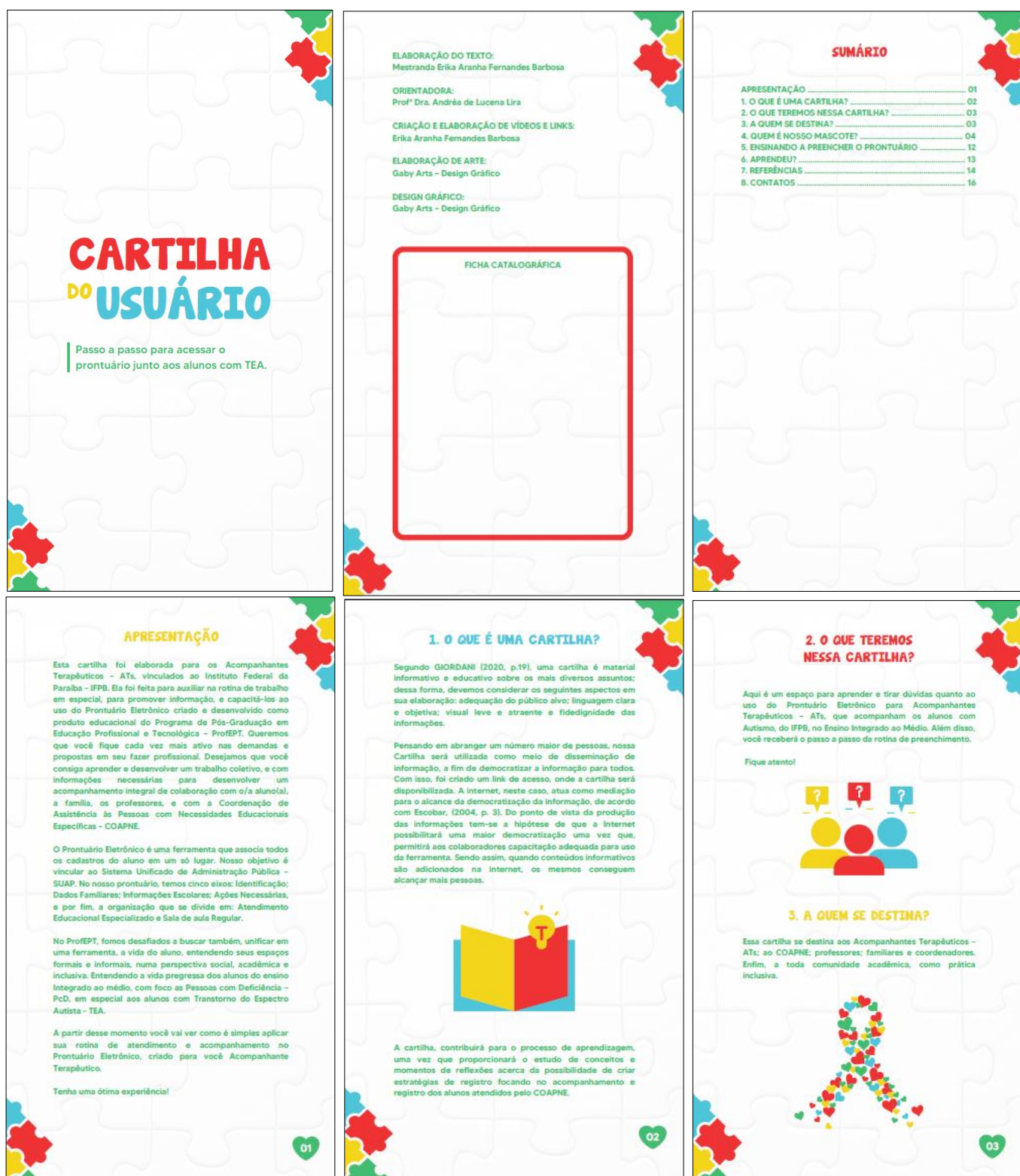
Contribuição do COAPNE
 Observação

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

APÊNDICE C – PRODUTO EDUCACIONAL – CARTILHA INFORMATIVA




Link de Acesso:

https://drive.google.com/file/d/1de4twc5JYjaXjuE0u8UuBbuP5MtwmKhd/view?usp=drive_link



APÊNDICE D - AVALIAÇÃO DA CARTILHA INFORMATIVA PELOS ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS²¹



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Seção 1 de 3

AVALIAÇÃO DA CARTILHA - “Cartilha do usuário: passo a passo para acessar o prontuário junto aos alunos com TEA”

Caro avaliador,

Sua participação é importante para o desenvolvimento dessa pesquisa e da proposta de aplicação para o processo de Inclusão dos alunos com Deficiência do IFPB, em especial aos alunos com TEA. Por isso, pedimos sua colaboração para responder esta avaliação.

Agradecemos pela colaboração!

Os autores

Para essa avaliação é necessário que conheça a cartilha previamente. Segue o link: https://drive.google.com/file/d/1skj3hwQ411Jb13PFzj5VI7O2ReLX1x4T/view?usp=share_link

E-mail *

E-mail válido

Este formulário está coletando e-mails. [Alterar configurações](#)

²¹ Link de acesso para avaliação da Cartilha Informativa: <https://forms.gle/nFRrnxBj8T6svdhU7>

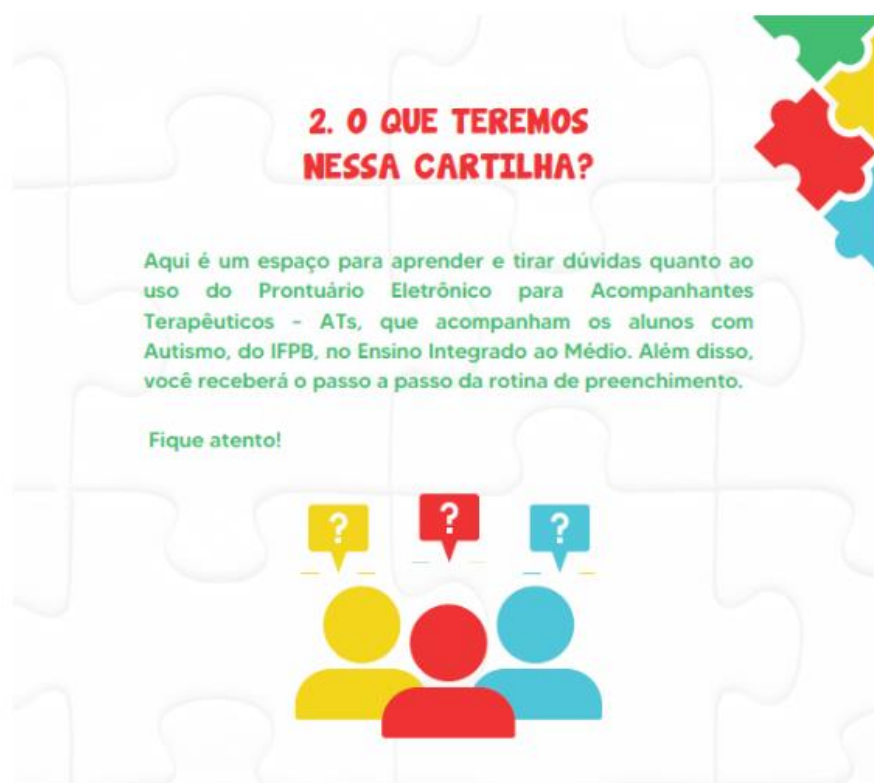
Seção 2 de 3

Como já avaliamos o Prontuário, agora vamos avaliar a Cartilha que permite aprender a usar o Prontuário. ✕ ⋮

Descrição (opcional)

1 - A Cartilha deixa clara sua proposta? *

Sabendo que 1 (Discorda Totalmente) 2 (Discorda) 3 (Não Sei) 4 (Concordo) e 5 (Concordo Totalmente).



1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

2 - A cartilha deixa clara a quem se destina? *



1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

3 - O que achou da ideia do mascote "LOOP – Laço"?

4. QUEM É NOSSO MASCOTE?

Seu nome é Loop, esse nome significa "laço" em português, e escolhemos o laço como símbolo do autismo, assim como o quebra cabeça que representa desde 1999, segundo Bandeira (2021), um sinal universal da conscientização sobre do autismo. As peças em diferentes cores representam a diversidade de pessoas e famílias que convivem com o TEA. As cores fortes representam a esperança em relação aos tratamentos e ao acolhimento das pessoas no espectro pela sociedade em geral. E esperamos que você também tenha esse sucesso aqui, para aprender a utilizar e mediar esse prontuário, de tal forma que, o aluno seja acompanhado integralmente.



Falando em forma, ele tem essa de quebra cabeça para representar a complexidade do autismo. As cores diferentes

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

4 – É possível encontrar as informações necessárias para preencher o prontuário eletrônico, proposto na cartilha? *



1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

5 – Na sua opinião, as informações propostas na cartilha para o preenchimento do prontuário, *
podem proporcionar inclusão e acessibilidade aos alunos com TEA, e aos que estão envolvidos em seu processo de aprendizagem?



1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

6 – Na sua opinião, o fato do AT possuir informações e registrar essas informações, **colabora com processo de permanência e aprendizagem, desses alunos no IFPB?**



Agora, após aprender sobre o setor que auxilia os alunos com deficiência, o COAPNE. Vamos falar com você, Acompanhante Terapêutico - AT, que terá essa ferramenta para auxiliá-los durante o processo de acompanhamento dos alunos PcD, em especial aos alunos com TEA.

Por mais que essa profissão ainda não seja regulamentada, é fundamental entender sobre sua origem, e como chegaram na educação.

[CLIQUE P/ ACESSAR: ARTIGO SOBRE AT NA ESCOLA.](#)

Assim, o início da aplicabilidade dos ATs, foi no processo de desinstitucionalização da saúde mental. A atuação desses profissionais resumia-se as pessoas que tinham transtornos mentais mais severos.

Este movimento teve início a partir da década de 60 na Europa e nos Estados Unidos, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, sendo somente no final da década de 60 a chegada na América do Sul mais especificamente na Argentina e depois no Brasil.

Essa perspectiva recém-chegada deu origem a esses agentes (BARRETO, 1998; BENEVIDES, 2007).

O termo acompanhante terapêutico passou a intitular os especialistas que atuavam fora das práticas clínicas tradicionais dos consultórios. Dentro da Escola o AT tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança com autismo.

10

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE CONCORDO TOTALMENTE

7 – A cartilha me proporcionou o conhecimento necessário o preenchimento do Prontuário? *



TUTORIAL DE COMO UTILIZAR O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO PARA OS ACOMPANHANTES TERAPEUTICOS

Link do Protótipo: <https://prontuario.bubbleapps.io/version-test>



1. Eixo Identificação do Aluno

Identificação Dados Familiares Informação Escolar Ações Necessárias Organização

Nome	Cartão SUS
<input type="text" value="Nome"/>	<input type="text" value="Num. do cartão SUS"/>
Data de Nascimento	Telefone
<input type="text" value="7/20/2022"/>	<input type="text" value="Telefone para contato"/>
Endereço	
<input type="text" value="Rua, número"/>	

Inserir as informações do aluno após matrícula no IFPB

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

8 – Recomendaria a cartilha como prática inclusiva? *

- Sim
- Não
- Talvez

Seção 3 de 3

Quanto a quem se destina, você avalia como:



Descrição (opcional)

Acompanhantes Terapêuticos – ATs ^{*}

Agora, após aprender sobre o setor que auxilia os alunos com deficiência, o COAPME. Vamos falar com você, Acompanhante Terapêutico - AT, que terá essa ferramenta para auxiliá-los durante o processo de acompanhamento dos alunos PcD, em especial aos alunos com TEA.

Por mais que essa profissão ainda não seja regulamentada, é fundamental entender sobre sua origem, e como chegaram na educação.

[CLIQUE P/ ACESSAR ARTIGO SOBRE AT NA ESCOLA.](#)

Assim, o início da aplicabilidade dos ATs, foi no processo de desinstitucionalização da saúde mental. A atuação desses profissionais resumia-se as pessoas que tinham transtornos mentais mais severos.

Este movimento teve início a partir da década de 50 na Europa e nos Estados Unidos, após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 1948, sendo somente no final da década de 40 a chegada na América do Sul mais especificamente na Argentina e depois no Brasil.

Essa perspectiva recém-chegada deu origem a esses agentes (BARRETO, 1996; BENEVIDES, 2007).

O termo acompanhante terapêutico passou a intitular os especialistas que atuavam fora das práticas clínicas tradicionais dos consultórios. Dentro da Escola o AT tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança com autismo.

10

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

COAPNE *

As famílias e os alunos estão vinculados ao IFPB, desde sua inscrição no processo seletivo. Certo?

E quando o aluno é aprovado ele precisa procurar o COAPNE, para registrar e informar o tipo de deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem.



CLIQUE P/ ACESSAR: RESOLUÇÃO Nº 005-2016 CD - JP.

09

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

Professores

- Seguir as diretrizes do professor;
- Lembrar ao professor que ele deve atender ao aluno especial tanto quanto dá atenção aos outros alunos;
- O AT deve favorecer a socialização do aluno com seus pares criando ações que exijam interação;
- Em alguns casos, o acompanhante pode realizar alguns programas de ensino. Exemplo: ABA;
- Canal de comunicação entre a família e a escola;
- Mediador de conflitos;
- Manter o aluno ativo e adequado na sala de aula, utilizando os procedimentos de resolução de problemas propostos. Exemplo: Terapia ABA;
- Também é função do facilitador exigir que o aluno especial seja tratado com o mesmo carinho, respeito e atenção com que seus colegas são tratados.

11

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

Familiare



Família é...

A Constituição Federal de 1988 trata da Família no Art. 226, trazendo um rol exemplificativo, o qual não exclui a possibilidade de outros modelos de entidade familiar.

A importância da família na vida dos alunos é fundamental para fornecer as bases para um bom desenvolvimento psicossocial dos sujeitos.

É de grande importância relacionar educação e família, pois são elementos fundamentais na vida do aluno, é na família que o sujeito busca apoio, compreensão, carinho, amor e atenção, e na escola, o aluno busca o conhecimento, mas ambas são instâncias que irão colaborar conjuntamente para formação humana desse sujeito.

1 2 3 4 5

DISCORDA TOTALMENTE

CONCORDO TOTALMENTE

De modo geral, qual a nota que você daria para Cartilha? *



1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO ²²

MENSAGEM PARA ENVIO AOS PARTICIPANTES

Olá!

Você está sendo convidada(o) a participar da pesquisa ***INCLUSÃO ESCOLAR: a mediação do Acompanhante Terapêutico/Mediador Escolar na aprendizagem do aluno TEA*** que está sendo desenvolvida pela mestrandia Erika Aranha Fernandes Barbosa sob orientação da Prof.^a Dra. Andréa de Lucena Lira, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – campus João Pessoa.

Para participar desta pesquisa você precisa ser Acompanhante Terapêutico – AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador, que atue no IFPB de João Pessoa e região Metropolitana, que aceite participar e esteja acompanhando, ou já tenham acompanhado, alunos com autismo no Ensino Técnico Integrado ao Médio. Sua participação é voluntária e anônima, e em caso de desconforto, incômodo ou constrangimento por sua parte, você pode desistir de prosseguir o questionário a qualquer momento antes de sua conclusão. O tempo médio de resposta deste questionário é de 10 minutos. Segue link abaixo para respondê-lo.

Em caso de dúvidas ou maiores esclarecimentos, você poderá entrar em contato com a pesquisadora Erika Aranha Fernandes Barbosa, residente na rua Francisco Verissimo Marques, 97, jardim Veneza, CEP: 58084-196, João Pessoa/PB. Telefone para contato (83) 98820-2231.

Reiteramos que sua participação é voluntária, porém muito importante para esta pesquisa. Desde já, agradecemos a sua colaboração

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – () Li e aceito

Enviar por e-mail aos participantes ou link para o WhatsApp

1ª PARTE: QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICOS:

1) Participante:

(Na pesquisa será utilizado somente as Iniciais de trás para a frente, para não ser identificado).

2) E-mail:

(Enviaremos um e-mail com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)

3) Qual seu campus de atuação:

- IFPB - João Pessoa
- IFPB – Cabedelo
- IFPB – Santa Rita

4) Faixa etária:

- 15 a 20
- 21 a 30
- 31 a 40
- 41 a 50
- 51 a 60
- Acima de 60

²² Link de acesso encaminhado aos ATs e mediadores escolares: <https://forms.gle/kFQi69nPL2eAahXG7>

5) **Gênero** (Refere-se ao que a pessoa sente em um sentido psicológico, independentemente do sexo atribuído no nascimento).

Masculino

Feminino

Outro (Por favor especifique): _____

Prefiro não dizer

6) **Profissão e/ou função:** _____

7) **Qual seu vínculo empregatício com o IF?**

Particular (família)

CLT

Concurso

Prestação de Serviço

Outros: _____

2ª PARTE - QUESTIONÁRIO

1. **Há quanto tempo exerce a função de Acompanhante Terapêutico - AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador?**

06 Meses

1 Ano

1 - 2 Anos

2 - 3 Anos

3 - 4 Anos

Outros: _____

2. **Além de alunos com Autismo, quais outras necessidades já trabalhou ou trabalha como AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador de:**

Deficiente físico

Deficiente intelectual

Deficiente auditivo

Deficiente visual

Surdocego

Deficiências múltiplas

Outras Deficiências

3. **Possui alguma graduação?**

Sim

Não

3.1. **Em caso afirmativo, apresente sua graduação:** _____

4. **Possui alguma pós-graduação?**

Sim

Não

4.1. **Em caso afirmativo, apresente sua pós-graduação:** _____

5. **Possui alguma formação em AT?**

Sim

Não

5.1.Em caso afirmativo, apresente qual sua habilitação: _____

6. Como AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador, já atuou em qual modalidade:

Escolar
Domiciliar
Clinica

7. Existe supervisão na sua atuação?

Sim
Não

7.1. Em caso afirmativo, qual instância:

Coordenação
Supervisão
Orientação
Núcleo
Outros: _____

8. Quantos alunos você atende ou já atendeu no mesmo período de tempo:

1 - 2
2 - 3
3 - 4
Mais de 4

9. Existe alguma reunião ou encontro entre as AT's ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador no IF ou entre os IF's?

Sim
Não

10.Existe algum treinamento e/ou capacitação do setor em que trabalha?

Sim
Não

11.Existe algum documento de acompanhamento compartilhado entre as Ats ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador?

Sim, mas não compartilhado

Sim e compartilhamos as evoluções

Não, mas faço meu controle particular

Não, nunca houve a necessidade

12.Você registra o processo do (antes, durante e depois) do aluno, acompanhado?

Sim, antes por anamnese

Sim, antes e durante dos encontros em sala de aula

Sim, apenas durante porque antes, o aluno já passou por outras triagens

Sim, apenas depois quando termino meu acompanhamento com o aluno

Não registro institucionalmente, mas realizo meus apontamentos

Não registro

12.1. caso suas respostas tenham sido SIM, os registros ficam na instituição ou com você?

Ficam na Instituição

Ficam comigo

13.Realiza reuniões como a família?

Sempre (semanalmente)

Quase sempre (1 vez por mês)

Quase nunca (só quando demanda)

Nunca (é responsabilidade de outra equipe)

14.Realiza reuniões com os professores dos alunos?

Sempre (semanalmente)

Quase sempre (1 vez por mês)

Quase nunca (só quando demanda)

Nunca (é responsabilidade de outra equipe)

15.Recebe apoio do professor?

Sempre (semanalmente)

Quase sempre (1 vez por mês)

Quase nunca (só quando demanda)

Nunca (é responsabilidade de outra equipe)

16.Oferece apoio ao Professor?

Sempre (semanalmente)

Quase sempre (1 vez por mês)

Quase nunca (só quando demanda)

Nunca (é responsabilidade de outra equipe)

17.O que acredita ser “mais importante” para sua profissão/função de AT ou Mediador Escolar ou Auxiliar de Sala ou Cuidador ou Ajudador, atualmente?

(Pode escolher até 3, dentre as opções)

Capacitação/ treinamento

Regularização da Profissão

Salário com Piso e Teto definido

Documentos definidos para acompanhamento evolutivo e entre equipe de AT.

Identidade Profissional

Apoio Institucional com a família

Laudos dos alunos definidos para melhor intervenção

Colaboração dos professores

18. Você utiliza alguma estratégia para que haja inclusão do aluno Autista em sala de aula?

Sim

Não

18.1. Em caso afirmativo, marque de 1 até 3 estratégias que “mais” utiliza para auxiliar no processo de inclusão em sala de aula.

Mantenho reuniões com os professores para elaborar atividades adaptativas para toda turma sobre os assuntos.

Saiu da sala para deixar o aluno “mais livre” com a turma, e observo a reação dos colegas ao retornar.

Me mantenho sempre perto do aluno para ajuda-lo, caso algum colega queira machuca-lo.

Mantenho minha cadeira próximo ao aluno acompanhado, mas os alunos querem saber porque estou na sala.

Pergunto sempre que necessário se posso falar.

Me apresento para turma explicando minha função, e me coloco a disposição de todos.

Me apresento, e me coloco a disposição apenas do aluno acompanhado.

Me apresento, e me coloco a disposição apenas do professor, e do aluno acompanhado.

Não me apresento, essa é uma atribuição do professor.

Dentre as atividades adapto os exercícios a realidade do aluno.

Acompanho o Aluno em todos os espaços do IF – dentro e fora da sala de aula.

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Prezado (a),

Você está sendo convidado a participar de pesquisa intitulada **INCLUSÃO ESCOLAR: a mediação do Acompanhante Terapêutico/Mediador escolar na aprendizagem do aluno TEA**, desenvolvida pela pesquisadora Prof.^a Dra. Andrea de Lucena Lira, em conjunto com a aluna Erika Aranha Fernandes Barbosa, Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) – campus João Pessoa.

Antes de decidir sobre sua participação é importante que entenda o motivo de a mesma estar sendo realizada e como ela se realizará. **Caso aceite, receberá uma via deste Termo, via e-mail informado em questionário.** Responsabilizamo-nos em cumprir as exigências contidas nos termos do Art. 2º inciso V; Art. 10, parágrafo único; Art. 15 § 1º; Art. 17 e Art. 19 § 2º da Resolução Nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde.

Este estudo tem como objetivo principal, desenvolver material de mediação aos Acompanhantes Terapêuticos/mediadores escolares para aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais de João Pessoa e região metropolitana.

Sua participação neste trabalho é anônima e consiste em responder voluntariamente a um questionário on-line, um questionário sociodemográfico, para identificar o perfil dos profissionais; um questionário misto com 18 itens com a finalidade de identificar as estratégias de mediação utilizadas pelos acompanhantes terapêuticos no processo formativo do aluno com TEA, em sala de aula, contendo as questões referentes ao objetivo deste estudo.

São previstos riscos mínimos na sua participação nessa pesquisa, uma vez que a mesma consistirá apenas em responder um questionário on-line. Tal procedimento permite o anonimato das respostas, a conveniência de que as pessoas respondam no momento que lhes for mais apropriado, bem como a não exposição dos pesquisados a influência dos pesquisadores. Esses fatores ajudam a diminuir a possibilidade de identificação e o risco de constrangimento ou desconforto. Todos os registros ficarão sob posse única dos pesquisadores, evitando qualquer constrangimento ou desconforto em relação à identidade das respostas emitidas, que serão mantidas em sigilo. Entretanto, respeitando-se os preceitos éticos, caso os participantes venham a sentir algum desconforto ou constrangimento ocasionado pela coleta de dados, poderão, a qualquer momento, cancelar o preenchimento do questionário on-line, sem quaisquer implicações negativas. Além disso, caso necessitem, será garantido aos participantes assistência e acompanhamento. **Uma vez que, o atendimento dos setores do IFPB está sendo de forma remota, haverá o apoio psicológico da equipe multidisciplinar do IFPB, no horário das 8h às 22h, por agendamento.**

Os benefícios mesmo apresentando riscos mínimos, a pesquisa traz benefícios superiores que contribuirão para o objetivo de desenvolver material de mediação aos Acompanhantes Terapêuticos – AT e/o Mediadores Escolares para aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista - TEA do Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais de João Pessoa e região metropolitana.

Os pesquisadores estarão permanentemente à sua disposição para prestar informações inerentes aos instrumentos de pesquisa ou para quaisquer esclarecimentos ou orientações que você julgar necessários em relação ao tema abordado.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente gratuita, mas caso ocorra algum custo para o participante, o mesmo será ressarcido e indenizado sendo de responsabilidade da equipe da pesquisa. Informamos que você não é obrigado (a) a fornecer as informações requeridas, você tem o direito de decidir não participar do estudo ou resolver desistir da participação a qualquer momento, sem nenhum dano ou constrangimento. Todas as informações obtidas em relação a este estudo permanecerão em absoluto sigilo assegurando proteção e privacidade aos participantes. Os resultados dessa pesquisa poderão ser

apresentados em congressos e outras publicações científicas, porém, sua identificação será mantida em sigilo.

Declaramos que o desenvolvimento desta pesquisa seguirá rigorosamente todas as exigências preconizadas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde, especialmente aquelas contidas no Art. 17. Em caso de dúvidas quanto aos seus direitos ou sobre o desenvolvimento deste estudo você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável ou com o **Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB**.

Contatos das pesquisadoras responsáveis:

Erika Aranha Fernandes Barbosa

Rua: Francisco Verissimo Marques, 97 Jardim Veneza – CEP: 58084-196
erika.aranha@academico.ifpb.edu.br – (83) 98820-2231

Profª Dra. Andrea de Lucena Lira

Endereço eletrônico - andrea.lira@ifpb.edu.br – (83) 99132-1602

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB:

Av. João da Mata, nº 256 - Jaguaribe - Edifício Coriolano de Medeiros
CEP 58.015-020, João Pessoa, PB, Brasil eticaempesquisa@ifpb.edu.br - (83) 3612-9725

Caso você concorde com esse termo de consentimento, marque a opção “Eu concordo em participar” para começar o questionário.

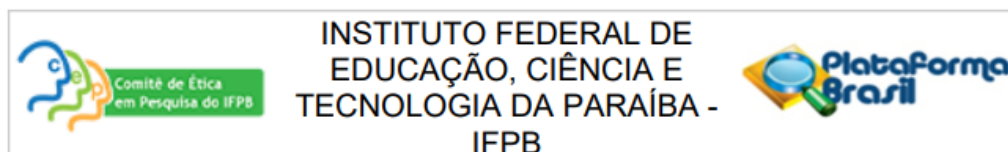
Após ter sido informado (a) sobre a finalidade da pesquisa “**INCLUSÃO ESCOLAR: a mediação do Acompanhante Terapêutico/Mediador Escolar na aprendizagem do aluno TEA**” e após ter lido os esclarecimentos prestados anteriormente no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu estou plenamente de acordo em participar do presente estudo, permitindo que os dados obtidos sejam utilizados para os fins da pesquisa, estando ciente que os resultados serão publicados para difusão e progresso do conhecimento científico e que minha identidade será preservada.

Resposta:

Eu concordo em participar

Eu concordo não em participar

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA DM PESQUISA²³



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO ESCOLAR: a mediação do Acompanhante Terapêutico/Mediador Escolar na aprendizagem do aluno TEA

Pesquisador: ERIKA ARANHA FERNANDES BARBOSA

Área Temática:

Versão: 2

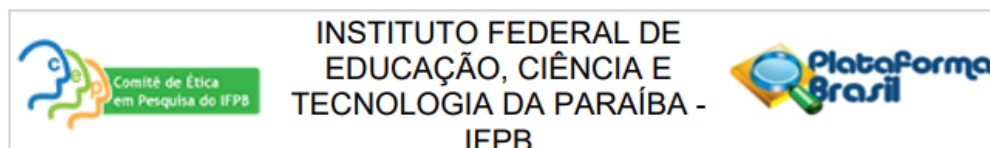
CAAE: 51966121.0.0000.5185

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.123.541



Continuação do Parecer: 5.123.541

via ficará com o participante);

ix. O TCLE cita a Resolução 510/2016/CNS para fundamentar as questões éticas na pesquisa.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator, o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB discutiu sobre os diversos pontos da análise ética sobre a qual preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e deliberou o parecer de APROVADO para o referido protocolo de pesquisa.

²³ Acesso ao parecer completo: Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1hLwppwVPocL96XBgYV11RMrI2Qd1XdFmP/view?usp=sharing> Acesso em: 13/02/2022.